

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
GEOGRAFIA**

GUILHERME CARUSO RODRIGUES

**ENTRE O COMPASSO E DESCOMPASSO DAS FRENTES PIONEIRAS
PAULISTAS: FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO
E O PENSAMENTO GEOGRÁFICO DE PIERRE MONBEIG**

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO/SP

2018



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
E CIÊNCIAS EXATAS – RIO CLARO



**ENTRE O COMPASSO E DESCOMPASSO DAS FRENTES PIONEIRAS
PAULISTAS: FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E O PENSAMENTO
GEOGRÁFICO DE PIERRE MONBEIG**

Guilherme Caruso Rodrigues

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Tese de Doutorado apresentada
ao Instituto de Geociências e
Ciências Exatas, Campus de Rio
Claro/SP da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, como parte dos
requisitos para obtenção do título
de Doutor em Geografia.

Rio Claro
2018

910.1081 Rodrigues, Guilherme Caruso
R696e Entre o compasso e o descompasso das frentes pioneiras paulistas : a
 formação do território brasileiro e o pensamento geográfico de Pierre
 Monbeig / Guilherme Caruso Rodrigues. - Rio Claro, 2018
 129 f. : il., figs.

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de
 Geociências e Ciências Exatas
 Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

 1. Geografia humana - Brasil. 2. Frentes pioneiras. 3. Estado de São
 Paulo. 4. Ideologias geográficas. 5. Pierre Monbeig. I. Título.

GUILHERME CARUSO RODRIGUES

**ENTRE O COMPASSO E DESCOMPASSO DAS FRENTES PIONEIRAS
PAULISTAS: FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E O
PENSAMENTO GEOGRÁFICO DE PIERRE MONBEIG**

Tese de Doutorado apresentada
ao Instituto de Geociências e
Ciências Exatas, Campus de Rio
Claro/SP da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, como parte dos
requisitos para obtenção do título
de Doutor em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. PAULO ROBERTO TEIXEIRA DE GODOY – Orientador

Profa. Dra. BERNADETE AP. CAPRIOGLIO DE CASTRO

Prof. Dr. VOLNEY ANTONIO SACARDO

Prof. Dr. MANOEL FERNANDES SOUSA NETO

Prof. Dr. AMILSON BARBOSA HENRIQUES

CONCEITO: APROVADO

Rio Claro/SP, 07 de maio de 2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus
pais Gilmar e Bernardete e a minha
companheira Maria Helena, que muito
fizeram para que eu chegasse até
aqui!

AGRADECIMENTOS

Nesta tão longa e árdua jornada, sem dúvida não se conseguiria caminhar sem a preciosa ajuda de tantas pessoas, por isso agradeço:

A meus pais, Gilmar e Bernardete que me deram toda a solidez para, não só me formar enquanto Geógrafo, como também enquanto pessoa;

A minha companheira, Maria Helena, que viu de perto todos os apertos passados nessa trajetória;

A minhas irmãs, Fernanda e Daniela, sempre contribuindo com um pouco do que sou;

Aos amigos de Mogi Mirim/SP, Aécio e Alexandre, sou grato a nossas risadas e momentos de descontração;

Aos amigos de Rio Claro, em especial, Cristina, Jéssica, José Renato, Ricardo, Bia, Messias, Monique, a convivência com estes foram também um grande aprendizado;

Aos amigos da Etec Euro Albino de Souza/Mogi Guaçu – São Paulo, que sem saber estavam por perto me dando força;

À Secretaria Estadual de Educação/SP, pelo afastamento concedido;

A toda equipe técnica da Seção de Pós-Graduação – IGCE/UNESP, em especial ao Rodrigo, sempre pronto ao auxílio;

A toda equipe técnica da Biblioteca do Câmpus de Rio Claro/SP, vocês que me viram “crescer”;

À Profa. Dra. Amélia Luisa Damiani, pelas valorosas ressalvas e críticas no momento da qualificação;

Aos Professores Doutores, da banca examinadora, Manoel Fernandes Sousa Neto, Volney Antonio Sacardo, Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro e Amilson Barbosa Henriques, pelo rigor e solicitude no processo de arguição;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo auxílio financeiro;

À Profa. Bernadete, que minha orientadora de TCC e Mestrado, por todo o seu ensinamento científico e lição de vida permanente;

E, por fim, a grande pessoa, que muito fez para o meu, ainda que tímido, crescimento pessoal e profissional, uma pessoa extraordinária, de sabedoria ímpar, que me acolheu após tantos anos longe da Universidade. Quero levar comigo todos os seus ensinamentos, obrigado, Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy, orientador desta tese.

*Todo está guardado en la memoria
Sueño de la vida y de la historia
La memoria despierta para herir
A los pueblos dormidos
Que no la dejan vivir
Libre como el viento*

León Gieco

Resumo

O presente trabalho se propõe a analisar os processos geo-históricos que estavam e estão envolvidos no pensamento de Pierre Monbeig, sobretudo no que tange a questão das chamadas Frentes Pioneiras. Considerando o fato da consolidação da Geografia no Brasil com um caráter acadêmico-científico. Por isso, passava o Brasil por um processo de modernização intensificando suas relações com a chamada economia-mundo, ou seja, com intensificação no país de uma economia já internacionalizada. Assim sendo, a incorporação de espaço natural obedecia ao ritmo do progresso e da modernização. Era preciso superar um país atrasado, a franja pioneira marca os primeiros passos desta superação. Ressalta-se que, muito do pensamento de Monbeig chegava com as características da chamada Escola dos Annales, da França, tentando refazer uma nova forma de interpretação histórica, mas considerando a Geografia Humana crucial para isto, já que conseguia, a Geografia, envolver o tempo “longo” do ambiente natural, como o tempo “rápido” da indústria. Entendendo, assim, que Monbeig tem uma narrativa focada num processo de formação territorial atrelado ao movimento da modernização. Assim, procurou-se trazer para discussão a ocupação das Frentes Pioneiras concebendo-as como um conjunto de práticas espaciais, movidas pela internacionalização da economia capitalista, que almejava novos espaços para acumulação, dessa maneira, resultado de um movimento de objetivação prática sócio-espacial, caracterizadas pela derrubada de matas, implantações de ferrovias, espoliação exacerbada da renda da terra, transformando-se num espaço de representação, já que essas áreas se subordinavam ao grande capital internacional. Dentro desse contexto, propõe-se como discussão a relação dessas áreas consideradas pioneiras com sua colonização e acumulação dentre de um forte arcabouço ideológico.

Palavras-chave: 1-Frentes Pioneiras; 2-Estado de São Paulo; 3-Ideologias Geográficas; 4-Pierre Monbeig

Abstract

The present research project proposes to analyze the geo-historical processes that were and are involved in the thinking of Pierre Monbeig, especially in what concerns the question of the so-called Fronts Pioneers. Considering the fact of the consolidation of Geography in Brazil with an academic-scientific character. For this reason, Brazil underwent a process of modernization intensifying its relations with the so-called world-economy, that is, with intensification in the country of an already internationalized economy. Thus, the incorporation of natural space obeyed the pace of progress and modernization. It was necessary to overcome a backward country, the pioneering fringe marks the first steps of this overcoming. It is noteworthy that much of Monbeig's thought came with the characteristics of the so-called School of the Annales of France, attempting to remake a new form of historical interpretation, but considering the Human Geography crucial for this, since it time "of the natural environment, such as the" fast "time of the industry. Understanding, therefore, that Monbeig has a narrative focused on a process of territorial formation linked to the modernization movement. Thus, we sought to bring into discussion the occupation of the Pioneer Fronts by designing them as a set of spatial practices, driven by the internationalization of the capitalist economy, which sought new spaces for accumulation, in this way, the result of a movement of socio-spatial practical objectification , characterized by the overthrow of forests, railroad deployments, exacerbation of the income of the land, becoming a space of representation, since these areas were subordinated to the great international capital. Within this context, it is proposed as a discussion the relation of these areas considered pioneers with their colonization and accumulation within a strong ideological framework.

Word-Keys: 1-Pioneering Fronts; 2-State of São Paulo; 3-Geographic Ideologies; 4-Pierre Monbeig;

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	9
2.FRENTES PIONEIRAS PAULISTAS, NO BOJO DE UMA CONSTRUÇÃO HITÓRICO-GEOGRÁFICA	12
2.1. A questão das ideologias: uma discussão presente	12
2.2 A construção do “Paulista” como ideologia	32
2.3 O tempo do “novo”: a redescoberta da mundialidade no Sertão Paulista	40
2.4 FRENTES PIONEIRAS X FRONTEIRAS DE ACUMULAÇÃO	61
2.4.1 Frentes Pioneiras como formação pré-capitalista	62
2.5 O poder oculto do Estado, e sua interface na ocupação pioneira	68
3.ENTRÂNCIAS E REENTRÂNCIAS: O CONTEXTO GEOGRÁFICO DE PIERRE MONBEIG	78
4. ENTRE VAZIOS TERRITORIAIS E CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA GEOGRÁFICA.....	92
4.1 Um caminho a percorrer entre a Geografia e as Geografias.....	92
4.2 Entre Pierre Monbeig e Isiah Bowman a construção de uma Geografia Americana.....	106
4.3 <i>Pro Brasilia, Fiant Eximia</i> – Pelo Brasil façam-se grandes coisas.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
JORNAIS E OUTRAS FONTES PESQUISADAS.....	118

1. Introdução

Parte-se da premissa do espaço como uma instância social, se mergulhado dentro de um processo histórico, procura-se tratar como se deu e interpretou a ocupação das chamadas Frentes Pioneiras Paulistas, na primeira metade do século XX, com base no pensamento de Pierre Monbeig. Um momento de muitas interações políticas, naturais, sociais e econômicas. E ainda com um traço bastante especial que fora a institucionalização da Geografia como ciência no Brasil, caracterizado sobretudo pela chamada missão francesa, no contexto de consolidação da Universidade de São Paulo. As *frentes pioneiras* guardam todo um movimento escondido, numa cosmovisão em que a ocupação, considerada pioneira, era o compasso do processo de produção do espaço. Algo que no caso prefere-se pensar em uma reprodução do espaço e numa redefinição de novas formações sócio-espaciais. Isso exige o cuidado com o foco que se dava no momento por categorias de análise do espaço, tais quais eram prioritárias a região e a paisagem, salientado que estas são categorias primazes da Geografia Francesa. Entretanto, se movimento de totalidade que era e é a produção do espaço, urge o entendimento de novas territorialidades que se iniciam no bojo dessas ocupações. Assim sendo, novas formas de regionalização, refutadas por Pierre Monbeig, ganham elementos de formações territoriais. Isso porque na cosmovisão do autor não se tratava de uma região, e sim de uma rede geográfica¹ que se configurava. Portanto, pensa-se que o foco estava na formação de novos espaços para construção de novos territórios, estes como sendo uma relação dialética. O território paulista era reproduzido com novas roupagens e concebido por elas, cujo o uso era para o acúmulo de capital. Neste bojo o este novo acontecer se pautava com a introdução de um sistema técnico mais avançado, as ferrovias, como também rodovias, de modo a acelerar a produção, exportação e consumo de dos produtos agrícolas, tais quais o café, algodão ou seda. O território se refazia numa nova visão de econômica, e sendo assim para isso a construção de um novo imaginário se mostrava como algo necessário. Esses fundos geográficos necessitavam da possibilidade de reaver sua ideologia e seu caráter de

¹ Uma vez que não atendia à fundamentação da Geografia Francesa;

representação não mais como *sertão*, mas sim como *frentes pioneiras*. Isso tem um apelo muito forte naquilo que Monbeig chamava da *psicologia do pioneiro*, uma vez que o lugar desconhecido, que guardava para si feras, moléstias e nativos ferozes, adquire o caráter de ser um local para acumulação de capital, um “infinito” para se fazer fortuna. Eis a nova representação que deve ganhar o interior paulista. Tratava-se de uma inserção num chamado capitalismo moderno e dessa maneira, era necessário se legitimar o novo processo de ocupação. As *frentes* passam a ser tidas como o “novo” e a condição de reconstrução e superação de um país arcaico que se abria para o capitalismo monopolista. Seu imaginário vem carregado de novas possibilidades. Embora sendo paulistas, essas frentes significavam também a remodelação do Brasil. Um ponto a ser muito bem tratado é o fato de nessa Geografia Histórica ser nítida a noção de uma totalidade territorial de país que se materializava nas singularidades das frentes. Portanto, eram a totalização do espaço, guardando em si todas as suas contradições, possibilidades, adversidades. Elas denunciavam também a transformação do espaço físico a ser reproduzido e ressignificado, dando atribuições novas de valores simbólicos aos solos, à rede hidrográfica, aos divisores de água etc. Porém, atribuindo um caráter mais simbólico e concreto à noção de povo e de nação brasileira. Sendo assim, ocupar, os espaços “vazios” condizia com a edificação de país, cuja marcha ainda não chegara ao fim, ou seja, a marcha para o Oeste com toda magia inerente não chegara ainda. Em que tal processo continua se manifestando com fortes ideologias, muito bem cruzadas com o eterno futuro que o Brasil nunca adentra.

Para o entendimento destas inquietações, buscou-se realizar a leitura dos trabalhos de Pierre Monbeig, tanto em Língua Portuguesa, como o original em sua Língua Materna, algo que se torna bastante enriquecedor ao se demandar entender a sua concepção de Geografia, a obra original *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, sua leitura, realizando um comparativo com a versão em brasileira, trouxe à baila uma série de indagações de caráter metodológico e epistemológico nas categorias utilizadas na Geografia Francesa de então. Isso mostra que ainda há muito por se fazer no resgate da Geografia Histórica no Brasil, e da própria Geografia *no* Brasil. Como fonte de pesquisa também se valeu da leitura de geógrafos contemporâneos a Pierre Monbeig, de modo a detectar as semelhanças existentes naquela corrente de

pensamento geográfico, para aquele período da História do Brasil e no mundo. Experiências vindas da América do Norte também foram bem-vindas, como o caso do geógrafo Isaiah Bowman, que se atreveu a entender o *pioneirismo* num “país novo”, os EUA, que de certa forma inspirou Monbeig na realização de seu trabalho no Estado de São Paulo, sem que este perdesse sua essência de formação que era a França. Estes elementos possibilitam uma tentativa de se visualizar o nascimento de um Novo Mundo, a partir de uma reconfiguração geopolítica no entre-guerras.

Entretanto se procurou entender as frentes pioneiras paulistas à luz do território, que, a priori, pode parecer anacrônico, mas se considera tal categoria salutar para a compreensão da totalidade e singularidades que este foco de estudo tem no âmbito brasileiro e paulista. De modo, a buscar a análise ampla do tempo passado e presente naquilo que Monbeig se propôs a fazer, a atingir a Geografia Histórica das frentes.

Um outro objeto de análise foi a consulta de manuscritos, rascunhos, anotações de campo produzidas por Pierre Monbeig enquanto esteve no Brasil e fora dele, em visitas realizadas, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, onde se encontra o acervo. Tarefa árdua, dado à caligrafia, de sua provável agilidade no raciocínio, além de outros percalços na estrutura do próprio acervo, fizeram com que isto dispendesse grande parte de tempo na pesquisa. Contudo, extremamente gratificante, pois pode ser ver o pesquisador em quanto pessoa, na sua “escrita informal” possibilitando compreender melhor sua noção de Geografia e, sobretudo, de como se pratica a Geografia em seu cotidiano. A visita ao acervo, revela a importância da lição que geógrafos tradicionais têm a dar aos atuais, como a observação, os trabalhos de campo, as anotações etc. A formação do geógrafo deve passar por estas entrâncias, são de grande valia, mesmo com as novas tecnologias, a observação, o estudo da paisagem – e a discussão dela também – devem ser tomadas como parte inerente ao *ser* geógrafo.

Outro aspecto importante foi a varredura de mapas antigos, em acervos como os da Biblioteca Nacional da França, Biblioteca Nacional do Brasil e Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, já que isso permite interpretar a noção e as intencionalidades que se tinha de território, do espaço, do país e do mundo naquele momento. Focou-se sobretudo nas intencionalidades dos mapas, bem como o chamado silêncio

cartográfico, que serve para legitimar a ocupação pioneira. Toda esta discussão tentando ser entendida dentro do processo das chamadas *ideologias geográficas*, tão bem estudadas pelo professor Antônio Carlos Robert de Moraes, cujas obras estão, com devidas desculpas, “inacabadas”, no aspecto de que possibilitam uma gama de interpretações do espaço brasileiro, ou seja, que fornece a noção de movimento à Geografia, daí o uso do adjetivação “inacabada”. A partir delas buscou-se compreender o imaginário do *paulista*, do *Estado bandeirante*, algo que combina nas entranhas das frentes pioneiras.

2. Frentes pioneiras paulistas, no bojo de uma construção histórico-geográfica

2.1. A questão das ideologias: uma discussão presente

Na proposta de se pensar as frentes pioneiras paulistas, urge considerá-las como uma construção histórico-ideológica, por isso geográfica também, ou ainda, colocá-las como um constructo social e geográfico. Elas são elementos produzidos a partir de noções ideológicas muito fortes, já que o espaço é produto e condição social, no entanto, sua produção, dentro de uma marcha histórica, não é só fruto do acaso, e tampouco o espaço é algo dado, pronto e acabado. Na constituição histórica do espaço, o pensar nele requer tanto uma opção metodológica, como também política. É o que aponta MORAES (2005), ao referir-se à necessidade de existir uma consciência do espaço, esta, por si mesma, calcada na cosmovisão de quem se debruça sobre o objeto. A História do Espaço se faz na consciência dos homens numa ambiência material, mas com os valores simbólicos, culturais e mentais que lhes são prerrogativas ontológicas, na sua materialidade e concretude, ele guarda em si um campo de forças no seu processo de produção, como também um prisma interpretativo. A História que se faz, não é um acúmulo de fatos, mas sim um arranjo das ideias que estão inseridas na construção destes conceitos, dando-lhes conteúdo. Daí a importância das ideologias. O que quer dizer que por trás dessa produção, há representações, significâncias e valores. Como MORAES (2005, p. 17) alerta, a consciência individual é também produto social e histórico, se estruturando dentro de limites e possibilidades. Não sendo diferente na construção da Ciência Geográfica,

sua existência e mecanismos de interpretações requerem as molduras históricas pelas quais ela se fez. Ou ainda conforme LÖWY e NAÏR (2008) atentam, de acordo com o pensamento de Goldmann, o processo é/tem a sua totalidade, que abrange o campo da materialidade e da espiritualidade. Entende-se que isso é a consciência, fruto da atividade humana, perpassando pela subjetividade e objetividade. Isso culmina no todo dialético, em que as totalidades são constituídas, no passar no tempo e no espaço, num andar contínuo. Muito bem, lembra LEFEBVRE, (2011, p. 105), uma totalidade fechada exclui outras totalidades, prejudicando-as. Para esse autor, o que se deve ter como mecanismo de pensamento, são as totalidades abertas, já que estas implicam análises mais profundas, que refutam as totalidades de sistemas de pensamento, como o cartesiano, quando o homem e o humano se colocam como um dado unilateral, incompleto e abstrato, fator que traz prejuízos para a busca do entendimento mais eficaz da realidade. Nisso, emerge, conforme ele, a questão da unidade, que deve permear o pensamento, mas alerta:

La unidad no debe nunca disimular la contradicción y el conflicto más esenciales y más profundos, en un sentido, que la unidad, más ricos y más complejos. En comparación con la contracción, la unidad considerada en sí misma no solo es una aparecía. Pero recíprocamente, la contradicción no debe disimular la unidad. (LEFEBVRE, 2011, p.111).

Assim sendo, o jogo da compreensão dos processos ideológicos deve ser pautado dentro de uma ambiência de intencionalidades específicas, tratando-as como motrizes para a práxis. Isso, entretanto, advém de fortes meios paradoxais, que escondem as verdadeiras formações do real, pois este mesmo real contém um movimento, escondido, porém assim o é através das ideologias. Como estas servem como opção para veículos políticos, penetram nas formas de consciência, que adquire valor simbólico, porém, calcificando ações no concreto, não se esquecendo de que isso ocorre no âmbito de um processo histórico. A construção mesma do saber geográfico, no bojo mundial, como também brasileiro advém permeada destes prismas, uma vez que a práxis do conhecimento, requer a noção de que este está mergulhado dentro de um construção social contínua, no seu respectivo processo histórico.

Quando se busca a interpretação das *frentes pioneiras*, ou de qualquer outro objeto de um tempo passado, necessita-se entender o processo de construção e constituição cognitiva que se tinha naquele dado momento, embora urja o cuidado para não cristalizar e engessar o tempo e o espaço. No contínuo de sua construção, o acontecer se faz no presente. É preciso pensar num tempo de longa duração para interpretação dos diversos momentos históricos. A Geografia tem muito a contribuir nesse aspecto. Como já se mencionou, no entanto, é necessário o exercício de se mergulhar no contexto histórico em que o espaço tem sua produção e verificar, com isso, as suas representações geográficas, com sua carga ideológica. Constroem-se julgamentos a partir das práticas sociais, no tempo de longa duração e no espaço, essas práticas ganham sua roupagem, conforme o processo que se pretende verificar, porque há um sujeito como condição e resultado histórico. Não sendo esse um elemento alheio a todos os processos sociais que o envolvem. Ainda, conforme GOLDMANN (1976, p. 34) a individualidade histórica não é uma realidade dada, mas sim construída a partir do dado. Eis, um ponto fundamental para se pensar na análise e composição do que se chamou de *frentes pioneiras*, pois, como classificação de uma “porção do espaço”, elas são não só um fenômeno em si, mas o retrato de uma opção política, uma singularidade da Ciência Geográfica da época, como também o elemento ontológico de uma particularidade dentro de sua totalidade, ou seja, dentro da realidade concreta do momento da longa duração e da ação humana.

Nesse sentido, são necessárias as ideologias presentes nesse processo e não apenas se limitar a uma análise descritivas dessas frentes, num passado aparentemente remoto e distante, um vez que são construções presentes num discurso, num fazer e numa práxis de um dado momento, mas ainda com forte orientação política, (MORAES, 2005). Ela é um movimento que fundamenta ações, com uma força histórica que orienta as práticas. Conforme indica o mesmo autor:“(...)a produção do espaço se faz por meio de ideias e que a própria representação do espaço é um constructo cultural”. (MORAES, 2005, p. 40). Segundo tal raciocínio, é um constructo social e político, portanto. Mas, as representações atribuídas a isto é resultante de multifacetados fatores que constituem um pensamento, embora a ação seja dada por sua unicidade. As ideologias advêm, assim, da conjunção de fatores que são as práticas sociais, bem como, interagindo dialeticamente com estas tais

práticas, num desenrolar da História. Considerando a noção de ideologia geográfica, requer-se entender que o espaço geográfico adquire finalidades específicas no seu tempo histórico, conforme o movimento de pensamento, o movimento social e o intelectual. A ideologia geográfica remonta ao ôntico e ao ontológico do espaço, denunciando não apenas a concepção que se tem por Geografia, como também sua construção em categorias de análise. Faz parte do momento em que se adquire uma consciência do espaço. Retornando a GOLDMANN (1976, p.94) no que diz respeito à constituição da consciência do possível, ou seja, conforme a visão de mundo.

No limiar dessas ponderações, afirma-se que, ao assumir a ideia de *frente pioneira*, sob todas as possibilidades de interpretação, há uma postura política do autor, bem como uma visão de Ciência, de ser humano e de mundo. Esses fatores alertam que conceber esta área como frente pioneira emerge também da constituição do Brasil e do Estado de São Paulo, naquele momento, com todas as suas possíveis interpretações e visões.

Pensar as *frentes pioneiras paulistas* requer um cuidado com a chamada Geografia Histórica do momento, isso porque se trata de uma situação que busca entender o processo histórico imbricado com a produção do espaço, considerando que este é sociedade. O movimento histórico e dialético constante cria as condições necessárias para a produção sócio-espacial. Sendo assim, a consolidação da sociedade paulista, sob a égide das franjas pioneiras, requer o entendimento da totalidade e cosmovisão pela qual a sociedade paulista estava embebida no momento da expansão pioneira. Concorde-se, assim, com LEFEBVRE (2000, p. XXII) quando atenta para o espaço e o tempo não como um dado, mas sim como um produto, e nessa condição, produto de relações complexas que se ligam ao mental, ao cultural, ao político e ao social. Algo que busca em si a sua totalização, que ganha a sua dimensão global, sobretudo, no seu emprego e significância política dentro do capitalismo que se universaliza. As *frentes pioneiras* assumem muito bem este papel, uma vez que se tornam um vetor das forças produtivas no contexto em que estavam inseridas. Dentro dessa Geografia Histórica, o território brasileiro tem invólucros pelos quais se aponta a condição e o acontecer da História, guardando assim todas as suas intencionalidades e o complexo jogo de relações sociais. O cuidado que a Geografia Histórica possibilita, que se realize tais análises, mas atentando para fortes ideologias

presentes durante o processo de produção do espaço. Se é algo histórico, intrincado a relações sociais, sua significância e representação ganham adquirem o sentido do momento em que se faz a ação. A ação como práxis, ao mesmo tempo num jogo combinado de domínio e de subordinação. Isso porque, ao se mergulhar dentro da Geografia Histórica do estado de São Paulo, bem como do Brasil, no início do século XX, faz-se necessária a premissa de que se trata de uma país colonial, considerado novo, cuja exploração e espoliação eram o motivo de seu nascedouro.

Dessa forma, há a latência de que existe nesse jogo constante de produção sócio-espacial a conexão com um par dialético de modernidade-colonialidade. Nessas circunstâncias é que se toma também como viés de análise o conceito de Formação Econômico-social, pois essa ideia traz consigo o pressuposto do movimento, além da questão de que há um processo histórico na sua condição existencial. Assume-se, assim, que o entendimento das *Frentes Pioneiras* pesa sobre esse processo, já que estas assumiam uma nova caracterização na produção do espaço. Incide sobre elas, no contexto de sua ocupação, um entrelaçamento de antigas formações sociais, que recebem sob a batuta das ideologias, novas formações, considerando o marco civilizatório pelo qual o modo de produção capitalista demandava, naquele contexto. Como também a formação social requer o dinamismo da continuidade e o estender do tempo histórico. O espaço assim, se totalizava para o novo acontecer do modo de produção capitalista. Guarda para si, suas sincronias e diacronias, que advinham do tempo no local, representado como pioneiro, como também o tempo do novo que, que representava a civilização, aos olhos, de quem as entendia pelo compasso do processo de modernização. Com esses argumentos, cabe atentar para as palavras de DHOUQUOIS, (1971), que discute a relação entre o modo de produção e as formações econômico-sociais, sendo: “La première consiste à faire du mode de production une forme pure, abstraite, un modèle. Dans ces conditions, le concept de formation économique-sociale exprime la complexité, la diversité, le concret de l’histoire.”(DHOUQUOIS, 1971, p.68). Nessas condições, a noção de formação econômica e social se faz salutar no foco da compreensão dos mais variados vetores que engendraram a construção das frentes pioneiras no Estado de São Paulo. Nessas assertivas urge discutir com SANTOS (2005, p.22), quando reforça a necessidade de o espaço estar indissociável do processo histórico, para que assim haja a

compreensão do social, que é o espaço, em sua plenitude. Se há um contexto histórico, a sociedade é a marca deste, a espacialidade ganha sua concretude a partir dessas relevantes premissas de análise. E, considerando as *frentes*, o espaço, produto da sociedade e da história, sincronizam-se com o todo das formações sociais. Dessa maneira, concorda-se com este autor, que se caracteriza aí uma formação espacial e também territorial, Santos é enfático ao propor que:

Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento conjunto, e isto através de uma formação social. (SANTOS, 2005, p. 27-28)

O processo de totalização do espaço no invólucro do movimento do modo de produção capitalista gera tais condições num jogo desigual, porém combinado. Logo, há a necessidade de ideologias para que essas relações se concretizassem no espaço e no tempo. Os tempos históricos, que dão o tom no processo sócio-espacial, e, por isso, muitas vezes se fazem de forma desigual e descompassada. É nesta arquitetura que se deve também voltar a DHOUQUOIS (1971), pois se há a complexidade presente nas formações sociais, como resultado da História, há a combinação de diversas destas, de forma bastante explícita afirma:

Par exemple tout capitalisme comporte extorsion de la plus-value, bourgeoise et prolétariat, valeurs d'échange etc... Par exemple tout féodalisme comporte extorsion du surproduit par une coercition extra-économique, reduite possible en particulier par le biais d'une articulation entre seigneurie et féodalité. A contrario, si l'élément seigneurie manque, on aura une féodalité, mais pas une féodalité féodaliste, pas le mode de production féodaliste.

Une fois le type général donné, il est possible de spécifier celui-ci dans la réalité en montrant ses variétés historiques et géographiques. Ses variétés « régionales ». toute incarnation du mode de production comprend des spécificités structurelles et conjoncturelles, qui compliquent à l'extrême et parfois occultent le type général, à la fois invisible et présent. (DHOUQUOIS, 1971, p. 69)

Essa longa citação procura elucidar a ideia das singularidades existentes dentro das formações econômico-sociais, e, territoriais. O modo de produção sendo o universal, embora imponha sua ordem à totalidade, consegue agregar situações particulares que lhe dão a significância e concretude específica. As *frentes pioneiras*, assim, carregam para si, como parte do todo, a insurgência da ideologia do modo de

produção, numa constante totalidade da economia-mundo. Nasce do processo de internacionalização da economia global, que ganhava novas roupagens para a expansão e acumulação capitalista.

Enfatiza-se que, no processo da formação, embora homogeneizante pelo modo de produção, o descompasso marca tal expansão, assim, concordando com MARTINS (1996, p. 20) que, fundamentado em Lefebvre, há uma coexistência de tempos históricos, dado ao fato da exploração do homem pelo trabalho, condições materiais de desenvolvimento etc. Nesse ponto em que se legitimam as ideologias da ocupação pioneira, que, movidas pela expansão do capitalismo, coroam o processo de homogeneização dos espaços, naquele momento tidos como vazios, subtraindo as reais relações sócio-espaciais do Oeste de São Paulo. Ao se argumentar dessa maneira e retomar, por conseguinte, MONBEIG (1998, p.165), as frentes carregam consigo as irregularidades confusas e difusas, não se tratando de um projeto em si, mas de elementos econômicos que se apropriam da natureza para que, assim, elas se realizem. Nesse bojo, subestima-se o elemento natural e populações autóctones, como também o homem da economia primitiva e de subsistência. Consequentemente, o descompasso estava dado, era necessário se criar uma nova realidade social, pautada na ordem econômica. Aliás, uma advertência bastante relevante é proferida pelo autor ainda neste arcabouço: “Cabe ao geógrafo assinalar as etapas desse avanço e procurar até onde são explicáveis a influência dos elementos naturais ou, ao contrário, até que ponto correspondem a mecanismos econômicos”. (MONBEIG, 1946, p. 165-166). Há uma premissa do meio físico a ser vencido, e a ser incorporado, pela lógica da acumulação. Isso porque mais adiante, expõe, ao previamente ter relatado as depressões econômicas como motores da ocupação:

Já acentuamos a importância que as crises econômicas exerceram sobre o deslocamento para oeste. Elas não correspondem a datas precisas, como um dia de batalha, mas a uma época em que se esboça a nova situação, e em seguida desenvolve-se e resolve-se. As crises de superprodução correspondem à invasão do mercado exportador, por enormes quantidades do produto lançado pelas plantações recém-abertas. Abalando toda a vida econômica, a crise reduz as exigências de mão de obra, pois só as regiões verdadeiramente prósperas são ainda capazes de atrair o imigrante. Se é verdade que, a qualquer momento, não importa que a zona pioneira desse ser estudada sob o triplo aspecto da produção, da mão de obra e dos transportes, em tempo de crise esses problemas são singularmente mais graves. A crise também marca, como já vimos, uma desaceleração do avanço pioneiro e, ao mesmo tempo, traz os germes da nova fase. (MONBEIG, 1946, p.166)

Isso corrobora tais descompassos temporais no todo das formações territoriais, uma vez que no correr das intempéries do modo de produção se alimentava o processo de ocupação. Conforme, MORAES (2011, p. 18), a expansão da chamada economia-mundo e a necessidade da circulação mundial de mercadorias, aponta uma dicotomia importante, as *formas capitalistas de valorização do espaço* e a *valorização capitalista do espaço*, em que a primeira impõe os meios específicos de valorização do espaço, sendo o capitalismo em si; e a segunda adentra na capacidade de plasticidade do modo de produção, adaptando-se ao momento e ao meio em que as formações se encontram; ambas opostas mas complementares. As chamadas *frentes pioneiras* se encontram e se desencontram neste desenrolar, tanto que a partir do centro de comando, que já era a capital do Estado de São Paulo, naquele momento, lócus de valorização capitalista, ditava as formas capitalistas de valorização do espaço – as *frentes*. A externalidade do modo de produção garantia o adentrar para o Oeste, inclusive nos ditames da necessidade de mão de obra, do preço de mercadorias e de lugares para serem criadas infraestruturas de transporte, sobretudo, ferrovias. O importante era não só a acumulação, mas a circulação para se acumular. Confirma-se a hipótese de Martins da peculiaridade de se existir formações não capitalistas para se realizar o capitalismo. Justifica portanto, que as frentes pioneiras são, de fato, *fundos territoriais*, ou seja, espaços a ainda serem submetidos a uma lógica da acumulação. Funcionando como “áreas de reserva” nos momentos de crise de acumulação, ou ainda, para realizar novas formas de acumulação.

Na trama do descompasso de formações territoriais, vale lembrar a presença dos pioneiros de fato, os grupos indígenas os quais ocuparam o Estado de São Paulo, ou até mesmo o Brasil, que tiveram suas atividades tolhidas pela ideologia eurocêntrica, apresentava-se formações diversas das que se propunham como “civilizadas”. Nos variados estudos realizados, destaca-se Alfred MÉTRAUX (1948), citado por Monbeig, que observa vários elementos do gênero de vida desses povos. No que toca o processo econômico, e por assim dizer seu modo de produção, é apontada sua economia bastante elementar e primitiva, bem distante do veio capitalista, que realçava as estruturas de parentesco como mecanismo de ação para a subsistência. Suas considerações são muito importantes, nesta discussão, pois o

autor considera seu gênero de vida como *civilização material*, não nega a materialidade das formas. Civilização cuja economia baseava-se na coleta, caça, pesca e meios rudimentares de artesanato, não significando, porém, isso um atraso. Se assim fora considerado, era porque houve um choque e, até mesmo, uma subjugação de suas bases materiais e simbólica de vida. Um dado importante, que confronta com o processo capitalista, é que em seus estudos, MÉTRAUX (1948), constatou que na prática agrícola:

The whole community, among both ancient and modern Guaraní, cooperated in clearing a large field by the slash-and-burn method in a thick forest and then subdivided it into *family plots*. Planting and sowing were regulated by the course of the Pleiades. The main agricultural tool was the digging stich. After five or six years of cultivation fields were considered exhausted and were abandoned (MÉTRAUX, 1948,p.143) grifo nosso.

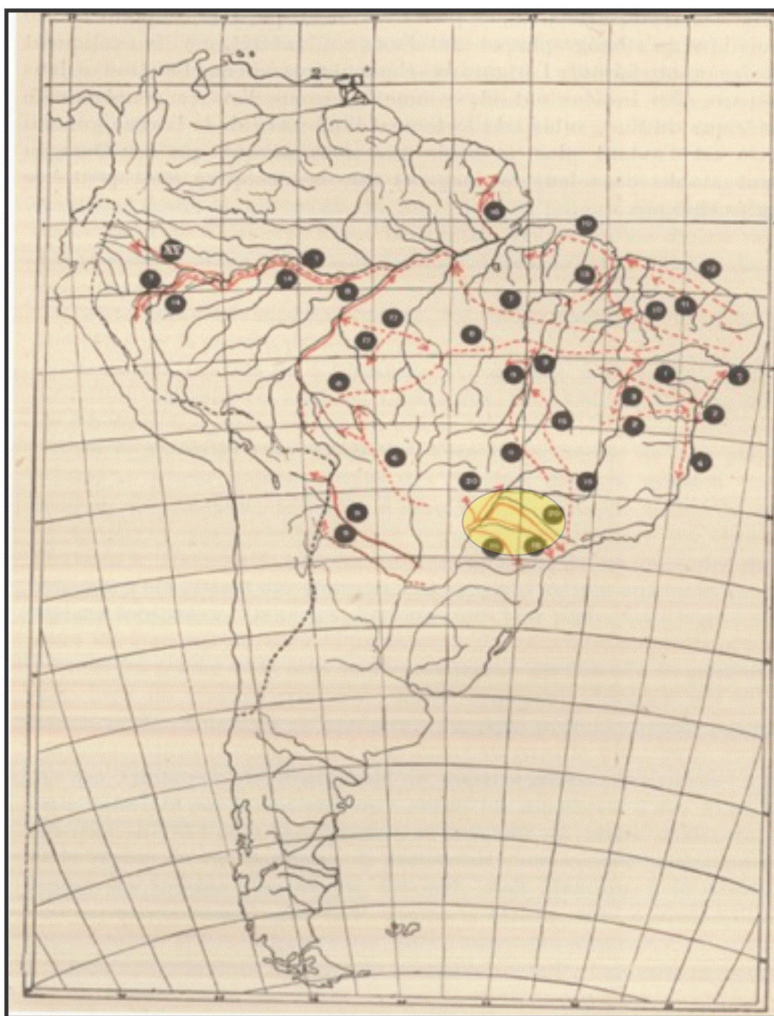
Além das práticas elementares de relações econômicas relatadas acima, chama-se atenção para a parte destacada em que relata a existência de uma trama familiar no trabalho, como uma *divisão familiar de trabalho*, inerente ao seu modo de produção. Merecem destaque também nos estudos de Métraux as constantes migrações desses agrupamentos humanos, produto de sua prática cultural como também de conflitos com europeus. Entretanto, nessa prática cultural migratória, é válida a questão de que ela será ressignificada na construção do imaginário paulista². Nesse contexto, portanto, o modo de produção tupi-guarani não se assentava na exploração do trabalho, nem servil e nem livre, nos moldes capitalistas e, até mesmo, a ideia de liberdade, configurava-se em um outro conceito. Por isso, é válido afirmar que existe outra relação de tempo e de espaço, isto é, outra lente de produzir o espaço, constituir territórios, tal qual outro imaginário presente. Supõe-se que na justificativa de sertão o imaginário desses povos será recriado por ação do processo colonizador. A figura abaixo pode elucidar, embora seja produzida sob olhos europeus, a fluidez cujo território possuía na imensidão desses povos autóctones. No entanto, é muito salutar expor que MONBEIG(1998, p.129) afirma que os indígenas são os verdadeiros pioneiros, mesmo que haja certa dubiedade nisso, o pioneirismo

² A ser tratada posteriormente, em que foi considerada por Paulo Prado e Sérgio Buarque de Hollanda como um dos motores do espírito desbravador paulista. Configurando um imaginário para a expansão.

também é uma construção por lhe estar inserido o desbravar. A grande diferença entre estas formações está apenas no modo como se lida com a natureza e suas representações.

FIGURA 01

MIGRAÇÕES HISTÓRICAS DOS TUPI-GUARANIS



ÁREA EM DESTAQUE - FRENTES PIONEIRAS PAULISTAS
LINHAS CONTÍNUAS - ITINERÁRIOS COMPROVADOS
LINHAS DESCONTÍNUAS - ITINERÁRIOS HIPOTÉTICOS

Extraído do trabalho de A. Métraux. Migrations historiques des Tupi-Guarani. **Journal de la Société des Américanistes**. Tome 19, pp. 1- 45, 1927.(org.Rodrigues, G.C.2015)

Na área em destaque do mapa, vê-se que a movimentação desses povos se dá no sentido contrário ao da marcha pioneira. Assim, se confrontam duas visões de mundo opostas. A marcha pioneira, com toda sua carga ideológica, segue para o Oeste no combustível da acumulação, ao passo que a nativa segue para o Leste, já que as finalidades eram outras. Estas não eram uma acumulação de capital e menos ainda, as formas de valorização capitalistas do espaço, mas sim a garantia da subsistência, numa economia dita como natural³. São formações suprimidas pelas ideologias do *sertão*, *fundos territoriais* e, até mesmo, *frente pioneira* legitimaram a entrada de um novo modo de produção, nestes fundos, cuja conotação já pressupõe o ideário da expansão territorial.

Dessa forma, é sob esse alicerce que a Geografia Histórica deve se atentar, já que o espaço não é uma “matéria morta, dada e inerte”. A compreensão deste requer a análise na práxis que se faziam os tempos, estes sob condições do momento social e das necessidades geradas ou produzidas, que, no caso, é o recorte das frentes pioneiras. LEFEBVRE (2000, p.21) chama a atenção nesse aspecto, quando provoca para o espaço-tempo através de uma multiplicidade indefinida de lugares, considerando uma sobreposição de práticas sociais, no entanto, geradas a partir de conexões mentais e culturais. Afirma, portanto, que é necessário o entendimento nunca isolado da realidade, mas sim dentro de uma totalidade. (LEFEBVRE, 2000, p. 21-23). No seu entendimento, o espaço, produto da sociedade, atende a três condições essencialmente importantes, como a questão da prática espacial, assegurando a produção e reprodução, com seus conjuntos sócio-espaciais e temporais próprios, que guardam para si a relação dominado e dominante, é o percebido dentro de uma constante e cotidiana. Nesse arcabouço, trazem-se também para discussão as representações do espaço, guardadas nele, sendo este o espaço dos planejadores. Assim, no caso das frentes pioneiras, pode-se considerar o concebido, o espaço de quem domina. Esse espaço num mundo capitalista trazia roupagens imperialistas do entre-guerras, no caso, o das frentes, era a concepção de uma classe que busca otimizar a acumulação através da terra, e também de um espírito desbravador presente no contexto pioneiro. Também aponta para o espaço de representação, o vivido, que traz consigo as imagens, símbolos e os usos dados a

³ Entendendo que esse “natural” é também uma construção de uma visão de mundo europeia.

ele. Nesse viés, é muito importante o imaginário do espírito bandeirante que dá o significado para as ocupações, algo a ser trabalhado mais adiante. (LEFEBVRE, 2000, p.48-49). Estes se interagindo numa constante dialética.

Diante disso é latente focar que o espaço-tempo dentro das representações segundo esse autor, abarca circunstâncias muito associadas a um processo de dominação, mas advindo com o exercício do modo de produção capitalista. Essa representação do espaço ganha seus contornos dentro de uma ideologia, em que se procura legitimar uma intencionalidade. Isso vai muito bem ao encontro das chamadas frentes pioneiras, pois traz para a discussão o simbolismo presente no seu processo de incorporação. Aliás, a ideia de que eram áreas a serem incorporadas, por si só já traz uma forte intencionalidade ideológica, em que se questiona o que é o incorporado. E o que é o pioneirismo. Permite-se, portanto, pensar que incorporar já traz todo um constructo social, de um tempo social que tinha por o objetivo os primeiros passos da acumulação, num todo global, concordando com Lefebvre:

L'histoire de l'espace ne peut se contenter d'étudier ces moments privilégiés : la formation, l'établissement, le déclin, et l'éclatement, de tel code. Elle ne peut laisser de côté le global : les modes de productions comme généralités, les sociétés particulières qu'ils englobèrent avec leurs singularités, événements, institutions. L'histoire de l'espace périodisera le processus productif, d'une manière qui ne coïncidera pas exactement avec périodisations admises. (LEFEBVRE, 2000, p.59)

Algo que vai ao encontro com MARTINS (1996 p.19) pelo fato de existir aí o descompasso nos tempos, que se manifesta com formações sócio-territoriais diversas. Assim, o tratamento dado à noção de *frente pioneira* necessita de concepção dentro de um todo global. Não sendo errado afirmar que esta guardava, dentro da constante de formação territorial do Brasil, uma mundialidade, no invólucro da aceleração capitalista do momento pelo qual o país passava, protagonizado por São Paulo. As *frentes* eram ideologias para legitimar a nova dinâmica do capital, que buscava novos meios de acumulação. Como o espaço contém contradições específicas produtos das mesmas contradições sociais, as frentes eram forma e conteúdo destas, e, conseqüentemente, ao vê-las como um espaço mágico para a acumulação, escondia os reais paradoxos presentes nelas: o conflito, a violência, a espoliação indígena, a degradação ambiental. Logo, dentro do âmbito da Geografia Histórica, as ideologias presentes, resultantes da cosmovisão de classe são fatores

elementares para seu entendimento, e também permitem entender, na sua singularidade da violência e exploração, o todo da formação territorial do Brasil. Pensando São Paulo como o suposto fio condutor da economia brasileira, evidenciavam-se as condições de elementos desiguais dentro do território brasileiro, ainda frágil, e ainda a ser explorado e o pioneirismo era a justificativa para a modernização do país. Pela razão de a prática espacial determina o espaço em seu tempo, em seu contexto, as ideologias surgem como mecanismos de alienação do território, que legitima uma prática predatória de sua formação. O espaço, assim, é resultado de um conjunto de operações simbólicas que se concretizam. A Geografia Histórica das *frentes pioneiras* expõe um território em formação, mas denuncia também o território como o é no presente. Ele é resultante de um conjunto de forças sociais, políticas e econômicas que se fazem presentes e até os dias atuais, pois a História ainda se realiza, e se realiza na formação territorial, é a espiral contínua do tom da dominação e da subordinação ainda presente no contexto brasileiro. Dessa forma, as *frentes* são singularidades de um contexto de espoliação, de uma relação de desenvolvimento desigual e combinado, de um todo dialético, da cosmovisão colonial⁴. Embora esta comece no século XVI, o pêndulo da história ainda se manifesta, entrelaçando todas as suas condições de violência, o pêndulo é, portanto, geográfico. Continuando, de acordo com LEFEBVRE (2000), o espaço produzido não são meios de vida, vazios e separados de seu conteúdo, tanto que: “L’espace social commence à apparaître dans son hyper-complexité: unités individuelles et particularités, fixités, relatives, mouvements, flux et ondes, les uns se compénétrant, les autres s’affrontant etc.” (LEFEBVRE, 2000, p.106). Neste arcabouço em que as frentes adquiriram sua forma e conteúdo e em que ao mesmo tempo silenciavam contradições, por outro lado, as expunham, já que são singularidades do todo brasileiro, e do processo de totalização territorial. O que se considera como, aparentemente, local não desaparece nesse todo global, daí a mundialidade das *frentes pioneiras*. Sobretudo, no que tange ao espaço, ele nasce do cruzamento de forças produtivas, (LEFEBVRE, 2000, 108), mas indo além do cruzamento de

⁴ Não se esquecendo de que esta se inicia no século XVI, quando ocorreu a ocupação portuguesa no Brasil, mas que a intencionalidade colonial ainda se manteve presente no momento do avanço das frentes pioneiras no Estado de São Paulo.

elementos culturais e sociais no seu dado momento temporal, com a diferença de que o econômico subordina as demais instâncias.

LEFEBVRE (op.cit.) alerta, quando os historiadores fazem um “recorte” do espaço dentro de sua temporalidade, imobilizando os processos. Algo que se fragmenta e impede a análise completa da análise. Ainda para o autor:

Or, dans l'histoire de l'espace comme tel, l'historique, le diachronique, le passé générateur s'inscrivent incessamment sur le spatial, comme sur un tableau. Il y a plus, sur et dans l'espace, que des traces incertaines laissées par les événements ; il y a l'inscription de la société en acte, le résultat et le produit des activités sociales. Il y a plus qu'une écriture du temps. L'espace généré par le temps est toujours actuel, synchronique et donné comme un tout ; des liaisons internes, des connexions relient ses éléments, elles aussi produites par le temps. (LEFEBVRE, 2000, p.131)

Se o espaço é gerado concomitante ao tempo histórico, as *frentes pioneiras* demonstram um presente, que aponta para o processo de totalização capitalista pelo qual elas passavam. E tal citação corrobora o fato do espaço como uma totalidade, em que a função da história se faz presente nele, dando-lhe a coesão de ser e estar, ou seja, a historicidade do espaço é uma condição *sine qua non* para sua ontologia, uma vez que aponta para o atual *do movimento histórico*. Por isso, as *frentes* reproduzem o *hoje* da história paulista, como também brasileira, servindo como subsídio para a compreensão da formação territorial do Estado de São Paulo e do Brasil. Isso porque esta aflora dentro de uma constante, produzida por sua própria totalidade, cuja violência, as atrocidades, a realização da mais-valia e a subordinação do território se fazem presentes nelas. O modo de produção capitalista monopolista se realizava no âmbito da anexação dessas áreas do Oeste Paulista. Surgindo aliás como um projeto de nação a ser constituído, dentro de suas condições históricas e materiais, revelando e ao mesmo tempo obscurecendo intencionalidades. A ocupação das frentes, assim, traz novas singularidades ao espaço, uma vez que se inseria neles novos meios de produção.

Na amplitude deste tema, é preciso confrontar-se com Antônio Carlos Robert de Moraes, para quem o espaço é um caminho material para o entendimento da História, já que se constroem materialidades, assim, a Geografia e o espaço são uma modalidade histórica (MORAES, 2005a, p. 39). Conforme esse mesmo geógrafo, uma assertiva bastante relevante nesta discussão passa pela questão de que a

temporalidade submete a espacialidade e o processo universal de valorização do espaço, sendo um processo denso de particularizações temporais e espaciais. (MORAES, 2005a, p. 43). Isso remete ao processo de incorporação das *frentes pioneiras* num todo dialético, dando-lhes o verdadeiro significado de explicitar as condições materiais (sendo estas sócio-econômicas) do processo de produção da formação territorial do Brasil e de São Paulo. Isso afirma o papel da Geografia como um mecanismo de entendimento do processo social, pelo viés das chamadas *frentes pioneiras paulistas*. Nessa construção histórica e geográfica, o espaço como produto social, produto do trabalho do homem, tem sua teleologia e causalidade, fato que significa o processo material resultante de certa externalidade, confirmando que o todo se faz nas singularidades do processo. As *frentes pioneiras*, portanto, da forma como foram tratadas são resultado disso.

Mas é salutar, ainda mais quando se aborda a visão de um autor, no caso Pierre Monbeig, que sua consciência enquanto pesquisador é também um produto social, que sofre as interferências de um constructo São Paulo e Brasil, ou seja, sua cosmovisão, não só presa ao Novo Mundo, ela também abarca limites e possibilidades, e formas de interpretação, contornos de representação do espaço. MORAES, (2005b, p.27), fala em uma consciência do espaço, como uma razão dialética e total entre o fenômeno e o processo pelo qual se interpreta a realidade. Assim, o espaço ganha suas ideologias, ou ainda concordando com o mesmo autor, *Ideologias Geográficas*. Se se pensar que há uma ideia de se classificar o Oeste Paulista como *frentes*, explicita-se uma visão de mundo do autor, uma vez que, em se tratando de *pioneiras*, é possível questionar, o que é ser pioneiro? Por si só, pioneiro demanda uma noção do primeiro e embute o fato da descoberta, a partir dessa conceituação, desdobram-se diversas outras conceituações, como *áreas novas*, *sertão* etc e todas elas aparecem como construções sociais assumindo a consciência do/no espaço. É o movimento do pensamento que tem verdades parciais, ou aproximadas, em que se tem um tempo e espaço, embora totalizantes, são “suspensos” num determinado momento. Opta-se por assim dizer – “suspense” – já que, como se falou há uma visão parcial do que elas guardam e representam. Como o espaço e o tempo contêm suas contradições e, por isso, sua identidade, a cosmovisão pode ou não salientá-las. Para isso, considerando o pensamento

dialético, as partes não são estruturas isoladas, mas sim devem ser inseridas em seu contexto estruturante. As *frentes pioneiras*, assim, necessitam ser visualizadas, e até mesmo desmitificadas, dentro de um arcabouço ideológico que, por si, conduz a sua matriz fundante. Exatamente pelo fato de as frentes pioneiras serem representações ideológicas, o pioneirismo remete ao bravo e ao forte. Quando Monbeig clama por uma lógica americana pela qual o Brasil adentra, trata-se de sua abertura para um novo processo de acomodação econômica, cuja influência dos EUA é inegável neste contexto⁵, uma vez que esse país é pioneiro por si só. É provável que tenha sido forjado esse imaginário para que, assim, se criasse o impacto do Brasil novo, com São Paulo novo. Logo, a cosmovisão é um fator muito importante nos estudos da Geografia Histórica, ainda mais no que se refere às formações das chamadas sociedades ocidentais, sob as luzes do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Nisso é preciso concordar, novamente, com MORAES (2005b), que, ao propor a Geografia como práxis política, considera as ideologias funções elementares na constituição de uma consciência do espaço. Porém, para que esta seja significativa, o papel do sujeito na análise e visão do espaço e do tempo tem seu caráter movido pela marcha da história e com sua consciência de classe. Muito relevante para esta discussão, suas palavras mostram que:

...o movimento da consciência se dá num âmbito de relações sociais. A substância integral do ato consciente são valores, dados e emoções socialmente elaboradas. Os conceitos, os significados, a própria linguagem, são produtos sociais. A capacidade de pensamento só se faz potencia na apropriação/transformação do ambiente, e este é um aprendizado societário. Assim, indivíduo e sociedade não devem ser opostos na análise. Dar conta de suas relações é captar a dialética do conhecimento. (MORAES, 2005, p.17)

Nesse quesito corresponde ao pensamento de GOLDMANN (apud, LÖWY e NAÏR, 2008 p.32), que, dentro do âmbito do estruturalismo genético, coloca *quem pensa* no seu contexto, enquanto indivíduo membro de uma classe, de um grupo ou de uma formação territorial. Por conseguinte, o espaço produto e condição social se articula como causa e finalidade, suscetível a externalidades de uma base material e

⁵ Não sendo uma relação de influência direta, no caso, mas sim, pelo fato dos EUA também ser um país pioneiro, embora os moldes de colonização sejam diferenciados.

concreta. O espaço assume um discurso e adquire suas representações, por exemplo, a paisagem, enquanto categoria de análise dele, e guarda diversas temporalidades e multiplicidades sócio-culturais, que podem ter diversificadas interpretações, sendo estas referentes à ação e prática política de quem a analisa. É assim, portanto, que se cria a consciência do espaço. Quando Monbeig, discute em 1937 *Les zones pionnières de l'État de São Paulo*, considera a colonização rural como um mecanismo de formação de paisagem humana. Contudo, distancia-se de agentes sociais, bem como da formação territorial, que ali já estavam presentes, selecionando somente, como *humano*, práticas econômicas e culturais nascedouras típicas da Europa. Com isso, a paisagem humana fica restrita à sua cosmovisão europeia, todavia, ressignificada para um presente brasileiro. Até mesmo quando afirma:

Les pionniers étaient isolés, travaillant sans liaison : tentatives individuelles, familiales comme celle de ce colon qui avait installé toute sa tribu, fils et gendres, en tout en cinquante personnes. Peu à peu la marée montante des colonisateurs a envahi les territoires de chasse des Indiens, absorbé les précurseurs ; ou bien ceux-ci sont partis plus en avant recommencer le même travail.

Comment la colonisation rurale et naît un paysage humain, comment se fondent et se développent des centres urbains reliés par voie ferrée et les routes, quelle est la place de la zone pionnière dans la collectivité pauliste, telles sont les questions que j'envisagerai tour à tour. (MONBEIG, 1937, p.345)

Na passagem acima, Monbeig retrata não apenas sua cosmovisão de mundo, como já foi dito de um todo europeu, como também assume, implicitamente, sua visão política e geográfica nesse aspecto. Isso porque ele enxerga como mecanismo de prática humana apenas a do colonizador e pioneiro, que traz consigo a formação urbana, nos moldes de organização sócio-espacial europeu e aponta para o território como o lócus de caça ao nativo. Sendo esse um campo de forças (que de fato o é) e com formas de violência nesta disputa, muito explícito na passagem abaixo, ao comentar um confronto com Caiagangs nas nascentes do Rio Feio:

Ce ne sont que des cas isolés et la première pénétration se heurta à une rude opposition. Les indiens épiaient constamment les défricheurs, profitant de leur intention pour les attaquer, *s'emparer de leurs armes et de leurs outils, emportant tout ce qu'ils pouvaient trouver de leurs pauvres maisons*. Ces razzias étaient marquées par des massacres atroces, à coup de flèches et de couteaux.

De leur côté, les pionniers répondaient à l'attaque indienne par une égale brutalité. Certains d'entre eux se spécialisaient dans l'organisation d'expéditions punitives, les « *dadas* ». ces chasseurs d'indiens, les « *bugreiros* » étaient connus dans

tout le sertão car ils se transportaient volontiers d'un défrichement à un mettre sur pied une « dada ». (MONBEIG, 1952, p. 114) grifo nosso

Numa posição oposta, estava o colonizador e o nativo, evidenciando o espaço como luta, como disputa, quando o concebe como território. Ressalta-se sua descrição dos nativos que tomavam os utensílios dos pioneiros em suas pobres moradas, ficando subentendida a violência recíproca como um revés. Muito mais que utensílios estavam a disputa pelo espaço e o confronto de tempos e de sobreposição de formações territoriais opostas. Subliminarmente, há um encontro com a ideia de território numa visão ratzeliana, uma vez que se manifesta em sua descrição como um campo de lutas, um espaço, de fato, vital para que se reproduzissem as formas de vida.

O uso dessas categorias e classificações elucida a consciência do espaço a ser produzido conforme um viés externo, ou melhor, com a teleologia externa, cuja motrizes da ocupação só o são, se forem por meio destas ações. Isso não deixa de ser um posicionamento político e transcrição de sua visão de mundo, e até mesmo de Geografia, que nesta ocasião muito se abarcava a questão dos gêneros de vida. Ainda, sua noção de território fica em segundo plano ao se deparar com o conceito de paisagem, já que o território era de caça ao nativo, e paisagem, o elemento que marca os primeiros passos do que se considera civilização, a Geografia, logo, como a Ciência em si permite vários discursos. Nesse arcabouço, ressalta-se o fato de a *frente pioneira* guardar para si todo o movimento escondido da formação territorial do Brasil, pois a violência e a conquista da terra ainda estavam em marcha. Sob essas premissas, foi se constituindo a apropriação do espaço brasileiro, forjado como nação, numa concepção exógena, é uma forma de discurso que o espaço adquire. Por isso, expõe-se como uma consciência de espaço. MORAES (2011, p. 83,) fala de construção de país, cuja necessidade é forjar um território, na batuta da conquista, da exploração de recursos naturais e, sobretudo, no uso da violência para com o nativo. Algo que quase nunca foi pacífico, os grupos humanos para ele, sempre foram tidos como empecilhos nessa construção. Nisso, a violência e diversos mecanismos de espoliação foram premissas, para que houvesse tal processo, a consciência de espaço que se dá com o viés de dominação e subordinação, cujos meios de ação assumem diversas posições dentro de um modo de produção e de suas respectivas

cosmovisões, a serviço de um imperativo para acumulação. Concorde-se com o autor que a conquista das *frentes* era um mecanismo de expansão territorial, ou seja, que passava domínio de espaços, ainda que o recorte das franjas pioneiras não fossem no Brasil colonial propriamente dito, elas tinham o mesmo caráter, o de conquista do espaço.

Logo, afirma-se que no processo de produção/apropriação e consciência do espaço há dialeticamente a produção e constituição do território. Isso porque, conforme LEFEBVRE (2000), baseando-se em Marx e Engels, os homens como seres sociais produzem a vida, a história, a consciência, o mundo, abrangendo com isso multiplicidades diversas, resultantes do trabalho. Como o homem tem sua prática social, cria obras, modifica sua realidade, para isso é necessário trabalho. Dessa forma, há uma inseparabilidade de sua função, ou seja, numa constante dialética entre a forma e o conteúdo. Não sendo diferente para o espaço nas palavras do próprio autor:

Or, l'espace (social) n'est pas une chose parmi les choses, un produit quelconque parmi les produits ; il enveloppe les choses produites, il comprend leurs relations dans leur coexistence et leur simultanéité : ordre (relatif) et/ou désordre (relatif). Il résulte d'une suite et d'un ensemble d'opérations, et ne peut se réduire à un simple objet. Pourtant, il n'a rien d'une fiction, d'une irréalité ou « idéalité » comparable à celle signe, d'une représentation, d'une idée, d'un rêve. (LEFEBVRE, 2000 p.89)

Nessa assertiva, concordamos com a visão dos geógrafos anglo-americanos BRENNER; ELDEN (2009), os quais endossam que existe a produção do espaço pela sociedade dentro de um constante processo histórico. Dessa forma, se há uma produção do espaço, ele não é preexistente, mas sim é algo coproduzido com o território dentro de uma totalidade dialética. Para esses autores, o território é a historicidade política do espaço, em que há a coexistência de táticas e de estratégias políticas associadas ao capitalismo e ao Estado modernos, nesse campo de forças que conduzem à produção do “espaço-território”. A ocupação pioneira, então, continha inúmeras relações que coexistiam num jogo já marcado a partir deste mesmo processo, já nascem com sua causalidade seguida de sua teleologia, já pressupondo a territorialização. A intencionalidade que ganhava as *frentes pioneiras* fazia delas uma territorialidade, ou seja, cuja ocupação era balizada por uma prática ideológica. Assim, as frentes nascem como um ideologia geográfica que procura ressignificar os

fundos territoriais. Como excelente meio de fundamentação, a Cartografia Histórica vem a ajudar tal proposição. Conforme a figura abaixo:

Figura 02



FONTE: GALLICA Lombard / J.H.. Carta topographica da Provincia de São Paulo. Petipé 20 legoas ao grao [=Om. 056 ; 1 : 2 000 000] / J.H. Lombard gr.. 1847. Org. Rodrigues, G.C. (2016)

Embora se trate de um mapa ainda do século XIX, é notável que o Oeste Paulista, que vinha a ser as áreas de *frentes pioneiras*, é classificado como um terreno desconhecido. Partindo do pressuposto de que há nitidamente um silêncio cartográfico que negligencia a presença do elemento humano, no caso, o nativo, e o considera “desconhecido, nasce a permissão para exploração e ocupação desse território. O mapa, assim, sendo com um instrumento de poder, não só garante a posse da terra, a delimitação de fronteiras etc, como também funciona como um instrumento de informação, nesse caso, carregado com a ideologia do fundo territorial. O território, portanto, estava posto, mas ainda era necessário ser ocupado.

2.2 A construção do “Paulista” como ideologia

Argumenta-se que há a construção de um imaginário paulista calcado no desbravar que rememora tempos fundantes da colonização. Para justificar as ações pioneiras esse pioneirismo já, por si, é ideológico, o que corrobora para que haja a existência de áreas a serem ocupadas.

Tratar, então, o fato das *frentes pioneiras* trazidas por Monbeig exige também o processo de construção do imaginário paulista, que muito se confunde com a ideia do bandeirante. Esse vocábulo em questão vem embebido da noção de desbravador, que tem uma de suas ideologias fundantes, o sertão. O pioneirismo, assim sendo, coroa exatamente essa forte noção. No desenrolar disso, é muito profícua, uma discussão com Sérgio Buarque de HOLANDA (1972), que demonstra, dentro de uma construção de civilização brasileira, a relevância da conquista do Planalto de Piratininga, locus escolhido para a fundação do Colégio Jesuíta, dando origem à cidade de São Paulo. O ideário de um “Estado Bandeirante” tem fortes raízes nessa ocupação. São Paulo do Piratininga já nasce como um enclave para infortúnios da Coroa Portuguesa, justamente em função de suas condições fisiográficas. Se se analisar esse fato, como certo imaginário do avançar, já se tem a questão imprescindível de vencer a enorme barreira que era a Serra do Mar. O lugar escolhido entre os divisores de água dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí, era beneficiado pela pobreza de seus solos e pelo esquecimento de outros pontos mais próprios da então colônia portuguesa. Nesse aspecto, Buarque de Holanda defende a ideia, ainda

que soe como determinista de, que o isolamento do povoado garantiria dois caminhos ao desbravador: ou isolamento ou a partida para o sertão. Nas palavras deste autor (HOLANDA, 1972, p. 277), era necessário ao paulista a busca por um “remédio para sua pobreza”, no caso, o nativo. Para isso, ao paulista restava o sertão, o que hoje toma-se como interior do Estado. Assim, o modo de vida pobre, com práticas agrícolas bem distantes do latifúndio de plantation do Nordeste, favorece a existência de pequenas propriedades, que culminaram na policultura. Nesse desenrolar, o objetivo de apresamento indígena é essencial para o nascimento das bandeiras rumo ao Oeste Paulista. Mas um ponto bastante importante na sua leitura é que mais uma vez as condições naturais assumem um aspecto importante nessa construção. É o caso do sítio onde se situava a Vila de Piratininga, quase que um entroncamento natural formado por uma rede fluvial, bem como um entroncamento do relevo, que possibilitava o avançar para o chamado sertão. Núcleo do bandeirismo, já se considera em seu isolamento, que se tratava o sítio de Piratininga como sertão em si, ou seja, já fora algo desbravado. Como ali se abrigava o desconhecido, a conquista do Planalto de Piratininga já significou a ruptura como o litoral colonial e consolida, assim, uma apropriação que assume caracteres importantes no imaginário do bandeirismo paulista. Essa questão é mais uma ideologia geográfica, segundo o autor:

Eis como o planalto, na região vicentina, sobrepujou o litoral, pelas vantagens que oferecia à colonização. A estreita faixa costeira, os terrenos baixos constituídos de margens e pântanos, a inexistência de um solo rico e comparável aos massapés do Nordeste, um clima tropical, gerador de endemias, tudo isso contribuiu de forma a impulsionar o homem serra acima, permanecendo quase desprezada a zona costeira. Os fatores geográficos explicam pois, vários motivos de deslocamento do centro de colonização do litoral para o planalto, da escolha do sítio para a localização da célula original do aglomerado paulistano e de seu posterior desenvolvimento. (HOLANDA, 1972, p. 274)

O elemento natural forja o desbravar, ao romper com a serra e buscar *serra acima*. Algo que fornece subsídios, ainda segundo Holanda (1972), para a construção de uma psicologia bandeirante, o ambiente natural serve como impulso para tal ação. Atenta-se que nesse caso não se trata de um determinismo natural, o elemento natural não assume a função de condição, mas sim de propulsão para o adentrar. Nessas circunstâncias, o desconhecido é constituído como sertão, sendo este calcado na busca pelo braço indígena, que nutre, conforme HOLANDA (1972 p. 281), o

nascimento de uma sociedade de “moldes democráticos” a qual, de certa maneira, permite a todos a participação das bandeiras, mas se ressalta o fator de uma sociedade já miscigenada pelo europeu e o próprio nativo. HOLANDA (op. cit.), de alguma forma já denuncia a existência de um gênero de vida, que habilita também as entrâncias para além de Piratininga, retornando ao fato de que é nesse envolto que nasce o que se considera até hoje como “espírito bandeirante”, o que, no imaginário paulista, representa uma ideologia geográfica, bem reconhecido por MONBEIG (1952, p.107-108): “Ceci est extrêmement importante car il s'est crée un mythe du Bandeirante dont l'efficacité psychologique est certaine. Quand n veut célébrer un fazendeiro, défricheur de forêts, planteur de villes, il n'est pas de plus beau titre à lui décerner que celui de Bandeirante.”

O bandeirismo, então, impunha o avançar, e neste processo o avançar era conquistar novas áreas, retomando, novamente, HOLANDA (1972, p. 281), conforme suas palavras: a miscigenação euro-ameríndia, o regime da pequena propriedade, a administração exercida por elementos do próprio povo e pelo espírito de cooperação dos membros da comunidade em assuntos de interesse público acentuam uma relação entre o isolamento e o sertão. Assim, o imaginário pioneiro já estava sendo estabelecido por dados psicológicos que suscitam a integração pioneira. Algo, enfatizado por Monbeig:

A vrai dire, tous subissent la magie des grandes espaces libres et tous ont l'ardente conviction la fortune les y attend. (...) La séduction des terres neuves et la passion de l'argent rapidement gagné se retrouvent dans tous le pays neufs et nord au sud du continent américain. Appel du Grand Nord du Canada, marche vers l'Ouest il n'y a pas si longtemps encore aux Etats-Unis, défrichement du sertao pauliste, ne sont que des variations locales sur un thème continental. Ici, le colon moderne se réclame du trappeur ; là, il est l'héritier du « pionner » ; à São Paulo, el est continuateur du Bandeirante. (MONBEIG, 1952, p. 110)

A “magia do espaço livre” novamente é um elemento que cerceia o imaginário paulista e nesse aspecto o espaço assume seu caráter de necessidade de ocupação, num movimento ontológico, cuja missão do paulista era o desbravar. Ainda essa discussão, vale ater-se para as ideias trazidas por Gilberto Freyre, que aponta para uma personalidade bandeirante dentro do paulista. Ao ponto de pensar que mesmo oriundos de outras regiões do país e do exterior, assumem a condição do bandeirismo. Isso em função de um imaginário constituído ao longo da história, retomando a ideia

de ideologia geográfica, para o autor, trata-se de uma transmutação bandeirante, envolvida, até mesmo, num contexto de país *autocolonizador*. Tal expressão é muito marcante, uma vez que por si só revela essa missão civilizatória dentro do contexto do paulista, elemento esse que se deve concordar que há outra ideia dele sendo um mecanismo imperialista dentro do próprio país, para ele há um híbrido bandeirante do *velho paulista* para o novo. Dentro de sua cosmovisão, foi constituído um ethos paulista, produto da miscigenação, com a formação constante da psicologia do desbravador, que passou a ser uma personalidade específica dentro da personalidade brasileira, mas na sua Antropologia de Freyre, fala:

Há, decerto; e não só como uma figura retórica, porém como configuração psicológica guardada pela sucessão biológica – como entre os judeus – que por essa espécie de sucessão apostólica do espírito de uma família ou de um ovou que é usa tradição de cultura acrescentada aos seus característicos de sangue. Daí os números casos de conversão de europeus das mais diversas origens, ou de brasileiros de províncias mais remotas, ao espírito particularmente dinâmico e criador dos paulistas, à tradição ainda viva dos bandeirantes. Tradição que implica em certo imperialismo – imperialismo de brasileiros dentro do Brasil – convindo assim aos homens que deixam terras estéreis, burgos congestionados, a rotina opressora de individualidades superiores, para grande aventura de criarem valores novos ou expandirem os velhos em meio e espaço favoráveis a inovações e expansões de toda espécie. (FREYRE, 1943, p.80-81)

Aponta para uma função quase que messiânica do paulista, evidenciando um imaginário civilizatório que o paulista carrega em si. Embora tenha uma carga um tanto quanto determinista, esse excerto, deve-se entender que tal imaginário calcifica o fundamento de expansão paulista, indo ao encontro com a proposta dos pioneiros e fazendeiros, tanto que cita Freyre:

Nas atuais regiões pioneiras de São Paulo, estudadas com inteligência e critério científico pelo geógrafo Pierre Monbeig – a Alta Paulista, entorno de Marília; a alta Sorocabana (Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Porto Epitácio), a Noroeste que se alonga à Londrina, no Paraná – resta-nos diante dos nossos olhos o velho esforço do bandeirante de desbravamento de terras, de levantamento de lavouras, casas, igrejas, cidades. É uma batalha de que participam os descendentes de paulistas velhos com outros sangues a lhes correrem nas veias; brasileiros do extremo Sul, do Rio de Janeiro, da Bahia, do Nordeste, do extremo Norte; europeus de várias origens. *Mas nem por isso a batalha deixa de ser paulista na sua estratégia econômica, na sua tática social, no seu espírito histórico.* (FREYRE, 1943, p. 128, grifo nosso)

Estava posto o caráter do paulista. Nesse imaginário, São Paulo, dentro do

processo de formação e condição territorial do Brasil, se embrenha numa dialética em que seu existir, sua singularidade, se faz numa condição de subordinar a totalidade brasileira. O espírito da *frente pioneira*, assim, num diálogo com Pierre Monbeig, tais questões são corroboradas, em que o bandeirante ganha o caráter de mito, com sua grande carga ideológica, que para ele se mostra eficaz em suas palavras:

Quando se quer celebrar um fazendeiro, desbravador de matas, plantador de cidades, nenhum título melhor a deferir-lhe que o de bandeirante. Diz-se tudo a um homem, quando se diz que ele é um bandeirante. Levamos em conta essa ênfase bem latina e não nos espante essa promoção indireta e póstuma do bandeirante colonizador. No dinamismo do fazendeiro-pioneiro, a massa popular encontra a lembrança da legenda do bandeirismo: a penetração pelo sertão adentro, o engrandecimento de São Paulo e do Brasil. (MONBEIG, 1998,p.122)

Logo, em seu discurso demonstra-se não só a valoração do bandeirismo em si, como também o elemento civilizador que ele trazia, ainda mais num pano de fundo em que se sugere um constructo de país. Embora a penetração na consolidação das frentes pioneiras criasse consigo a noção de construção de um país, necessitava-se do espírito paulista para realizar tal questão. Calcava-se o imaginário dentro de outra relação dialética, a de fazendeiro-pioneiro, para o qual cabia alavancar uma nova formação territorial. Formação essa que se totaliza no processo fundante do país, que era a exploração e a ocupação de terras. Necessitava-se refazer a paisagem, recriar a natureza, e, de certa forma, destituir a noção de sertão. Contudo, ao se retomar HOLANDA (1972), o sertão se fazia na medida em que se construía o bandeirante, ambos possuíam uma simbiose, pelo fato de ser o sertão o “remédio para sua pobreza”, como já mencionado anteriormente. Isso caracteriza a totalidade do Brasil no âmbito de sua exploração, pois o sertão, junto como o bandeirismo, se fazia crucial nessa construção, sendo ambos representação de um ideal de país. Vale também atentar para o fator de as populações autóctones, na descrição de Monbeig estarem alheias ao processo econômico nascente na ocasião. (MONBEIG, 1998, p. 129). Ademais, é salutar ater-se para a questão da *frente* também como um amálgama de interesses internos tanto como externos, em que a mundialidade se manifestava, pelo afã de novos pontos de acumulação de capital e, por isso, altamente suscetíveis a crises constantes.

Nesse movimento da mundialidade em que se concretizava a ocupação, sob a

batuta da forte ideologia sertão-bandeirismo, o Estado de São Paulo, assim como todo o país, era construído no viés da espoliação. Nesse bojo fica o questionamento, até mesmo para parafrasear DaMATTA (1986), o que faz/fazia de São Paulo, São Paulo? Na psicologia bandeirante trazida por Monbeig, era necessário construir uma história, história esta a ser “impressa”⁶ no território em formação. Entendê-la como História exigia uma avaliação densa da paisagem em que consegue visualizar explicitamente o contexto de construção dos homens como veio catalisador da civilização, aliás, para ele mesmo, tarefa central dos geógrafos. Alertando que:

Extraordinária variedade atual das paisagens paulistas, que bem pouco corresponde o que esperava o europeu, à fé de narrativas já velhas de 25 anos, mas que é reflexo das profundas e surdas revoluções agrárias. Duas épocas da história paulista, dois tipos de paisagens paulistas. (MONBEIG, 1940, p. 117)

Aborda sua análise num contexto de ser estudado na mesma área tanto cafezais prósperos, como também lavouras de subsistência, bastante rudimentares. Contudo, propõe-se analisar com isto exatamente a presença de tempos distintos que se desenrolava em São Paulo naquela ocasião, culminando em distintas paisagens, de modo a perceber a construção da História. Indo mais adiante verificar-se que estas singularidades guardadas na paisagem revelam o acontecer do mundial, da economia-mundo concretamente nas *frentes pioneiras paulistas*, enquanto formação territorial. Isso alerta para o fato de que, além da mundialidade, há a possibilidade do entendimento do pioneirismo-bandeirismo presente, uma vez que se verifica um rápido avanço de novas formas de ocupação do território paulista⁷. Ele sugere ainda novas formas de criar a nação, pois os tempos históricos se materializam no espaço dando o tom do processo para a questão da exploração da terra, sendo este um dos veios de formação brasileira. Novamente, usa-se o estigma do bandeirismo, como marca da paisagem, que se defronta entre o velho e o novo, este último como desbravador, incorporador, “fazedor” de fazendas. No entanto, ressignificado, pois ainda conforme FREYRE, p. 129, 1943, “(...) o *élan* bandeirante que vem dos paulistas

⁶ Opta-se por fazer uso do fonema *impresso(a)*, para se visualizar melhor o entendimento do autor e sua concepção de História, como também de Geografia.

⁷ Faz-se valer deste conceito com base na discussão previamente realizada, fundamentado em Brenner e Elden (ano página)

velhos⁸ e relativamente homogêneos dos tempos coloniais e da Regência.”

Ainda nessa discussão, outro autor importante é Paulo Prado, quando em seu livro *A Paulística* aponta para as raízes do ser paulista, e nisso corrobora com o espírito do bandeirismo como um dado *sine qua non* da constituição do Estado. Embora sua leitura se mostra um tanto quanto determinista sobre o assunto, esse autor traz considerações importantes para a constituição de uma forte ideologia geográfica no âmbito da formação territorial de São Paulo, tal como do Brasil. Leitura que pode gerar muitas críticas para os dias de hoje, mas significativas no imaginário do bandeirismo, que é ressignificado com as *frentes pioneiras*. Para ele, constam figuras típicas no decorrer da História de São Paulo, sendo o português aventureiro, o mameluco e o jesuíta, e o piratiningano – considerado como povoador e conquistador – além do fazendeiro. Entre essas figuras o foco central é a figura do homem de Piratininga, que novamente rompe com a Serra do Mar e atinge o Planalto Paulista; enfrenta as diversidades do meio; miscigena-se com os indígenas e, com isso, cria as condições necessárias para o avançar. Em muitos estudos da primeira metade do século XX, ser paulista representava justamente a ideia de avançar e de conquistar os sertões. Nas discussões de PRADO (1972), há muito da visão de que o isolamento provoca o surgimento de uma raça desbravadora, para o qual só resta o sertão para se adentrar, na visão de que o sertão advém do vazio e de que esse vazio é propício para a conquista. Sua visão muito pautada em Ratzel⁹, aponta que o paulista do século XX amadurece na semente do outrora escravizador, buscador de indígenas e desbravador do sertão. (PRADO, 1972, p. 6). Com um lenda de uma Brasil brasileiro num lugar ainda intacto, com suas particularidades, sobretudo naturais, estéril e ingrato, essência de uma civilização, no caso, a civilização paulista. logicamente, há uma visão quase que romântica e demasiadamente regionalista, que pressupõe uma identidade forjada do paulista sob essa leitura. Entretanto, também traz elementos cruciais para o entendimento das frentes pioneiras, ainda que estas se deflorem, no ideário de MONBEIG (1952) , no fim do século XIX e início do XX, mas que povoaram o imaginário paulista. Para PRADO (1972, p. 26) “Importância capital

⁸ A designação “paulista velho” em Gilberto Freyre, provém do pensamento de E.A.Hooton, como um elemento não só cultural, social e psíquico, constituído a partir de uma condição híbrida do branco e ameríndio, ainda entre os séculos XVI e XVII.

⁹ Muitos autores do Pensamento Geográfico consideram geógrafo alemão Friedrich Ratzel como determinista.

ia ter o Caminho do Mar na constituição da individualidade histórica de São Paulo.” Piratininga era o centro, uma estrela que irradiava em todos os seus quadrantes. Sendo as bandeiras, produto de uma miscigenação, ao mesmo tempo cruel e favorável ao avançar, além da necessidade que força suas formações:

Desse conjunto de circunstâncias surgiu a bandeira como uma necessidade inelutável, fornecendo braços para a cultura das sesmarias e sítios, e arcos e flechas para defesa e sustento do colono. Colocado à porta do sertão ignoto, que se alongava ao curso de rios misteriosos, a primeira preocupação do europeu deve ter sido proteger as suas lavouras, pastagens e povoados contra o gentio insidioso que o rodeava. (Prado, 1972, p.76)

Tal qual a constituição de um ideário em torno de um patriarca, João Ramalho, como o desbravador do sertão (nesse caso, além da Serra do Mar) na criação de Santo André da Borda do Campo, que, na visão do autor, aventa-se a tratar-se de vários deles, já que há registros de uma confusão histórica acerca de seu nome. (PRADO, 1972, p. 53). Numa constituição da ideologia do sertão, povoa-se muito a ideia *de quem desbrava*, não necessariamente sendo uma pessoa em si, mas a figura de um herói, que legitima o adentrar ao sertão hostil, ainda que fosse subir a escarpa da Serra do Mar, rompendo com a pobreza da então capitania de São Vicente. Novamente, ressalta-se a carga extremamente ufanista da consolidação de São Paulo, mas é preciso cuidado em tatear esta bibliografia. Ainda que numa intencionalidade específica para a formação da ideologia de São Paulo como grande, as indicações desse autor são fundamentais. Essa ideologia, cujas diversidades permitiram legar ao Brasil o progresso e a marcha civilizatória até os dias atuais, levar fatos como a consolidação de Piratininga, no Planalto Atlântico, pelos jesuítas, nos interflúvios do Tietê, Tamanduateí, e Pinheiros, a serem revisitados como conquista do primeiro “sertão paulista”.

Retornando a Pierre Monbeig, em *"La croissance de la ville de São Paulo."* (1953), que se calca neste ideário, quando aponta para São Paulo do Piratininga, como um locus protegido pelos interflúvios dos rios, favorecendo não só a proteção em si, como também o isolamento, afirma e nesta assertiva, que: São Paulo, pátria dos homens que ampliaram o território português, e mais que nestas condições as bandeiras, com sua ambição, seja pela caça indígena, ou pela busca por metais preciosos, dão o tom do tino comercial que São Paulo guardava no

momento em que centrava seus estudos. Assim, o espírito paulista, de desbravador, conquistador de terras e de empreendedor se firma, como elemento que funda a formação das *frentes* rumo ao Oeste. Esse estruturante do avançar é reproduzido e ganha novos significados no limiar do início do século XX. Isso porque as transformações globais dão novos impulsos para a conquista, pois é um mecanismo, agora, de acumulação do capitalismo monopolista nascente. Para MONBEIG (1952), o que está em jogo é uma civilização de um Brasil colonial, que se transforma em civilização americana¹⁰, porém, afirma que tal transformação vem acompanhada do mito fundante das bandeiras, embora haja a tal transmutação, a ideologia das bandeiras ainda se fazia presente. Assim, havia essa situação que justificava a incorporação do interior a uma nova condição sócio-espacial, o mito bandeirante, de certa forma, permitia tal movimento rumo ao Oeste. Elemento bastante presente nas ideias de Monbeig, ao se considerar o isolamento como uma alternativa para a ocupação do interior paulista, é notável que afirme que as *frentes pioneiras* continham quase que uma quantidade ilimitada de possibilidades. O constructo bandeirante imperou como um viés não só de mentalidades, como também político e econômico no avanço sobre as *frentes*.

2.3 O tempo do “novo”: a redescoberta da mundialidade no Sertão Paulista

No bojo deste processo, havia a necessidade do advento de uma forte ideologia na consolidação das frentes pioneiras, para legitimar a ocupação destas. Por haver um projeto para que se efetivasse a ocupação capitalista da área, necessita-se novamente de recorrer em MORAES (2011, p. 17), quando aponta o despontar de uma espacialidade de um modo de produção, para que, assim, houvesse a concretização de um par dialético de modernidade-colonialidade, num grande avançar da Ocidentalização do mundo. O que se quer afirmar, portanto, sobre aquilo que se conceitua frentes pioneiras é que existia o desejo de se totalizar a economia-mundo, em que a expansão do capitalismo monopolista era algo quase que estrutural, pois, havia proto-mundialização das relações humanas, ainda que não fosse uma forma

¹⁰ Considerou assim, pelo fato da metamorfose de um Brasil “novo”, “moderno”, em que supostamente rompia com seu “passado europeu”.

capitalista em sua plenitude. Nisso, esses espaços vazios começam a ser obedecidos por um tempo do centro – Europa – através de mecanismos de produção e circulação de mercadorias, sobretudo o café e em segundo plano o algodão. Do mesmo modo que formas camponesas de produção emergem para abastecer de provisões centros urbanos, como São Paulo, e evidenciam a aceleração do processo urbano-industrial dessa cidade. Como bem fala MONBEIG (1953, p.84), a cidade passa a ser a *capital dos fazendeiros*, nasce uma metrópole amarrada à agricultura. Assim, a dualidade de formações territoriais não-capitalistas e capitalistas se complementam, pois na realização do capitalismo o não-capitalismo se faz necessário. Para isso é necessária a construção e o realce do território veiculado a fortes ideologias geográficas. No caso das *frentes pioneiras paulistas*, não sendo diferente no Brasil ou em qualquer lugar do mundo um desses veículos foi o imaginário de *sertão*. Este torna-se prerrogativas desse imaginário, por ser a ideologia que fundamenta o vazio e a ocupação. No entanto, para que as frentes se tornassem a aposta para um novo contexto dentro da formação territorial do país era preciso vencer e soterrar essa ideologia. O termo *pioneiro*, logo, carrega dentro de si uma polissemia que abrange, muitas vezes, destituir o velho para se abrir para o novo, mas, no Estado de São Paulo, esse processo advém como meio de legitimar o fator do desbravamento, e do bravo, que era próprio do paulista, uma construção histórica, que se concretiza no espaço geográfico.

Considerando-se a ideia de sertão, é forçado pensar em suas matrizes fundantes no conjunto da história em âmbito mais universal, ou melhor, num âmbito eurocêntrico, uma vez que se trata de um país pós-colonial. Sendo assim, de acordo com MORAES (2003, p.2), o sertão não se trata apenas de um lugar como uma criação da natureza com caracteres climáticos, biogeográficos específicos. Na realidade, trata-se de uma ideologia geográfica produzida com uma intencionalidade específica, que por muito tempo, povoou o imaginário do colonizador como o desconhecido, integrado por terríveis animais, bem como grupos indígenas selvagens. Sendo, portanto, uma área a ser “domesticada”, ou que se deva ao menos trazer à civilização, BICALHO (1999, p.83) discutindo com LE GOFF (1985), traz um importante apontamento, considerando o sertão como uma fonte de medo e representação da barbárie. Sendo que o último faz uma reflexão sobre a história do

desconhecido, ou seja, para ele, é o deserto algo feito de realidades espirituais e materiais, que permeiam o imaginário do simbólico, perpassando entre o histórico e o geográfico. A noção de sertão ganha, portanto, corpo como uma derivação desse imaginário cujas as raízes se centravam no limiar da Europa Medieval, algo trazido pelo colonizador, porém, adquirindo novas significâncias, com novos misticismos, mas apontando para o fator do enriquecimento, do provável Eldorado (BICALHO, 1999, p.83). Essa mesma autora nos traz uma importante reflexão sobre se há esse lugar ainda a ser ocupado, com toda a sua significância, ou melhor, se há a noção de adentrar no sertão, nesse caso, há, assim, a existência da fronteira, em que os sertões já necessitavam de ser ainda explorados e desbravados, de modo a serem incorporados e domesticados. Conforme MORAES (2003 p.03), “O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão como um objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço assim, denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escape naquele momento.” Por isso, tal denominação geralmente é utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisas ou meramente formais. No geral, utiliza-se o termo sertão para qualificar porções de que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada. Nesse sentido, trata-se de um qualificativo que induz um novo processo de domínio territorial sobre os espaços enfocados, isto é, que introduz um novo surto de dominação política no âmbito espacial delimitado pela qualificação proposta. Há a produção de um espaço material que ganha contornos simbólicos, de modo a legitimar o modelo de ocupação, de uma territorialização esperada e intencionada, pela propulsão da modernização do território brasileiro. Algo muito significativo nesse tipo de análise são os mapas desse contexto, que conseguem denotar a ideologia geográfica presente nestes, ao se verificar que a produção do espaço necessitou de uma construção simbólica para se realizar no plano material.

FIGURA 03



"Mapa da Província de São Paulo mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo, 1886". Acervo Apesp, disponível em www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/imperio.html

A conceituação da área *terrenos despovoados*, por conseguinte, sertão, permitiu considerá-la como *frente pioneira* e pressupõe uma ideologia. De acordo com o pensamento de LEFEBVRE (2000), um espaço de representação, abria precedente para que, de fato, houvesse a sua ocupação, que se baseava na produção do café, (ou de outras culturas, tais como o algodão e mantimentos para subsistência), haja vista o período de elaboração desta carta, ainda no século XIX, algo que subsidia o fato desta mercadoria ainda se concentrar muito mais na porção leste da província de São Paulo. Outro fato é que isso foi cartografado no início da comercialização desta mercadoria, podendo significar ainda sua expansão no chamado Oeste Paulista. Assim, sendo desconhecido, e, necessitando ser ocupado, fundamenta-se a representação de pioneiro, caberia a estes a ocupação destas áreas? A categoria *pioneiro*, de certa maneira, legitima o processo de ocupação. Pode-se perceber isso na intencionalidade ao se produzir as cartas da então província de São Paulo, ainda no século XIX, que colocava o Oeste Paulista como zona desconhecida, habitada por índios. Qualificar dessa maneira, pressupõe-se que quem não a conhece é o colonizador, que chega com a lógica capitalista, pois, para os indígenas essas áreas já eram conhecidas, como a própria carta expõe, então, é desconhecida por quem?

Esse ponto deve ser considerado. E justamente nesta lógica, nesta intencionalidade é que se legitima esta área como *frente pioneira*, pois desconsiderava a presença do indígena e atendia a demanda de uma ocupação econômica. No contexto Pierre Monbeig, em *Planteurs et pionniers de São Paulo* deu destaque para a ocupação do Oeste Paulista e norte do Paraná, rotulando-os, como se sabe, de *frente pioneira*, ou seja, área de ocupação socioeconomicamente efetiva para este autor. Assim sendo, a ocupação e o povoamento dessa área não foram induzidos apenas por fatores econômicos, cujo combustível estava fora do alcance do Brasil, mas sim obedecendo a uma lógica externa – o próprio sistema-mundo, que neste momento apelava para o consumo do café. Ao mesmo tempo em que o Brasil reforçava sua vocação agrário-exportadora, o país era mantido dentro de uma relação assimétrica de poder, gerado pelo processo de modernização, que não considerava o ambiente dado como natural, ou seja, o embasamento ecológico deste país novo, também forneceu subsídios para o entendimento dessa ocupação pioneira. A aceitação do Brasil, e, sobretudo, de São Paulo nesta lógica do “economia-mundo” só foi possível, antes de tudo, em função dos latossolos associados a derrames basálticos, clima, a apropriação dos espigões etc. Por isso, microbacias hidrográficas, com seus divisores de água, serviram como mecanismo para a demarcação de terras, cuja natureza passava a ser remodelada pelo progresso e pelo desenvolvimento técnico percebido concretamente nas ferrovias. Estas evidenciavam a aceleração do tempo, em função do aparato técnico, consequentemente, mecanismos de modernização. Essa modernização não se dava apenas por essas novas técnicas, era também marcada pela redefinição do tempo e do espaço, constituindo, portanto, novas bases de formação territorial. São essas sobreposições de formações territoriais, que fornecem subsídios, para assim, conceituar esses espaços vazios como pioneiros. Assim, a franja pioneira marcou a recriação do tempo, e, por consequência, a reprodução do espaço. Entende-se, portanto, que a historicidade se faz presente no território, como também a territorialidade na História, algo inserido no pensamento de Monbeig. Dessa maneira, a modernidade se fez presente durante a incorporação da *frente pioneira*, que, naquele momento, ganhava outro ritmo temporal, quando se submetia ao tempo do sistema-mundo. Na concepção de LEFEBVRE, H. 2000, o espaço é uma construção que abrange a produção e a reprodução, num constante movimento dialético, e é

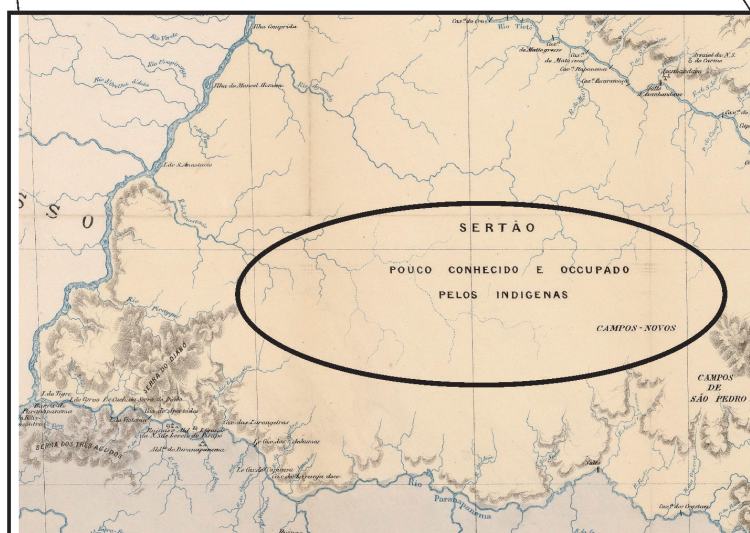
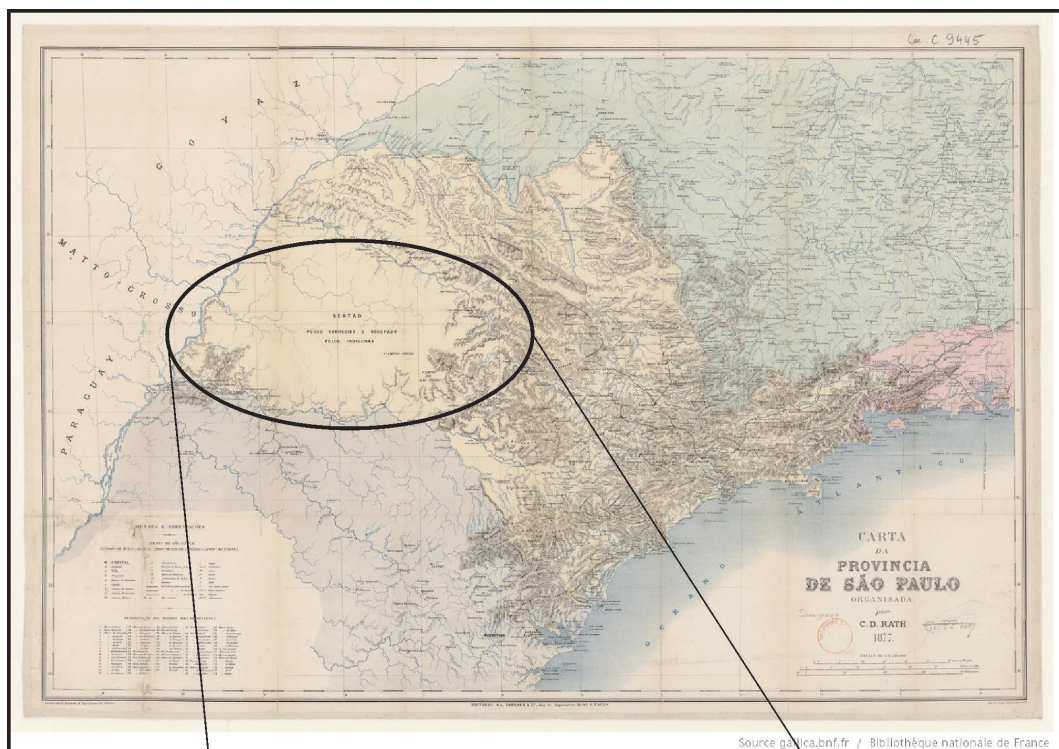
dentro desse viés que se propõe analisar a territorialização presente em Monbeig com a reprodução de um outro território sob a égide de uma nova racionalidade, que chega num contexto de alavancagem da modernização. Ainda segundo esse autor:

L'histoire de l'espace mènerait du temps où cesse la prédominance de l'antropologique jusqu'au temps oùs comence expressément la production de l'espace comme produit industriel : où le reproductible, la répétition et la reproduction des rapports sociaux, l'emportent délibérément sur l'oeuvre, sur la reproduction naturelle, sur la nature elle-même et le temps naturels. (LEFEBVRE, 2000,p.142)

A citação acima fortalece o conceito de formação em todo o seu contínuo e em suas estruturas, cujas relações sociais são marcadas pelo tempo do lugar sendo substituído pelo tempo mais acelerado. Isso quer dizer que há a penetração de outras racionalidades no arranjo dos “vazios”. Isso porque o espaço e o tempo são socialmente construídos e operam com toda a força dentro da realização dos processos de reprodução social, que confirma a necessidade da História como raízes da constituição social, e considera que diferentes sociedades constituem diferentes formas conceitos de espaço e de tempo. Ao se dar a cada uma dessas categorias seus respectivos significados, cada processo de formação social traz consigo necessidades objetivas de um espaço e tempo, criando, assim, as condições necessárias para a que haja os processos de reprodução social. Dessa forma, espaço e tempo são categorias indissociáveis, que interagem nos moldes dialéticos e possibilitam a efetivação de uma totalidade. Essa questão é, por si só um processo contínuo e histórico, possibilitando os mecanismos de constituição das formações territoriais, tudo dentro de um tempo que é permeado pela materialidade construída dentro dele mesmo, o tempo se faz sujeito de si, pela consolidação desta. Algo importante no pensamento de MONBEIG (1971) é que o Brasil era um país novo, porém, não sem História. País que naquela ocasião estava em pleno processo de consolidação territorial, ou seja, era “dono” de uma “História imediata” pronta para ser criada e pronto para passar por um processo de formação territorial. Este que em seguida deu ao Brasil a noção de Brasil. Logo, era necessário pensar nesse país novo, era necessário descobrir de fato o país dentro do pioneirismo que tanto se ressaltou. Diante disso, era necessário integrar o sertão ao sistema mundo, inseri-lo num contexto mais dinâmico da economia brasileira. Essa inserção desta área, ainda

desconhecida e pouco explorada necessitava ganhar a potencialização de mecanismos de exploração capitalista. Mais emblemático ainda é o que se pode ver nas figuras abaixo, em que essas áreas ditas como frentes pioneiras ganham mesmo, de fato, o contorno de sertão. Por isso, as frentes pioneiras assumem a ideologia geográfica de sertão, pouco explorado, a ideologia do novo.

Figura 04



RATH, C.D. Carta da Provincia de São Paulo organizada por/1877 (org. RODRIGUES, G,C. 2015)

A figura acima expõe a província de São Paulo, no ano de 1877, indicando já nesta as principais aglomerações urbanas que ainda se concentravam em sua maioria no leste paulista. Novamente se classifica o Sudoeste e entorno atual do pontal do

Paranapanema como uma área não mais desconhecida, mas sim ocupada por populações indígenas, ou pouco ocupado. Nesse contexto do subterrâneo e espaço de representação, evidencia-se o fato de ser pouco ocupado ou ainda ser tomado por populações autóctones, pois era uma área que ainda deveria ter uma outra configuração, o questionamento que se faz é: pouco ocupado por e para quem? E, mais ainda, é descrito como área de campos novos. O que significa este novo? Como destaca a figura. Abre-se aí uma nova relação de poder e formação de território a ser desbravada pelos chamados pioneiros, que necessariamente deveriam implementar uma lógica capitalista nessa área, tal qual já fora assumida pelo leste paulista. Neste mapa, agora com as fronteiras já bem definidas com a província do Paraná, anteriormente parte de São Paulo. Retornando a Pierre MONBEIG (1998), essas áreas são descritas como vegetação derrubada com o intuito de se produzir café, de se construir aí grandes fazendas, bem como de explorar da madeira. Ainda insere a ideia de que deve ser realizada a sua exploração e demarca, neste espaço de representação, a formação de uma prática sócioespacial, seguindo a lógica do modo de produção capitalista, era, portanto, a inserção como um todo de São Paulo a esse novo modelo mais dinâmico. É de muita valia também ressaltar que o mapa procura realçar a implementação de uma nova representação do espaço, ou seja, do espaço, concebido para o melhoramento dessa nova ordem econômica, ressignificando práticas espaciais.

Na introdução de sua tese doutoral, *Pionniers Planteurs de São Paulo*, Pierre Monbeig mostra que o estado de São Paulo tem seu valor simbólico dentro de sua concretude, caracterizado como grande elemento para a economia brasileira, elemento crucial e notável de uma forte ideologia, que ganha contornos geográficos. Assim, a função desse território a ser desbravado e construído já era a de possibilidade de acumulação de capital, de formação de uma nova divisão territorial de trabalho, ao qual consolidaria sua função como social e por isso territorial. O elemento São Paulo como mola propulsora de uma nova proposta de acumulação capitalista era o imaginário do momento, uma necessidade criada e constituída no bojo da formação territorial brasileira, na sua totalidade. Tinha-se uma consciência possível de um autor que vinha de um país imperialista para um país de processo colonial. Assim, sendo, já se pode transpor que no seu entendimento existia uma

noção de natureza, aos olhos de um francês. E o que era essa noção de natureza? De sociedade? A consciência do possível se torna um elemento necessário para que se entendesse a totalidade da época, o que se fazia presente dentro daquele contexto histórico, para o qual um exercício um tanto quanto árduo, era necessidade de se suspender o tempo. Suspender o tempo, porque o movimento da ocupação se revela na diacronia de formações territoriais, através do movimento de produção do espaço e de como este estava se totalizando. Ou seja, era o uso de ideologias para ressignificar o espaço e o tempo, que devem seguir o compasso da externalidade oriunda do centro econômico planetário. Pensar inclusive, sobre a atribuição de valores que passam a ter os espigões, os solos e as formações geomorfológicas do espaço “desabitado”. Exige, na compreensão dessas frentes, a interação global com o mundo, cujo pensamento, ao se tratar de um espaço tido como “vazio”, era o de um lugar de “fora”, de “longe”, alheio a qualquer mudança que se manifestava no âmbito da totalidade mundial. Ou como o de um ponto de tempo lento, de baixa aceleração, entretanto, naquele momento o tempo se acelerava dentro da lentidão ou dialeticamente existia um tempo lento, mas acelerado, ou se acelerando, para isso criava-se a proposta de uma nova reprodução espacial e, conseqüentemente, de um novo território. Era o real concebido, com múltiplas possibilidades, com o acontecer imediato. As frentes, já com pesado adjetivo de pioneiras, lançavam esse desafio do possível, do novo, que se fazia no desfazer do outro e do antigo. No pensamento de GOLDMANN (op. cit.), o homem se faz no possível, contudo, esse possível, pode vir com suas intencionalidades, como elementos a serem forjados, completando-se sincronicamente. Assim sendo, o percurso rumo ao Planalto Ocidental Paulista, realizado por Monbeig, expunha a sua condição de *homo geographicus*¹¹, como condição de pesquisador, mas que realizava o seu entendimento sobre essas frentes. A condição que era dada à natureza, a ser desbravada, que mergulhava num espírito *paulista*, ao tomar esse espírito como ênfase para sua conquista, demonstrava aí sua confrontação como o mundo do possível, aberto, pronto para ser conquistado. As frentes pioneiras assumem essa função, aliás, se levam tal adjetivo é o pioneiro? São

¹¹ Designação trazida por Broc, Numa, no artigo: *Homo geographicus: Radioscopie des geographes français de l'entre-deux-guerres (1918-1939)*. *Annales de Géographie*, n.571, ano102, p.225-254, Paris, 1993, quando o autor afirma a consolidação, bem como a necessidade da Geografia no referido período.

Paulo com e seu espírito constituído como bandeirante, resgatava todo esse imaginário no limiar dessas *frentes*. Era o espírito pioneiro que buscava a ruptura com o meio natural, a ser apropriado, para, assim, acontecer sua refuncionalização. Em suas ideias advindas da Geografia Francesa, em que aponta a paisagem como espelho de uma civilização, coloca como um dos fatores enfáticos nessa construção a chamada psicologia dos grupos humanos, esta sendo cruciais para que houvesse uma ruptura como os aspectos físicos, tais quais o clima e as condições geológicas, que eram suprimidas por técnicas humanas, sendo estas imperativos de novos gêneros de vida para que, assim, se constituísse a nova paisagem. Ainda que se considerassem importantes o clima e o relevo como fatores que dariam o tom no processo de apropriação humana do espaço, tanto que o homem, como parte da natureza, era por si mesmo uma força natural incrivelmente poderosa.

É dessa maneira que as *Frentes Pioneiras* estavam postas, cujas características físicas eram como se fossem ainda um todo inacabado, a ser construído. Mas não de todo fora do campo natural. Causa alerta, por exemplo, ao afirmar a necessidade de se mergulhar ainda mais no Oeste, no Planalto Ocidental, como uma forma que os pioneiros viam para fugir das geadas, novas regiões pioneiras podiam ser consolidadas devido a esse dado climático. As intempéries climáticas, então, serviam, ao mesmo tempo, como repulsa, como também um fator para de avanço para o Oeste. Suscetível ao domínio natural o pioneiro era impelido a adentrar, estabelecendo-se uma relação paradoxal, em que se contrasta o espírito bandeirante calcado no forte com o do homem temeroso e frágil diante das forças naturais. Logo, a conquista do ambiente natural se confundia com a consolidação do processo de ocupação, pois advinha também de uma possibilidade de inserção dos “espaços vazios” a novos modelos econômicos que na ocasião se faziam necessários. Muito salutar considerar dentro da ideia do autor, (MONBEIG, 1998,p.72), que do clima resulta um traço bastante dominante nas zonas pioneiras, que era o de uma região de contato. Isso impõe certa noção de que o desbravamento se sobrejulgava por transpor a este dado em si.

Algumas outras considerações sobre sua cosmovisão dos elementos físicos que compunham as frentes, é a de se considerar o chamado Planalto Ocidental, como pioneiro. No caso, o elemento da natureza se contrapõe ou quase se confunde com a

ação humana movida pela ocupação. O traço do pioneiro era uma construção social do momento histórico de um país ainda tido como intocado, dessa forma, ainda que com um caráter metafórico, as condições geomorfológicas das *frentes* se confundem com elas dentro da mesma ideologia. Se o planalto, enquanto unidade geomorfológica, é pioneiro porque ele ainda não o foi, ou estava sendo desbravado. Inclusive, a conceber estas unidades como Ocidental, já se legitimava tal compartimento de relevo como algo a Oeste, mas cabe pensar ainda o que esse Oeste representava. Num país que tinha sua capital no litoral, sua vida focada no leste, emprestando o termo de VIDAL (2015), uma pátria geográfica no leste, sendo expandida para o Oeste, pode-se, assim, considerar que, ao se tratar o Planalto como Pioneiro e Ocidental não deixa de ser uma forma de legitimar a marcha para o oeste, emergindo uma forte ideologia geográfica, mesmo nas áreas consideradas de uma “natureza natural”, de um dado físico. Nessas condições, no entanto, evidencia-se a singularidade do processo de ocupação, como já dito, embebido numa totalidade. Assim, dar significado à natureza era permitir a conquista desses elementos, e, com isso, o espírito bandeirante e pioneiro se apropria deles como veículo de ação.

Ainda, o mesmo pioneiro que derruba florestas e transforma ou produz sua paisagem deixa suas marcas ao alterar o seu clima, por exemplo. O gênero de vida se faz, dentro desse espectro, como algo predatório, por alterar o clima, mas é algo necessário, já que assim, não se conseguiria atingir o processo e o mecanismo de ocupação. Embora, na visão de Monbeig:

“...as paisagens organizam-se em função de um relevo medíocre e também de um clima, este marcado pela forte oscilação cotidiana no inverno. Mas não se trata dos únicos traços das paisagens ao refletir o regime termométrico de uma área marginal. Ao mesmo tempo que fogem dos fundos de vale, os agricultores evitam as vertentes expostas aos ventos frios do sul e do sudeste. Uma experiência que data de tempos bem recuados, quando se faziam plantações na serra do Mar e nos contrafortes da serra da Mantiqueira, ensinou-lhes que os cafezais expostos ao sul eram piores do que os das vertentes voltadas para o norte. No interior do Estado de São Paulo, a topografia dos planaltos não é suficientemente movimentada para que as vertentes desfavoráveis sejam completamente abandonadas.” (MONBEIG, 1998, p. 68)

Dessa forma, a paisagem se coloca à feição do espaço a ser transformado pelo homem. O gênero de vida advindo da necessidade de adaptação ao meio lhe permite

formas mais apropriadas de ocupação e cria novas condições específicas no ato de conquista do Oeste. Portanto, os aspectos naturais se tornam elementos cruciais para o mecanismo de ação. Na citação acima, mostra-se que esse relevo facilitava, de forma mais fácil, essa conquista em relação à de áreas anteriormente ocupadas. Isso corrobora uma visão do meio que deveria de fato ser apropriado. Na *frente pioneira*, a magia do ilimitado oferece vantagens, e construir um *habitat* passava por essas condições naturais, bem como o grau técnico do homem pioneiro, conforme nos explica o autor (MONBEIG, 1998, p. 93). Também uma suposta hinterlândia paulista é constituída com o avançar das *frentes*, algo que o próprio autor considera como “arrancada dos homens de São Paulo”(MONBEIG,1998, p. 30). O povoamento por si só já possui caráter civilizatório, contudo, na cosmovisão do autor, esta ideia é reforçada, ficando em sua obra subentendido que os aspectos físicos não são limitantes para o avanço. Nesse aspecto, é muito expressivo quando aborda que a cuesta basáltica não fora obstáculo para o avanço do povoamento, sobretudo no território paulista (MONBEIG p.35, 1998). Ao se considerar como um paredão, que atinge quase 900 metros, num desnível de cerca de 300 metros, avançar este compartimento ganhava grandes significâncias.

Dentre vários aspectos da obra do autor, que traz à luz a relevância dos elementos físicos da paisagem, é a relação que toma com as bacias e redes hidrográficas presentes neste, durante a ocupação das *frentes*. Em seus estudos, elas funcionavam como meio elementares nas ocupações, pois, na visão dele, as bacias e redes hidrográficas têm função de situar células de povoamento, uma vez que reiteram a necessidade da presença da água para o desenrolar da vida, sobretudo, no aspecto agrícola. Fato esse bem resolvido, quando se abarca a questão do assento humano em si. Além disso, deve-se atentar que o padrão hidrográfico paralelo do chamado “Planalto Pioneiro”, serviu como um “caminho” natural para se direcionar a ocupação das frentes, cujo grande ponto fora os divisores de água que ganham relevância ao servirem de ponto de referência para a construção das ferrovias. O elemento natural, assim, ganha nova configuração pois revela dentro de si mundialidade que incidia sobre as frentes, haja vista a necessidade da inserção destas no mercado mundial. Esse dado traz para si toda uma ampla discussão sobre

a concepção entre homem e natureza, nisto, urge envolver a influência intelectual de Monbeig com a chamada Escola dos Anais de História.

A relação de uma mundialidade envolvendo as Frentes Pioneiras, carregadas por fortes ideologias geográficas, e sua correlação com o Estado estão muito associadas a uma relação dialética de compasso e descompasso das formações territoriais, como já se mencionou. Produzindo e reproduzindo os espaços, dando a eles todo a sua significação territorial, num tempo lento, ao passo que é acelerado. Isso porque, tanto é tocado na ação dos agentes econômicos no processo de produção sócio-espacial, que é algo acelerado, como também se faz lento, pois a marcas e as irregularidades desse tempo se materializam neste espaço, escondendo, muitas vezes, as ideologias e seus fortes simbolismos. O tempo acelerado foi demarcado pelo alvorecer das ferrovias, sinônimo do moderno, entretanto, obscureceu as fortes ideologias geográficas que permearam esta incorporação do “novo”, do “sertão”. Concorde-se como BRAUDEL (2011, p.97), que “rupturas renovam as aparências do mundo”, mas, por trás destas aparências, existiam representações e ideologias que se confrontavam com o movimento escondido. Pensar a ideia de uma geografia histórica das frentes não se torna uma tarefa fácil, uma vez que elas significaram, num dado momento, uma “atualidade” espacial, uma nova relação tempo/espaço. Porém, ainda conforme BRAUDEL (2011, p. 99): “Cada atualidade reúne movimentos de origem, de ritmos diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de antes de ontem e de outrora”. Dessa forma, a realidade não existe sem que haja a outra, demonstrando sua totalidade, o tempo que impera no mundo mascara as reais intencionalidades contidas no espaço, suspende as durações, cristalizam processos, e, no caso, cristalizaram-nos sob o signo de *frentes pioneiras*. Como o espaço carrega suas realidades múltiplas, o desafio é esmiuçar essas realidades presentes dentro do signo das *frentes* que tem na sua imaterialidade toda a sua concretude, num projeto de ocupação e expansão do capitalismo monopolista no limar do século XX. Recorrendo ainda a BRAUDEL (2011, p.116-117), o tempo da história é o tempo da sincronia e diacronia, assim, por que não pensar esta relação no âmbito espacial? E ainda, neste processo de sincrônico e diacrônico, no que aborda as formações econômico-sociais (ou como se optou formações territoriais), é válido discutir com Sereni (1971, p. 21) quando estas são partes de uma

dupla dialética da continuidade/descontinuidade, sobretudo, no materialismo histórico.

Em suas palavras:

(...) “formation économique et sociale”, en tant que concept de *l'unité* de toutes les sphères structurales et superstructurales ou autres, de la vie sociale, de la *continuité* et en même temps de la *discontinuité* de son développement historique, un concept qui, *précisément pour cela*, s'élève à la position et au rôle de catégorie centrale et fondamentale du matérialisme historique. (p.21, 1971)

São nessas circunstâncias que o espaço guarda em si múltiplas temporalidades, tais sincronias e diacronias se fazem presentes nele, portanto. Se a paisagem é o espelho de uma civilização, como alertou Pierre Monbeig, assim o é, é nela que se manifesta um jogo de aparências e de representações e traz consigo as ideologias mais diversas. Para isso, vários instrumentos foram utilizados de modo a esconder as “irregularidades” do espaço/tempo, tanto que a cartografia confirma a chamada *magia dos espaços desabitados*, considerados a priori, para que depois se pudessem tratá-los como frentes pioneiras, a princípio espaços desabitados, terrenos desconhecidos, para se legitimar a ideia do pioneiro. Aliás, há aí um aspecto das sincronias/diacronias, uma vez que já se ao expor as frentes como áreas próprias a serem ocupadas, já se sincronizava com o tempo do capital, mas se dessincronizava com o tempo lento e próprio dos supostos lugares desabitados como na realidade estes eram habitados pelos indígenas, já se denunciava a disputa pela terra ao negar o outro. Assim, colocado como sertão, para MORAES (2003) de modo que, ao negar o outro, elucida essa diacronia, pois negando é que se conseguiria impor novas temporalidades a essas áreas, tidas como pioneiras. Ainda conforme este pensador:

Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. MORAES (2003, p.2-3)

É com essa justificativa que o Oeste Paulista necessitava cada vez mais do pioneiro, de um lugar a ser expandido, e insere a possibilidade de uma totalidade, do dialético entre o natural e o histórico, ainda que o histórico aparentemente fosse

“suspensão” pela própria ideologia geográfica; que trouxe consigo a ideia da ocupação e do movimento expansionista. Esses fatores significam a inserção desses espaços em um tempo mais rápido, advindo da intencionalidade de se trazer o progresso e a modernidade. Por isso, era necessitado considerá-los como sertão, onde existia o tempo lento a ser acelerado, ou seja, o imaginário do sertão trazia consigo a possibilidade para se criar o novo e se construir uma nova atualidade, ressignificando esses espaços vazios. Assim, paulatinamente, a ideologia geográfica de sertão é substituída por outra, a de frentes pioneiras, as quais deveriam possuir novas relações de trabalho, com a implementação de outras formas produtivas, que não a subsistência, para que se almejasse certa segunda conquista do interior, tendo o café como protagonista. Assim sendo, as singularidades são reapropriadas e a totalidade incide sob novos contornos, trazendo uma mudança entre o natural e o histórico. Essa mudança autoriza a constituição de outras formações territoriais, antes restritas a um passado colonial de subsistência, ao alterar-lhes a relação com o mundo, pois elas ganham foco gradual nas relações comerciais no Atlântico. Nessa perspectiva, o “passado” funda um novo “presente”, pois as ideologias são reapropriadas e ressignificadas. E, também, reafirmando o constructo da colonialidade, mas com novo invólucro, agora sendo amparada pela modernidade. MINGNOLO (2005) traz uma observação bastante cara a este aspecto, colocando que, ao emergir um circuito comercial, onde o Atlântico era a principal rota de circulação, insurge a América como construção social, econômica e territorial do mundo moderno. Embora o autor trate disso ainda no século XVI, essas relações se estendiam e se intensificavam na virada dos séculos XIX para o XX, sendo o par modernidade/colonialidade. Assim, a formação territorial da colonialidade se fundamenta, conseqüentemente, na construção da modernidade, sendo produzida por condições assimétricas de poder, dentro de um imaginário de um economia-mundo. Portanto, o que se tratava era a edificação de uma missão civilizadora, sendo um poder invisível, a colonialidade, e dava subsídios para a constituição de um mundo unificado pelo sistema capitalista. Missão civilizadora, uma vez que isso tudo era um fenômeno exógeno, mais europeu do que uma construção global, segundo este autor:

A conseqüência é que todo o capitalismo, como a modernidade, aparece como um fenômeno europeu e não planetário, do qual todo o mundo é partícipe, mas com

distintas posições de poder. Isto é, a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza. (MIGNOLO, 2005,72)

O café como uma das mercadorias, consegue ser um agente de novos papéis sociais, agora no âmbito mundial. Por isso, pensar que há uma incisão do mundial, outrora pautado por um tempo já bem mais lento e supostamente arcaico do colonial, assumem-se contornos do “novo”, com a supressão do sertão, pelo espírito das frentes pioneiras, que é justificado no imaginário paulista, assentado no constructo do bandeirante, como desbravador, inerente ao contexto sócio-cultural de São Paulo. Todavia, agora essa ideia do pioneiro adquiria sua mola propulsora pautada na visão expansionista dos grandes latifúndios, aparentemente inexistentes no interior paulista, como atores de uma redenção para a produção e exportação de café, sob o signo do trabalho livre e sob o contexto dos grandes mercados europeus e estadunidense. É assim que um “novo presente” se calcava naquele passado do bandeirismo. E, como já foi dito, na ideia de Monbeig, existência de uma país do presente, mas não sem passado. Houve um arcabouço imaginário que subsidiava tal modernização e aperfeiçoamento do capitalismo, o tempo histórico ganha novas roupagens e necessita de, assim, ser acelerado. Trata-se da “redescoberta” do Brasil, por meio de uma nova ocupação, pois a singularidade da exploração se desloca das faixas costeiras para o interior, mas com a roupagem do moderno, com isso dando novos contornos à ideia de nação que se consolidava. Conforme MORAES (2005, p.69), era necessário adentrar nos chamados fundos territoriais para que se pudesse, assim, recriar a nação com novas significâncias, agora articulada com o imperativo do capitalismo monopolista nascente, enfim, levar a *civilização* para esses locais. Isso porque se atenta para o fato de se necessitar engendrar uma nova formação territorial, sendo que esta já existia, porém, em moldes que, neste momento, são vistos como arcaicos e ultrapassados. A máxima de Antônio Conselheiro de que *o sertão vai virar mar*¹², parafraseia-se aqui, no entanto, como um sertão que se torna frente pioneira e também se torna um *mar aberto para a civilização*. Dessa maneira, o modelo capitalista articula o passado, ao transformar um sertão pré-capitalista, em uma *frente pioneira* capitalista, ou, ao menos, uma formação específica de valorização capitalista

¹² Considerando esta frase no devido contexto da Guerra de Canudos

do espaço, em cujo contexto o mundial, recriam-se novos territórios. Concordando, novamente, com MORAES (2003), a necessidade de ser forjar uma identidade de sertão inventou um novo território, agora, concebido por frentes pioneiras, que, numa análise marxista mais ortodoxa, podemos considerar como uma incorporação de fronteiras, mas fronteiras de acumulação.

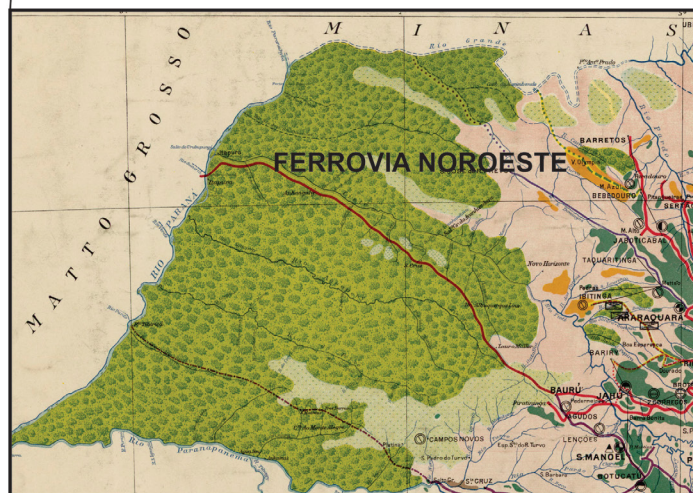
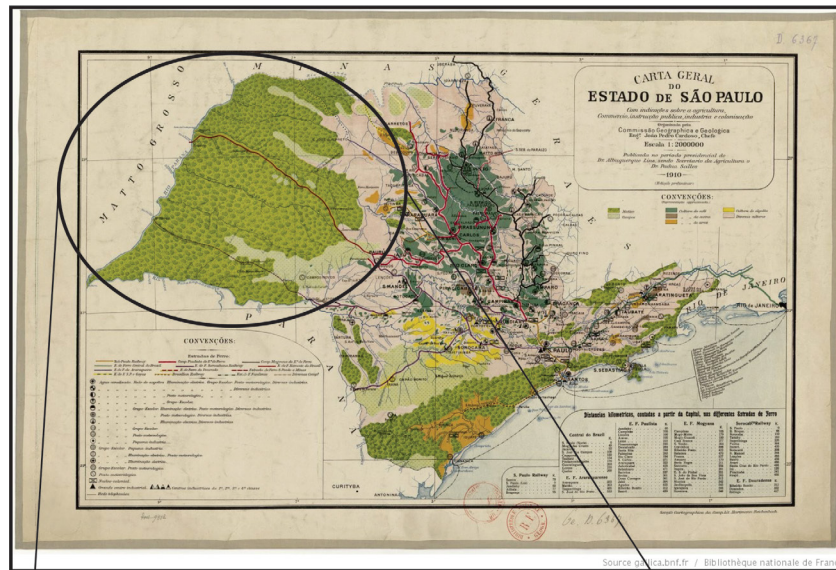
Fragmenta-se, ao mesmo tempo em que se articulam os espaços nessas novas territorialidades, o ganho de novas práticas sócio-espaciais, pois o âmbito das *frentes* revela a sua condição de subordinação ao grande capital agroexportador, como também o traz como meio para novos significados de acumulação tidos como modernos até então. Por exemplo, uma visão simplista das ferrovias denuncia esta ideia do “novo” que deveria abarcar justamente esses espaços tidos como vazios, ou melhor dizendo, fundos territoriais. O modo de produção capitalista, dessa forma, se manifesta num novo espaço/tempo, mas no novo dentro de suas singularidades complexas, ficando, desta maneira, multifacetada mascarando o verdadeiro real, ao se trazê-lo como *frentes pioneiras*, uma vez que estas vão veicular a presença do mundial no espaço a ser desbravado, incorporado e domesticado. Partindo da premissa de CARLOS (1996, p. 123), em que o tempo estava sendo totalizado no espaço, já no ápice do capitalismo monopolista, afirma-se que a conquista das Frentes Pioneiras era o início dessa totalização, conflitiva, já que era o lento que se acelerava.

Embora o modo de produção capitalista, impere num processo de produção do espaço, não desconsiderando que tal produção é fruto das relações humanas, essa produção segue um compasso de um processo civilizatório na aventura do ser humano na superfície terrestre. A ocupação das frentes pioneiras, que advém sob a égide da acumulação, segue, portanto, como um dos exemplos para que houvesse um processo civilizatório singular e específico, recriando as relações homem-natureza, marcado pelo elemento capitalista. Não deixando de ser uma territorialização do sistema capitalista. CARLOS, (2015) afirma que:

Ao reproduzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço, portanto, se, de um lado, o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta, enquanto lugar de realização da vida humana que o ocorre diferencialmente, no tempo e no lugar, ganhando materialidade através do território. CARLOS (2015, p.15)

É nesse aspecto que o território passa a engendrar uma relação dialética entre o valor de uso e o valor de troca, quando se estabelece um valor de renda da terra e se agrega esse valor ao uso de novas tecnologias, que visam ao transporte da mercadoria tendo como vetor a aceleração do tempo, por exemplo, as ferrovias. Estas se tornam um elemento novo que alimenta a produção do espaço, por meio de vieses econômicos e também políticos, reproduzindo a vida com outros, ao mesmo tempo em que forja a legitimação da ideologia do pioneiro, das frentes pioneiras, funcionalizando com isso os chamados fundos territoriais. E, assim, demarcando o processo civilizatório que o capitalismo engendra, constituindo uma nova mundialidade para o período em questão. O mapa abaixo nos permite elucidar melhor esta questão.

FIGURA 05



CARDOSO, J.P. **Carta geral do Estado de São Paulo**, Com indicações sobre a agricultura, commercio, instrução publica, industria e colonização, 1910 (org. RODRIGUES, G.C. 2015)

Quando os espaços mais a Oeste do Estado de São Paulo se mostram intocados, ainda com vegetação nativa, mas com o detalhe da ferrovia Noroeste já pronta, dá-se o tom para que haja a sua ocupação. Assim, de forma gradual, o sertão vai ganhando os contornos de sua nova representação, a de *frentes pioneiras*, que se manifesta dentro de uma nova necessidade de mundialidade calcada pela acumulação. Esse termo a ser usado, permite desmontar a ideologia do pioneiro, pois é fronteira de acumulação, com novos espaços para serem incorporados e para assumirem um novo dinamismo econômico, dentro de uma lógica da mundialidade. Nessa lógica do mundial, que age num modelo arbitrário, por isso, civilizatório, e

redefine os espaços, terroitorializando-se seguindo a acumulação, é que se pode pensar numa nova atualidade, Assim, o território, o construto simultâneo ao espaço, já reproduzido, abre caminho para essa nova concretude. Trata-se de um processo histórico que caminha paradoxalmente num tempo lento e rápido, isso porque há o descompasso da lógica capitalista com a lógica primitiva que, anteriormente, aquele território guardava, segue uma lógica exógena à sua anterior. Pensando ainda conforme CARLOS (op. cit.):

O ponto de partida da compreensão da realidade foca, portatanto, na prática socioespacial como condição objetiva da existência humana em suas necessidades, conflitos, alienações e possibilidades. Contempla, além desta objetividade, a sua subjetividade contida na consciência que vem da e na prática e se revele dramaticamente pelas crises. CARLOS (2015, p.12)

Por isso, o espaço guarda a realidade social conflituosa, já que o mecanismo de acumulação provoca diacronias territoriais, redefinindo temporalidades múltiplas, diversas e sobrepondo-as umas às outras. Quando se pensa no sertão com um *outro* a ser domesticado, a ser recriado, a ser modernizado, advém o conflito ao subjugar-lo como tal, da mesma forma que lhe impõem novas racionalidades a serem seguidas. Continua, mesmo com a adoção da ideia de frentes pioneiras, um discurso ideológico ligado a um esquema imperialista, que permeia ainda por mecanismos colonialistas. O tempo das frentes era dado como um tempo que *não* existia, assim sendo, como um território ainda *inexistente*, a ser produzido e a ser criado. É dentro desta cosmovisão que LA BLACHE (1903, p.222), considera a prerrogativa de que a Geografia Humana precisa pontuar a ação do homem e suas interferências para uma nova combinação com a natureza. No espectro eurocêntrico, tal qual significou as frentes pioneiras e mesmo o sertão do Oeste Paulista, há um movimento que determina suas transformações e que produz uma conquista do espaço pelo homem feita em marcha.

Neste interim, há outro elemento a ser contemplado com o processo civilizatório do capitalismo, o fato de que o homem se realiza ao conquistar o espaço numa marcha, marcha essa que traz as novas “versões” do espaço, colocando-o, no caso das frentes, como uma função “continente”. É com essa assertiva que se fundamenta

a conquista do chamado Planalto de São Paulo, seguindo sua marcha para o oeste. Segundo La Blache:

Les contrées européanisées sont devenue les pourvoyeuses de la vieille Europe. Les principaux courants commerciaux ont pris leur direction en conséquence. On peut dire que les phénomènes économiques de notre temps sont dominés par les rapports qui se sont établis en vertu de cette inégale balance de populations également civilisées. Et la marche des choses nous apprend que cet état n'est qu'un moment dans une évolution qui engendrera, non moins logiquement, d'autres rapports, lesquels se refléteront peut-être aussi dans la politique. LA BLACHE (1903, p.231)

Em suas palavras fica marcado tal processo civilizatório, uma vez que fala em *países europeizados*, que se tornam fornecedores da velha Europa, dando clara noção de uma relação de subordinação e imperialista no contexto em que escreve. Assim, esse tipo de premissa justifica a ocupação das áreas das frentes pioneiras, pois assumem a função de fornecer mercadorias para a Europa, ainda que considere uma relação desigual com pessoas, ditas, civilizadas. É, portanto, sob esse viés que o espaço é produzido, territorializando, cujo movimento deve ser acompanhando pela Geografia Humana. Nesse momento aflora a ideia do outro geográfico, para o qual nos alerta Moraes (2005), e que justifica a missão civilizatória promovida pelo capitalismo nestas áreas. É a nova “versão” do espaço que começa a ganhar corpo, veiculado à necessidade de ser consolidar as frentes pioneiras. Por muito tempo, a Geografia serviu como vetor para essa legitimação, isso porque o trabalho de muitos geógrafos serviu a práticas imperialistas, ou foi apropriado para esse fim. Sobretudo, em países de capitalismo retardatário, portanto, as frentes como elementos ideologizados, tornam-se baluartes da mundialidade.

2.4 Frentes Pioneiras X Fronteiras de Acumulação – uma discussão necessária

Nitidamente, o Brasil passava por um processo de aprofundamento de suas relações capitalistas com o outro lado do oceano – a Europa – bem com o próprio EUA, em que tinha como uma de suas principais mercadorias e finalidade a produção e exportação do café, bem como certa incipiência no processo de industrialização. Para que isso assim ocorresse, era necessário refazer o chamado regime agrário no Brasil, adentrando para um processo de modernização e, com isso, liberando mão de

obra para a indústria nascente e decorrente processo de urbanização. Para Monbeig, a frente pioneira tinha certa ausência de uma estrutura agrária, o que se possibilita hipotetizar o fato de que tal ausência legitima o predicado de *pioneira*¹³. A chamada especulação pura da terra era a ordem em que este autor atenta para o fato desta passar a guardar valor, para isso, o parcelamento do solo quase sempre realizado por empresas privadas.

2.4.1 Frentes Pioneiras como formação pré-capitalista

Sendo assim, procuramos entender, conforme Rosa Luxemburg, que o capitalismo se desenvolve num ambiente não capitalista, atuando como um vetor para a acumulação primitiva de capital. Sendo assim, a ocupação do meio ambiente natural e sua refuncionalização significa um meio para que se realize o capital. No pensamento de Rosa Luxemburg, trata-se de uma luta com a chamada economia natural para que se consiga implementar a economia de mercado. Isso não afasta, assim, a questão trazida anteriormente do fato de se manterem as chamadas florestas naturais intactas, no Oeste Paulista como um meio para que se realizasse o capital, por exemplo, pois se trata de um mecanismo de focar na terra para que haja o direito a sua espoliação. Na sua concepção, a expansão do capital requer a apropriação de fontes produtivas como florestas, campos e a terra ainda não trabalhada. Como a economia natural tem forte dependência dos meios de produção com o trabalho, era necessário, para isso, se elevar o grau técnico nas chamadas frentes pioneiras, pois possibilitava o nascedouro da incorporação dessas novas áreas ao capital. O capital para a realização da mais-valia necessita da ampliação e aquisição de meios de produção, para isso requer a espoliação das chamadas economias naturais. Esta premissa no pensamento de Rosa Luxemburg é uma condição importante para que se consiga realizar a chamada mais-valia. As formações territoriais não-capitalistas necessitam adquirir mercadorias, através do viés capitalista, para poderem vender seus próprios produtos. Outro elemento, ainda muito relevante, no que se refere as chamadas frentes pioneiras, está no fato de se realizarem obras de infraestrutura para que, assim, se possa além de valorizar novas áreas, também eliminar o capital

¹³ Adjetivo que elucida sua cosmovisão, pautada no eurocentrismo.

acumulado, dentro de um contexto de economia internacionalizada. Tanto que muitas ferrovias que adentraram no chamado interior paulista, nesse momento, assim o fizeram graças ao capital inglês, cujo excedente de capital na Europa deveria ser consumido em áreas mais periféricas do globo, como o caso das áreas de frentes pioneiras. Assim sendo, foi possibilitado que houvesse não só a transformação de áreas naturais como também a consumação do capital excedente nas economias de centro. Pode-se considerar que se tratava de um modelo de desenvolvimento desigual e combinado. Novamente, a sobreposição de formações territoriais.

Nas palavras de Monbeig a relação destas áreas ainda pouco incorporadas em relação a um novo modelo econômico pode ser explicitada ao afirmar que diferenças, climáticas e pedológicas podem determinar as formas de exploração econômica, sendo:

Différences de sols, différences de climats qui échappent au voyageur et qui, au moins actuellement, ne semblent pas se traduire violemment dans les contrastes économiques, mais qui entraîneront, dans un temps plus ou moins court, des spécialisations propres à chacune des régions de l'actuelles zone pionnière – pour autant que l'on puisse s'aventurer au pronostics...(MONBEIG, 1937, p. 345)

Os elementos trazidos no excerto acima demonstram que em muito nestas circunstâncias da chamada Geografia Histórica deste território, pouco se havia ainda implementado uma moderna motricidade econômica. Estando estes lugares ainda não tão inseridos ao um modelo capitalista moderno. Considerando, desta maneira, como uma formação ainda pré-capitalista, algo que a partir de Rosa Luxemburgo pode-se afirmar que são áreas passíveis para a inserção ao capitalismo, dando margem para a sua expansão. Monbeig ainda traz em sua descrição a necessidade de que se houvesse investimentos de capitais nestas áreas, haja vista a pouca diversificação econômica, de modo, assim, a justificar a colonização do interior do Estado de São Paulo:

Toute la colonisation de l'intérieur de l'État de São Paulo s'est effectuée et s'effectue encore avec une extrême simplicité, sans plans très précis, sans grands investissements de capitaux, mais avec une telle connaissance de choses et une telle foi dans le succès que celui-ci a rarement échappé. (MONBEIG, 1937, p.345)

A existência de uma suposta fé, dá sentido à ocupação dessas áreas denunciando um certo primitivismo, e a própria ausência do capital e de investimentos remontam ao atraso, sendo urgente a implementação destes. Fica explicitado, então, que as áreas, chamadas de *frentes pioneiras*, são lócus de formação pré-capitalista. Um dado importante trazido ainda por este autor é o fato de empresas de colonização começarem incipientes ações na área, para que, assim, ocorra a chamada “possessão humana”, com isso estudos sobre florestas, entre outros aspectos naturais, se fizeram necessário. (MONBEIG, 1937,p.345). Isso é um dado relevante, uma vez que leva em consideração o fato da natureza natural já ser entendida como meio de produção, ainda que incipiente. Conforme o autor, ainda: “La zone pionnière est essentiellement le domaine de la petite propriété e du faire-valoir direct, ce qui n’est plus exceptionnel dans l’État de São Paulo, mais révèle cependant une véritable révolution agraire qui se fais sans bruit. » (MONBEIG, 1937, p. 347). Aqui, novamente, se vê a discrepância entre diferentes temporalidades que emergem nas formações territoriais, uma vez que, na pequena propriedade, existe não só a produção para subsistência do camponês, como também serve ao abastecimento urbano de cidades com contingente populacionais maiores, ou seja, mercado consumidor. E, nisso se revela a industrialização e consequente modernização do Brasil, alavancadas por São Paulo. Essa revolução agrária silenciosa escamoteia, de certa forma, a existência de posseiros e grileiros, que dá pavimento para ocupação de grandes propriedades a posteriori nas áreas das frentes pioneiras.

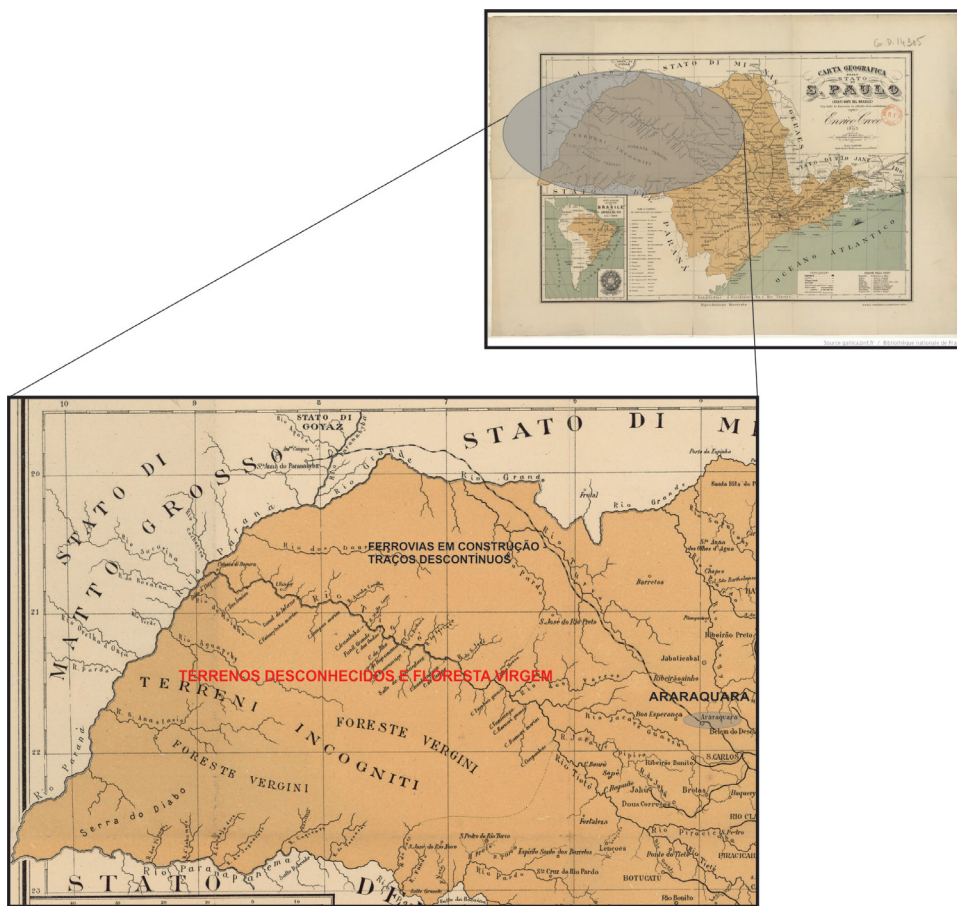
Eis um ponto de grande relevância, pois implicitamente o autor denuncia que esses pequenos proprietários devem trabalhar a terra por conta própria, ao usar a expressão *faire-valoir direct*, Isso permite hipotetizar a negação de uma acumulação ampliada de capital. Essas áreas, dessa forma, guardavam a economia primitiva de quem a princípio as ocuparam e evidenciam ainda a reprodução simples. Como a “civilização” chegava perto, havia a necessidade também de se garantir o abastecimento e a revolução agrária silenciosa passa a ser a nova divisão do trabalho no estado de São Paulo. Num primeiro momento, a então chamada *fazenda clássica* não pronunciava com intensidade nas zonas pioneiras, por isso, a não havia ocorrência de uma exploração rentista da terra.

Rosa Luxemburg muito fala da necessidade da guerra como forma de se consumir este capital, atenta-se para o fato de que a incorporação não foi uma ação necessariamente pacífica, uma vez que há a expulsão, quase sempre fomentada de violência de populações autóctones, grupos indígenas, desconsiderados quando se classifica a área como pioneira. Isso porque partimos do pressuposto de que essas áreas não podem ser consideradas como lugares capitalistas propriamente ditos. Conforme a autora, a acumulação necessita de formações não-capitalistas para alcançar a chamada mais-valia, uma vez que há aí campo para se elevar a demanda crescente de mercadorias. Assim sendo, alavancando a acumulação. Nas suas palavras:

Por exemplo, a indústria inglesa forneceu na primeira metade do século XIX material para a construção de estradas de ferro para os países americanos e australianos. A construção da estrada de ferro, não significa, por si só, o domínio da forma capitalista num país. De fato, nestes casos foram apenas uma das condições prévias para implantação do capitalismo. (LUXEMBURG, 1983,p.302)

Corrobora-se, portanto, que as áreas supostamente consideradas pioneiras no interior de São Paulo fundamentam empiricamente a tese da autora, visto que há a possibilidade de consumo de capital, matéria-prima, extração da mais-valia da mão de obra externa e interna do país. Como também, há a coroação da ocupação fundiária, não mais de forma primitiva, mas com meios de reprodução ampliada. Algo denunciado no mapa a seguir, onde se visualizam as chamadas “terras virgens”, apesar de já terras a presença de ferrovias. Conforme é exposto na figura abaixo:

Figura 06



fonte: Enrico Croce. 1893 Carta geografica dello Stato di S. Paulo (Stati Uniti del Brasile), Con tutto le Ferrovie in attività ed in costruzione in Gallica Bibliotheque Nationale de France

Pierre DEFFONTAINES (1938, p. 388) aponta que a criação de ferrovias nesses pontos possibilitou não só se semearam população e zonas urbanas, ainda que atreladas à agricultura primitiva, mas sim o retorno de grandes quantias de capital aos investidores desse tipo de capital fixo. Conforme o autor:

In Brazil there is constant pouring into the pioneer zones, and the population there increases rapidly. The virgin land gives *fabulous returns* during the first season; but it is speedily exhausted by agricultural methods employed, and the exploiters pass on to new country as soon as it is made accessible. The bocas de sertão¹⁴ experience quick prosperity. (DEFFONTAINES, 1938p. 388 – grifo nosso)

Ainda que pudesse ocorrer certa “exaustão”, como o autor menciona, por práticas agrícolas consideradas obsoletas, a implementação desse capital fixo – as

¹⁴ Denominação dada a lugares que servem de “porta de entrada” para zonas desabitadas;

ferrovias – permitiu a acumulação do capital. Isso porque há o uso de matéria-prima, a transformação desta e a extração de mais-valia no âmbito externo e interno do Brasil. Ademais pavimenta meios para incorporação desses fundos territoriais para uma ocupação mais rentista da terra, que, com o decorrer do tempo passa a adquirir valores cada vez maiores. Assim, as zonas pioneiras servem como forma de exaurir o capital excedente no centro, por trazer novos procedimentos técnicos na periferia e permitir o avanço de sua internacionalização. Exatamente o desenvolvimento desigual e combinado, a sobreposição de formações territoriais diversas. Retornando a Rosa Luxemburg (1983, p. 344) esses “vazios” servem como condição prévia para o desenvolvimento do capitalismo. No processo agrícola, a priori, não se pode ampliar capital, a menos que haja melhoria da técnica, entretanto, no contexto que discutimos, trata-se da expansão da indústria, ainda que externa ao Brasil. Continuando conforme a autora era necessário que houvesse a transformação do capital monetário em capital produtivo, para a qual as ferrovias eram vetores.

Um importante fato, dessa incorporação por estradas de ferro, em áreas, assim tidas, como virgens, foi o Estado Brasileiro como um dos agentes para o elemento das ferrovias, uma vez que, na ocasião, tomou dinheiro emprestado para a sua implantação nas zonas tidas como pioneiras. Esse ponto vem a corroborar a questão da relação capital monetário e sua “metamorfose” em capital produtivo, Luxemburg comenta:

Os empréstimos públicos para a construção de estradas de ferro e os armamentos militares acompanham todas as fases da acumulação de capital: a introdução da economia de mercado, a industrialização dos países e a revolução capitalista da agricultura, assim como a emancipação dos novos Estados Capitalistas. As funções dos empréstimos na acumulação do capital são variadas: transformação do dinheiro de camadas não-capitalistas, dinheiro equivalente a mercadorias (economias da pequena classe média) ou dinheiro como fundo de consumo do séquito da classe capitalista, transformação do capital monetário em capital produtivo por meio da construção de estradas de ferro e de aprovisionamentos militares, transporte de capital acumulado em países capitalistas antigos a modernos. (LUXEMBURG, 1983, P.366)

Nessas condições, o elemento natural deve ser suprimido, justificando a substituição da ideologia sertão para a ideologia frente pioneira, para que se conseguisse, assim, garantir a venda da terra, o parcelamento daquela e sua

monopolização dentro de uma economia nacional coesa. Esse fato é essencial para que ocorresse a reabilitação das frentes pioneiras, uma vez que o Estado brasileiro entra como veículo para garantir essa incorporação, ainda que passasse esse direito para empresas privadas, o Estado entrou, no caso, como mediador desse processo, que garantia, por conseguinte, a realização da forma-mercadoria. Como, junto a isso, advêm novas formas de se fazer o denominado regime agrário, dando-lhe novas significâncias, fala-se muito em revolução agrícola, mas esta é pavimentada pela indústria, já que há uma motivação desta para que ocorram as transformações necessárias no campo. Dessa maneira, as formações pré-capitalistas anteriores são recriadas e, assim, ativadas dentro de um modelo de incorporação de capital, permitindo a realização da mais-valia.

2.5 O poder oculto do Estado e sua interface na ocupação pioneira

A *frente pioneira* está mergulhada num processo histórico específico de incorporação de novas terras, como já é sabido, sempre envolvido num meio para que se realize a produção de excedente nesse processo que também é, portanto, territorial, atrelando-se ao mecanismo de industrialização e modernização do Brasil. Aliás, pode-se confrontar essa ideia com quase todas as fronteiras nos países coloniais, dentro do espectro da chamada economia-mundo. Diante dessa outra premissa, o Estado surge como mais uma ferramenta para a consolidação desse acontecer, ao criar as condições para a realização da dialética do tempo lento, mas acelerado, que se materializava no território, abocanhando os novos fundos territoriais. Se se concordar com Luxemburg (1983, p.305), a aquisição de novas áreas, sua incorporação e, assim, sua refuncionalização, permite a realização do capitalismo, uma vez que favorece o processo de acumulação, ainda que primitiva. Seguindo nas ideias dessa mesma autora (op.cit.), é a ação direta do homem sobre a natureza “natural”, que pavimenta novos meios de acumulação, sem que necessariamente se tenha uma ação de um capital adicional. A terra não é um bem reproduzível, ampliável, ou seja, ela é algo que possibilita a acumulação, a partir de novas incorporações. Ou seja, a terra permite estender os limites da acumulação. Na discussão do tempo lento dos fundos territoriais, Luxemburg chama atenção para o

fato de que o capitalismo sempre necessita de áreas, formações não-capitalistas para se realizar, uma vez que nestas consegue-se obter os excedentes necessários. Isso alavanca para o fato da condição de temporalidades diversas dentro de uma mesma formação social, daí se pode focar no fato de um tempo lento e acelerado, agindo dialeticamente nas frentes, dentro de uma totalidade capitalista. Essa totalidade se faz a partir de uma realidade concreta, e, nesse caso, o tom era dado pelos novos mecanismos de incorporação, isso porque a geração da mais-valia necessita do uso quase que ilimitado de novos recursos da natureza. É a luta contra a economia natural, na qual o meio ambiente é imposto para o processo de acumulação primitiva. A iconografia da Figura 07 abaixo nos favorece esta ideia, quando se verifica que o Oeste Paulista é representado no mapa por meio de animais ainda tidos como selvagens, até, de certa forma, exaltando seus caracteres naturais, bem como a presença do nativo indígena. Demarca o tempo lento, mas que necessita ser acelerado, com a realização de um processo de acumulação primitiva. Expondo a anuência para a ocupação, forja a acumulação do capital. Como chama atenção LEFEBVRE, fazendo um diálogo com a matriz marxista de pensamento:

La nature fait partie des forces productives; elle reste source de valeur d'usage, tandis que la valeur de échange proviennent du travail productive. Marx *historicise l'anthropologie*. Tout dans l'humain a double aspect. Tout est acquis, conquis, produit, accumulé par le travail et la raison (pratique et théorique), tant richesse matérielles que spirituelles. Et cependant, tout vient de la nature. Les sens et organes des sens, qui semblent naturels, résultent d'une histoire : ils sont *éduqués*. LEFEBVRE (1980, p.108)

FIGURA 07



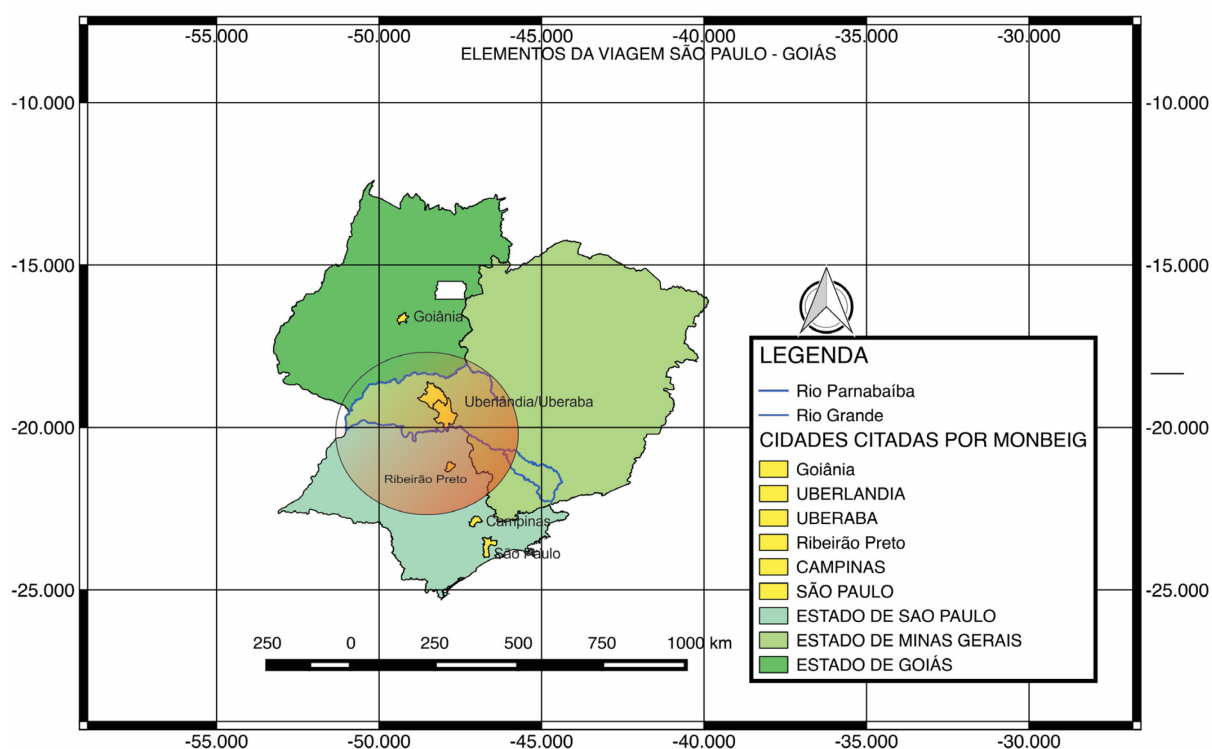
Rodrigues, J. Wasth, 1891-1957, **Esta he a carta verdadeira da revolução q houve no Estado de São Paulo no ano de MCMXXXII**

Nesta ideia de que tudo é *educado*, conforme ressalta o autor a transmutação dos elementos naturais em “formas-mercadorias”, nisso, o processo capitalista consegue forjar os elementos naturais e o produto do trabalho dos homens em fatores para a realização do capital, sendo elaborados a partir de um conceito de economia política. Sustenta-se, dessa maneira, a necessidade de se tratar as frentes pioneiras dentro do prisma da ideologia geográfica de fundo territorial, que legitima a sua incorporação. Nesse ínterim, o tempo da frente – lento – se acelera ou adquire requisitos para essa aceleração.

Cruzando com Pierre MONBEIG (1939, p. 06-07), em sua viagem entre São Paulo a Goiânia, em que alerta para chamada margem direita do Rio Grande, já em Minas Gerais, pontos pouco alterados pela ação do homem. Ao passo que, a margem esquerda, no entorno de Ribeirão Preto, há um contraste brutal, devido à ação do homem. Algo que nos permite afirmar que já se tratava de um lócus pioneiro, mas já ocupado, com a presença do café, do algodão etc, bem como casas dos colonos. Assim, esses elementos caracterizam como marcas de uma civilização. Nas entrelinhas de sua ideia está esta questão do *civilizado/civilização*, tanto que exclama, MONBEIG, (1939, p.07) “La surprise est d’autant plus grande lorsque surgisset les

silhouettes très ‘art moderne’ de Goiânia, le poste avance de la civilisation, comme on se plait à dire au Brésil. Ao mesmo tempo em que vemos que havia um intervalo no Triângulo Mineiro de “civilização”, notamos a sua chegada em Goiânia, pautada por um projeto focado no “moderno” e no “civilizado”, isso corrobora com o processo civilizatório que o capitalismo propõe. Mesmo quando relata a paisagem de Goiânia, já aponta para a diferenciação funcional de seu intra-urbano, com pontos específicos para residências, comércio etc. Ainda para esse autor (op. cit.), é uma relação direta entre o então sertão e o litoral brasileiro. Logo, implicitamente propomos pensar que se trata justamente da necessidade de uma ocupação dessas áreas, dando-lhes o tom de uma incorporação capitalista, de modo a realizar o processo de acumulação, ao mesmo tempo em que expõe este crescimento como influência paulista.

FIGURA 08



ESBOÇO DA VIAGEM DE PIERRE MONBEIG DE SÃO PAULO A GOIÂNIA (org. RODRIGUES, G.C. 2016)

É nesse bojo que adentra o papel do Estado como um veículo desta nova realização, numa discussão com Marx, o capitalismo se faz em formas sociais como o valor, as mercadorias e, de certa forma, a consolidação de uma subjetividade jurídica, que é o Estado. MASCARO (2013) O Estado aparece com regulador desse processo, para que se permita o veio dessa mesma acumulação, como superestrutura da formação territorial. Argumentando ainda com esse autor, ele traz para a discussão a ideia de que num ambiente capitalista as formas sociais se tornam mais complexas e, de certa forma, mais pulverizadas, o que gera conflitos no processo de reprodução. Numa condição pré-capitalista, há um controle direto do político e do econômico, algo que se perde ao se avançar para o capitalismo. Considerando que as áreas tidas como pioneiras encaminhavam-se para adentrar ao modo de produção capitalista, o Estado necessita se tornar mais presente, cuja presença deve se manifestar nos seus moldes de coerção. O aparato estatal serve como mecanismo para a garantia da propriedade privada, como forma de exploração de trabalho e de todo um arcabouço jurídico para tal. Dessa forma, as frentes pioneiras articuladas numa relação pré-capitalista e capitalista passavam por tempo de transição para que se efetivasse em definitivo sua incorporação. Tomemos como exemplo a ideologia de sertão, ela por si só já foi cunhada pela ação do Estado, gerindo sua permissão para a sua incorporação num novo circuito produtivo. Ainda para esse autor, as formas sociais do capitalismo lastreadas pelo valor e pela mercadoria revelam a forma política estatal em que reside o núcleo da existência do Estado no capitalismo, MASCARO (2013, p.20). Eis uma das ideias centrais no subliminar da ideologia da frente pioneira, sua existência em si, se pautava pelo lastro do valor e pela possibilidade de se gerarem mercadorias, ainda que com uso de formações arcaicas pré-capitalistas. Isso se revela nos meios em que se deu a apropriação das terras, no caminhar para o Oeste, entendidos como fundos territoriais propensos para que houvesse a exploração. Assim, para que houvesse tal exploração, o Estado assume a condição de veículo dessa ação, em que era necessário que o suposto *sertão* adquirisse uma condição propícia para realizar a forma-mercadoria. Contudo, é preciso considerar que a ação do Estado neste caso não se manifestou diretamente, como um raio de ação planejador, por exemplo para que se estimulasse a ocupação dessas áreas. O que se faz necessário entender que para que houvesse a ocupação, foi preciso outorga do Estado para a ação de

companhias de colonização, bem como, a privatização de investimentos ligados ao prolongamento e criação de ferrovias. As *frentes pioneiras* nascem dessa especulação privada das terras, sem que haja uma regulação formal, arrisca-se a dizer que a *não-regulação* estatal potencializou a sua ocupação, justamente a aparente ausência do Estado que favorece a ocupação. Não que este fosse ausente totalmente, e sim, com sua ausência proposital para, desse modo, garantir as entrâncias pioneiras, ao mesmo tempo em que tais ocupações garantiam, ainda que de forma incipiente, o domínio territorial desses espaços tidos como vazios. O tempo lento marcado por colonos com práticas agrícolas de subsistência, aparentemente, estava longe do Estado, mas essa mesma condição territorial daria subsídios para a ação estatal, a posteriori, constituindo a inserção num tempo acelerado. Logo, essas formações territoriais estavam continham na sua forma e conteúdo processos sociais implícitos, que garantiriam não só a ação do Estado, como também as condições necessárias para o processo de acumulação, o que se manifestava, portanto, era um exercício de poder oculto.

Cartas, mapas e documentos do período denunciavam tal poder oculto, que se manifestava de maneira contraditória. MONBEIG (1937, p.347), ao afirmar na *revolução agrária pouco barulhenta* no oeste paulista tomada por uma agricultura ainda primitivo, se fazia presente, sem embargo, o poder oculto do Estado. Prova disso, eram meios e ações de se levar infraestrutura na região, sendo elas ferrovias e meios de iluminação e saneamento, cuja finalidade era o processo de prosperidade que essas regiões já apresentavam. Esse mesmo poder oculto, não tão tratado pelo mesmo autor, fica, embora paradoxalmente, explícito nas formas da lei dos anos 30, sobretudo 1935, em que o Governo do Estado “privatiza” as ações de ocupação da terra, por Companhias de Colonização. A estás é dada a legitimidade, por meio de aparato jurídico, na Constituição de 1935, embora não havia uma regulamentação direta para o uso e ocupação do espaço rural do Estado de São Paulo. Isso coincide com uma frágil ocupação do Oeste, ou, ao menos, por uma ocupação de caráter de subsistência. Ao nos debruçarmos sobre a Constituição Estadual de São Paulo de 1947, a terra já é alçada legalmente como um estatuto de ordem econômica e social, assim, posto no TÍTULO V, bem verificado nos seguintes artigo:

Artigo 110 - O Estado facilitará a aquisição da propriedade rural aos que quiserem explorá-la por conta própria como pequenos proprietários.

§1.º - Para a efetivação do disposto neste artigo a lei ordinária prescreverá, entre outras, as seguintes providências:

I - O Estado e os municípios promoverão o aproveitamento das terras de sua propriedade mediante o seu loteamento e concessão a famílias de pequenos agricultores e criadores, dando-se preferência a brasileiros.

II - O Estado promoverá a desapropriação das terras inaproveitadas, a fim de as lotear, de preferência nas regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação.

§2.º - Na caracterização da pequena propriedade, a lei considerará sua área, localização, objetivo econômico e valor venal, assim como as condições econômicas do proprietário. SÃO PAULO, ALESP, (1947) (Grifo nosso)

Sendo uma lei de 1947, fica clara a intenção, como destacamos no artigo 110, da consolidação de propriedades rurais por pequenos proprietários, uma vez que, num primeiro momento, estes servem como fornecedores de gêneros alimentícios para o abastecimento de áreas urbanas, sobretudo, a capital do Estado, que já contava com quase 1, 5 milhão de habitantes. Ao mesmo tempo estimulava a entrada rumo ao Oeste do Estado, já que no parágrafo segundo beneficia desapropriações em áreas com maior densidade demográfica e com melhores acessos. Portanto, as áreas pioneiras estavam livres da mão do Estado, podendo ser ocupadas, pois estava assegurado o direito de posse da terra, nessas regiões, dado ao seu baixo teor demográfico. Verifica-se uma negligência na regulamentação das áreas pelo Estado, daí que se corrobora a ideia de poder oculto dele, uma vez que as condições de ocupação no Oeste estavam garantidas. Ainda nessa mesma Carta Magna Estadual, apresenta-se a preocupação com a exaustão dos solos, cabendo ao poder público fornecer auxílio técnico e financeiro para que esse fenômeno não ocorresse, conforme, (SÃO PAULO, ALESP, 1947, ARTIGO 117), “O Estado e os municípios orientarão e auxiliarão técnica e financeiramente a luta contra todas as formas de exaustão do solo.”

Outro mecanismo legal, anterior a 1947, de 1935, consolidava e estimulava a produção de café no Estado, numa ação conjunta do que se chamava na época de “Estados Cafeeiros” (São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro,

Paraná, Bahia, Goiás e Pernambuco). Trata-se da Lei n. 2478, de 12 de dezembro de 1935, auge da marcha para o Oeste Paulista, que regulamenta o chamado *Convenio Cafeeiro*, em que, prioritariamente, se previa a implementação de imposto sobre exportação do produto, mas com alguns pontos particulares muito interessantes para o debate sobre ocupação pioneira. Dentre esses, obter um equilíbrio da produção de café entre os membros, de modo expandir o comércio internacional dessa mercadoria, tendo sua gestão política e econômica mediada pelo então Departamento Nacional do Café. Outras cláusulas interessantes desta legislação que nos permitem contrapor com a ocupação pioneira são:

Oitava - Todo o café adquirido pelo Departamento Nacional do café, de modo definitivo, para o fim de manter o equilíbrio estatístico, *será eliminado*, salvo a parte necessária para a propaganda, que será organizada de acordo com o plano que for estabelecido segundo as normas traçadas na cláusula décima sexta. Entre os processos de eliminação, fica compreendida a aplicação em fins industriais, desde que seja possível a prévia e completa desnaturação.

Nona - Fica proibido, pelo prazo do presente Convenio, sob pena de multa de 5\$000 (cinco mil réis), por pé, o plantio de caféeiros em todo o território nacional.

Décima - Não serão consideradas novas plantações o replantio em talhões velhos a serem substituídos nem tão pouco as plantações feitas em terrenos novos a parte, dentro da mesma propriedade, uma vez verificado que foram destruídos caféeiros velhos em número igual, mediante fiscalização do Departamento Nacional do Café.

Décima primeira - Aos Estados produtores de café, cujas plantações não tenham atingido a 50.000.000 (cincoenta milhões), de caféeiros, fica reconhecido o direito de completarem esse limite, independente do pagamento da multa estipulada na cláusula nona. SÃO PAULO, ALESP, (1935)

De acordo com o Convênio, portanto, o excedente deve ser eliminado, certamente para manutenção do preço do café; a pena de multa, caso haja novos plantios, de forma a impedir também sua desvalorização. Contudo, na 11ª. cláusula, é permitido aos Estados produtores atingir o patamar de 50 milhões de pés, invalidando a multa. Dessa maneira, a aquisição de novas áreas estava, implicitamente, garantida. Assim, por meio desses exemplos, é notável a participação do Poder do Estado no estímulo à incorporação de novas áreas. Ainda com outra ressalva, trata-se de uma legislação pós 1929, marcado pela crise de Nova York, ações governamentais eram demandadas para que não ocorresse ainda mais a queda nos preços.

Todavia, vale ressaltar que o café teve uma condição muito além da econômica, também podendo ser considerado como uma representação, isso porque foi e é tido como motor do progresso paulista, a ponto de PRADO (1972, p.133) afirmar que este passa por seu *martírio*, dentro de sua função *messiânica*. Esse mesmo autor, junto com Monbeig, dão outros exemplos de como o Estado atuou para a manutenção e valorização do preço, como foram oscilações provocadas no câmbio, em que a moeda nacional era desvalorizada como forma de valorizar a mercadoria para o mercado externo. De novo, um meio de ação da economia-mundo. MONBEIG (1998, p. 108) não negligencia esta situação em sua tese. Para ele, há um jogo de fatores econômicos, essencialmente alinhados a um processo de especulação financeira em torno do café. A manutenção da inflação, que se dava através do aumento da oferta de crédito, o que, de certa forma, acarretou na especulação por terras, da mesma forma que facilitou os investimentos em ferrovias e rodovias. Tanto que em outra passagem, afirma que: “La marche vers l’Ouest cessait d’être exclusivement la marche du café” (MONBEIG, 1952, 101). De fato, vale lembrar que o café fora o pretexto para tais mecanismos de especulação, haja vista, momentos de prosperidade no pós I Guerra, em âmbito global.

O Estado age para que os preços dessa mercadoria se mantivessem, e para que, assim, o fizesse captar recursos de bancos estrangeiros, a ponto de Monbeig considerar que a marcha pioneira se torna um negócio mundial. (MONBEIG, 1952, p. 99). Não só através de intervenções jurídicas o Estado intervinha nesse âmbito de proteção às mercadorias produzidas nas franjas, mas também, pela especulação, ganhos artificiais por meio do câmbio e inflação eram mecanismos pela própria ação do Estado.

Outro elemento importante no aparato estatal para a realização do capital, foi a validação do Banco de Crédito Hipotecário Agrícola do Estado de São Paulo, na forma do Decreto no.3806 de 27 de fevereiro de 1925 – que, dois anos depois, tem seu nome alterado para Banco do Estado de São Paulo (BANESPA). Num acordo entre o Governo do Estado e o grupo francês J. Loste & Comp. ainda em 1909, mas que fora garantido efetivamente na promulgação do decreto acima citado. No entanto, na leitura dos estatutos desta instituição financeira, é latente seu objetivo principal, ou seja, a concessão de empréstimos hipotecários a propriedades rurais e urbanas.

Prevendo, inclusive a proteção contra geadas, por meio de seguro, ofertado pela instituição financeira. Ademais, os créditos poderiam ser de curto prazo, como também durar até 25 para o saldo da hipoteca. Considerando-se um país de economia instável, muito abalado por crises financeiras internas e externas e persistência da inflação, muitos desses empréstimos podiam ser considerados como quase uma concessão de dinheiro do Estado para a especulação de terras. Aliás como relata PRADO (1972, p.136), o Instituto do Café por muito contraiu empréstimos com banco.

O mesmo autor apresenta uma outra informação importante em relação ao Estado e o café, como chamado plano valorizador. Sendo:

O café colhido não é exportado. Fica por nove, dez ou doze meses depositado em armazéns, no interior ou na capital do Estado, à espera que chegue a remessa para outro embarque. Aí o estoque se reduz a um mínimo que tolhe o movimento regular da oferta e da procura. O consumidor, não tendo café para comprar, nos apuros de seu comércio, sobe o preço das ofertas. Não há transações efetivadas ou então se negocia em escala diminuta e o café está valorizado...nos boletins oficiais. O custo desta encenação é pago como de direito pelo fazendeiro. Paga os armazéns, paga as despesas do Instituto, paga os elogios encomendados, paga os prejuízos das manipulações de mercado, paga os juros e amortizações do empréstimo de dez milhões, para que lhe dêem dinheiro levantado em Londres como garantia que ele mesmo fornece. (Prado, 1972, p. 135)

Novamente, concretiza-se a mundialidade das zonas pioneiras e a amarração dessa relação vem acompanhada, assim, já num processo em que o tempo da fronteira começa deve ganhar o compasso da forma-mercadoria, considerando esta última ideia já que ela é produto das interações sociais, sendo elas políticas, econômicas e espaciais, mas que guardam contornos específicos em países coloniais como Brasil. Tal subjetividade jurídica permitia a realização da forma-mercadoria, isso porque é uma forma social que emerge dentro da concretude das relações sociais. Assim sendo, como corresponde à forma-mercadoria e a uma ambiência de troca permeada pelo capitalismo, o adentrar das frentes significava a ampliação desta, bem como, se articula com a fronteira pioneira. Logicamente, pelo fato de a fronteira expor as relações do Brasil com o internacional, com todas as suas contradições internas, concretiza a singularidade própria de um momento econômico, na totalidade do território brasileiro. Daí a necessidade de uma outra forma, o Estado, que garante as condições para que haja a reprodução e circulação de mercadorias, dentro de seu

constructo jurídico, podendo ou não ter uma atuação explícita e/ou implícita, conforme observamos nos exemplos acima. Por esse motivo, preferimos considerar que o Estado usou de um poder oculto, porém, bastante presente, no estímulo das ocupações pioneiras. Logo, ele serve como ferramenta para o processo civilizatório capitalista.

3. Entrâncias e reentrâncias: o contexto geográfico de Pierre Monbeig

O geógrafo Numa BROC (1993) traz importantes análises acerca da Geografia Francesa no período entre-guerras, o que se considera bastante salutar numa análise de Pierre Monbeig, ainda mais na sua atuação no Brasil. Broc enfatiza a importância de a Geografia ganhar nesse momento da história, sendo crucial para o próprio desenvolvimento desse campo de saber, sobretudo, na França. Tanto que aponta para o nascimento do chamado *Homo Geographicus*. Em seus aportes, abarca a própria institucionalização da Geografia Francesa e a profissionalização dos Geógrafos, sendo que muitos terão um campo de atuação militar, fato que se justifica por ser um período “belicista” da história mundial. Há a criação de cátedras de Geografia em diversas universidades da França, amparadas na difusão do pensamento de inúmeros geógrafos franceses, como Paul Vidal de La Blache, Emanuel DeMartone, Gilles Gallois, Albert Démangeon. Estes sendo o arcabouço teórico que sustentou a geografia nesse momento. Na sua ideia, muitos geógrafos tidos como vidalinos vão substituir o que chamou de *geógrafos tracionais*. Até mesmo, muitos destes entram no campo dos historiadores como forma de se firmarem dentro das universidades. Isso foi muito importante, pois se cria uma relação direta entre a Geografia e a História, pois a Geografia, esta, antes de sua institucionalização, na França, era tida como auxiliar da História. Assim, apenas com Paul Vidal de La Blache, é que aquela ganha autonomia, nesse país, como campo de conhecimento. Elemento que advém com a necessidade da França de se consolidar como nação, após a derrota sofrida com a Alemanha na disputa dos territórios de Alsácia e Lorena. Isso exige uma discussão sobre a influência alemã, na constituição da Geografia Francesa, sobretudo, naquele país, esse de campo de estudo já era bem mais solidificado que na França. Sobretudo pela importância que teve Friedrich Ratzel. Assim, é bom

salientar que o arcabouço elaborado por Ratzel vai interferir e muito no pensamento geográfico francês. LENCIONI, (1999, p. 103) afirma que embora haja um aparente divórcio entre a Geografia Alemã de Ratzel e a Vidalina Francesa, muito se aproxima o determinismo de um com o possibilismo de outro. Algo também afirmado por Numa Broc:

Friedrich Ratzel est certainement, avec W.M.Davis, le savant étranger qui a exercé la plus profonde influence sur la “nouvelle” géographie française à la fin du XIXe. Siècle. Son action, directe ou indirecte, es certes malaisée à évaluer mais il est difficile d’imaginer ce qu’auraient pu être les œuvres de Vidal de La Blache ou de Brunhes si elles n’avaient été fécondées par la pensée du maître de Leipzig. (BROC, 1977, P.86).

Nesse mesmo artigo aponta os estudos realizados por Louis Raveneau, Paul Vidal de La Blache e Jean Brunhes sobre a Geografia Ratzeliana. E, como exemplo, pode-se citar muitas vezes o uso de Geografia Política como sinônimo de Geografia Humana para La Blache, se valendo de ideias trazidas da Antropogeografia de Ratzel. Um outro elemento relevante foi a relação de Jean Brunhes, que, para Numa Broc, foi um dos que mais criticaram Ratzel, entretanto, ele mesmo teve em sua ação elementos também vindos do Geógrafo Alemão. Em uma de suas críticas, estava o fato de Ratzel considerar que o homem tinha um campo de atuação na superfície da Terra quase que muito parecido com o das plantas, animais etc. (BROC, 1977, p.90). Sugere, assim, Brunhes uma ação mais direta do ser humano sobre no espaço. Tanto assim, que fora este o primeiro a utilizar o termo *Geografia Humana*.

Um outro aspecto salutar, que corrobora para a reflexão da afirmação francesa como nação, foi a aproximação dos geógrafos com o militarismo, bem como com a diplomacia, já que o período conturbado do entre-guerras assim os forçaram, entram como vetores da expansão destes estudiosos para outros países, as guerras, ainda mais a Primeira que forçou não só a saída de alguns geógrafos da França, como também possibilitou na sua visão o desenvolvimento da Geografia Francesa. Outros elementos, aparentemente detalhistas, deram o impulso para o desenvolvimento da Ciência, como dificuldades financeiras, que forçaram muitos geógrafos a realizarem estudos em sua região de atuação. Por isso, considera, além do fator metodológico, o quanto as monografias regionais foram latentes naquele momento. Fazendo, da *região* categoria dominante. Nesse processo pelo qual passava a Europa, é salutar

sua afirmação de que a França delega ao mundo uma certa concepção de Geografia, além dos países francófonos, citando entre eles, Pierre Gourou, Pierre Deffontaines e o próprio Pierre Monbeig, atentando para o fato desse último ter sido formado exatamente nesse período. (BROC, 1993, p. 249). Porém, é preciso pensar o aspecto da Geografia que, chegada da missão francesa no Brasil, revelou entrância de princípios europeus em quase todos os quadrantes do mundo, ao justificar até mesmo pelo fato de ser um momento imperialista o do entre-guerras. Hipotetiza-se que talvez seja, de certa forma, uma geografia imperialista, uma vez que categorias europeias passam a ser utilizadas num país colonial, que era o Brasil. Havia uma grande dificuldade em se realizar esses estudos, já que tais categorias necessitavam ser adaptadas. Na questão da região, por exemplo, Pierre Monbeig chega a refutar que esta exista de fato nas *frentes pioneiras*, que estudou, apontando que, na realidade o que existia eram redes, uma vez que não se tinha consolidado um laço identitário nessas áreas, dada sua ausência de passado, embora ainda se tornariam região. (Monbeig, 1998, p.385). Por fim, é importante ressaltar que o uso do vocábulo região foi uma assertiva do tradutor da obra *Pionniers Planteurs* de São Paulo, Ary França. No entanto, na versão original de Pierre Monbeig, aparece como pays, mesmo assim continua revelando a falta de identidade e de traços em comum para se caracterizar a área como região. Em sua produção:

Terre sans passé, la frange pionnière n'a pas encore des pays, mais elle est divisée en réseaux, et cette division qui prend appui sur la topographie est peut-être le germe des pays à venir. Les rails font l'unité parce qu'ils assurent l'écoulement de la production et que le succès individuel aussi bien que celui des entreprises colonisatrices dépend de l'expédition facile, continue et régulière de cette production. La distance est toujours l'ennemie du pionnier: elle pèse sur son économie, augmentant ses prix de revient et diminuant ses prix de vente. Comme il s'avance toujours davantage vers l'Ouest et le Sud-Ouest, elle s'accroît sans cesse entre son défrichement et les grands centres consommateurs et exportateurs de la région atlantique. (MONBEIG, 1952, p. 357)

Nota-se, portanto, que as chamadas categorias de entendimento da Geografia Francesa não conseguem plenamente atender as demandas da formação territorial brasileira. E outro ponto considera como região o Atlântico, ou melhor as portas para este. Nesse caso, observa-se sua cosmovisão no entendimento da própria Ciência, que prática era com o prisma exógeno, já que a região que se deveria engendrar

poderia ser com o viés econômico. Ao passo que a distância expõe os fundos territoriais, sem que haja uma conexão exata entre elas.

É preciso pensar, conforme alertou THÉRY (2009 p.50), que aponta para uma delicadeza entre o natural e o social no âmbito das frentes, que se pode afirmar que se trata de uma relação conflituosa nesse aspecto. Isso porque vencer o natural era um aspecto muito peculiar de um projeto de modernidade que se instalava no Brasil, com o veio da incorporação. Embora fosse um tempo presente, propunha-se um romper histórico para o avanço, este justificado pelas ideologias, que eram categorias europeias para se entender o processo pelo qual o Brasil passava. Além disso era uma maneira de consolidar o Brasil como um Estado, através da conquista territorial. Para isso, é preciso romper com os elementos naturais, engendrando ou, ao menos, forjando certa coesão territorial. Como alerta MORAES (2009,p. 219), é preciso entender a Geografia, dentro do discurso e das estruturas políticas, como meta-geografia.

Uma outra variável importante é a relação da Geografia Francesa com a École des Annales, que reforçou a importância da Geografia para a compreensão da História. Vários historiadores dessa vertente enfatizam sua importância, tais como Lucien FEBVRE (1950) , que, dentre outros pontos, propõe pensar a História a partir da relação do homem e com a terra. Questão essa fundamental, uma vez que a Escola dos Anais procurava ver a História não como uma área de estudo do tempo passado, mas sim como algo do tempo presente. Lucien Febvre, inclusive, afirma que a História, é, em primeiro lugar, toda geográfica (FEBVRE, 1950, p.09). Aqui consegue-se afirmar que nasce uma modificação no processo de desenvolvimento das duas áreas de conhecimento, gerando uma nova forma de pensar o mundo. A Geografia, que para Febvre era uma Ciência Transdisciplinar possibilitava a abertura de uma visão mais ampla do mundo, e também se preocupar com as múltiplas atividades pelas quais os grupos humanos travam e sua relação com o meio geográfico, assim, coroa o gênero de vida. Essa ideia foi muito tratada por Monbeig em suas obras, dentro dos limites brasileiros e das franjas pioneiras. Isso, para Febvre, era uma opção metodológica, mas alerta que a Geografia deveria estar focada no estudo regional, para que, assim, tivesse alicerce para entender o geral.

Para outro autor, POMIAN (1984) há uma síntese formada entre a Geografia e a História que conseguia responder a questões do mundo de forma mais aguçada, já que a Geografia, sobretudo, a Humana, permitia pensar o tempo longo, que a Escola dos Anais demandava. Por isso argumenta que a Geografia era como se fosse uma História especializada e plural (POMIAN, 1984,p.386), algo que permitia atender a questões de forma mais apurada, era como se fossem dois sujeitos que se complementavam. Nessas circunstâncias de busca pela pluralidade, urge uma conversa com outros campos de conhecimento, não só a História como a Etnografia. Lévi-Strauss muito influenciou nesse aspecto Monbeig, que analisara, a posteriori deste, o gênero de vida dos Nambikwara, ainda mais quando aponta a existência de uma dualidade deste, em função da sazonalidade climática e da sujeição daquele gênero aos ecossistemas do cerrado e da floresta equatorial. Monbeig deixa claro como tal sazonalidade influencia no comportamento dos grupos humanos, ainda mais que as estações das chuvas garantem a subsistência. Jules Sion, outro geógrafo francês, chega a afirmar que a Geografia era uma auxiliar da Etnologia, dada a demanda pelo estudo do gênero de vida. Subentende-se que nessa complementariedade há “dois tempos históricos” acontecendo, o natural e o social. Portanto, na divisão, nos estudos de Monbeig, entre o meio físico e o humano, percebe-se que esse último é esquecido na trajetória histórica em que ocorre. Assim, no projeto de modernidade, a supressão do suposto tempo da natureza é latente.

Nesse sentido, é preciso atentar para o fato de que Monbeig procurava entender o homem como um elemento ativo na paisagem, transformando-a através de seu gênero de vida, caso este seja produto das relações homem-meio, com a apropriação das características físicas do meio. Dessa forma, ser adequado aos constructos culturais do homem. Assim, a conquista da frente pioneira era a elaboração de um gênero próprio dela. Dentro dessa perspectiva, se pautou a metodologia de Pierre Monbeig na relação com a paisagem intocada para transformação desta em uma paisagem rural. Assim, o pioneirismo se perpassava para a construção de um gênero de vida. Conforme o exemplo da moradia dos pioneiros em que relata:

Dans la frange pionnière pauliste considérée dans son ensemble, la maison rurale type est la maison quadrangulaire, construite en végétaux, avec toit à double

penne. C'est l'habitation que construit la grande majorité des pionniers, provisoirement abrités dans une cabane de feuillage et de sapé (*Imperata cylindrica*). Si le sol est suffisamment plat ou facile à aplanir, on plante en terre aux quatre coins des troncs d'arbres de petite circonférence mais assez solides pour supporter la charpente du toit, et on installe aux deux extrémités de la ligne qui correspond u futur faîte, deux troncs un peu plus hauts.(MONBEIG, 1952, p.352)

Assim, era uma apropriação dos recursos da paisagem, recriando-a segundo eles, para a realização de uma vida de subsistência, quase miserável, desse tipo de pioneiro¹⁵, próprio do Brasil, um país com sua História sendo realizada naquele momento, com conflitos e paradoxos inerentes à economia-mundo. É relevante, portanto, considerar como Albert Demangeon, orientador da tese de *Pionniers Planteurs de São Paulo*, que a agricultura, além de ser uma base econômica, ao atribuir o tom do caráter da conquista, nas entrelinhas, é, sobretudo, civilizatória. Isso reforça a ideia de um país identificando com o presente em que se construía, tão bem alimentado pela Escola dos Anais. No entanto, com uma visão eurocêntrica para esse presente, demonstra-se uma dominação não só econômica, política, cultural etc. como também a do saber. As *frentes pioneiras*, de certa forma sintetizam um outro mecanismo de colonização que era o do conhecimento, já que forma como essas frentes eram vistas como uma missão civilizatória. Trata-se, assim, de altíssima importância o caráter colonizador que assume a Geografia Brasileira no momento do estudo dessas ocupações, assim como a forma de análise da produção e da reprodução sócio-espacial nesse contexto.

No tocante a essas questões elencadas acima, ao se realizar uma pesquisa de campo nos documentos, manuscritos de Pierre Monbeig, em seu acervo visitado no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, pode-se coletar diversas observações no âmbito de sua Geografia, ou, até mesmo, pensar os passos que a Geografia do Brasil tomaria. Em muitas de suas verificações de campo no Estado de São Paulo, refere-se ao uso da categoria paisagem como uma variável em constante transformação, apontando-a para uma evolução desta. Convém salientar que a paisagem, como categoria de análise da Geografia, não é estudada pelo viés geomorfológico com as alterações produzidas por agentes exógenos e endógenos, como muito queria a

¹⁵ Nesta passagem Monbeig retrata o modo de vida de pioneiros, cuja a prática agrícola não era comercial e objetivando a exportação de mercadorias, e sim, os chamados sitiantes. Estes que adrentaram na franja pioneira, com o intuito de obter uma vida melhor, mas que conservou um estilo de vida simples com diversas limitações.

Geografia Americana. No entendimento de Monbeig, a evolução da paisagem estava diretamente associada a uma transformação produzida pelos novos usos que se fazia da superfície da terra, em que deixa nítido o café como *motriz da sua transformação*. Nesse contexto, a ideia dele de se pensar a paisagem estava muito mais atrelada à inserção de uma variante econômica, dando-lhe um novo significado. O espectro da paisagem trazia agora em sua essência a modificação do uso natural pelo uso humano, o que corrobora a ideia de uma relação delicada entre as frentes pioneiras, o pioneirismo e sua tênue relação com a natureza. Nisso, pode-se alavancar a discussão de que a apropriação da natureza se manifestava através do vetor da incorporação da terra ao uso econômico, que marca tão bem o pioneirismo. Nesse mesmo documento, ainda aponta para o fato de que a evolução paisagística, na sua transformação em café, tinha como objetivo a exportação para países europeus, tais como Itália, então Benelux, França, Alemanha e Portugal. Nesse aspecto, afirma-se que a derivação da paisagem, no estudo geográfico está implicitamente ligada ao mercado externo, cuja motriz para a evolução demandava de forças do mercado externo e não de uma vontade unicamente brasileira. Aspecto relevante, para a possibilidade de se verificar o espaço geográfico brasileiro como um espaço do externo, associado à ordem econômica internacional. É interessante verificar que a paisagem, no âmbito de uma categoria de análise da geografia e produto da ação humana, tinha, para o caso brasileiro, um caráter mais exógeno do que endógeno. Um todo dialético se formava a partir de uma colonialidade/modernidade sintetizado nas transformações, como o próprio Monbeig chamou de evolução da paisagem. Na varredura de seus manuscritos, em acervo da USP, nessa frágil linha entre a frente e a natureza, correlação entre a História e a Geografia e sua validade para buscar entender um país novo, como é o caso do Brasil, em seus apontamentos, fica claro que a ação humana se manifesta na paisagem. Por outro lado, e nega a noção de uma natureza determinante e condicionante como um todo para o processo de ação humana, assim, o homem, ainda que num ponto aparentemente hostil, consegue realizar sua História e dar um novo significado e novas funções à paisagem. Conforme suas palavras:

Ne s'agit plus d'un action des politique de la nature sur l'homme ;
l'homme agit sur la nature ; un choise par l'homme qui est à la fois jadi et

sapiens. Mais comment ce choise ? L'homme ou le mileu ? Réponse des géographes, des mileiux, des hommees choise varie de la temps, et l'histoire lóuvre toute sa place. (MONBEIG, Caixa 01 doc.38)

Dessa maneira, se a História se manifesta em todo o seu lugar e a todo momento, afirma-se que a paisagem, o meio, já é em si um produto da história, como as frentes pioneiras paulistas. Entretanto, cabe uma ressalva de que, nessa linha de interpretação, a paisagem só se fez enquanto ente da História no momento da chegada do pioneiro, desconsiderando todos os processos históricos que ali estavam presentes. Portanto, expõe que a existência de uma atividade econômica eficaz se coloca necessária no processo de evolução da paisagem, a paisagem, nesse aspecto, é condição sine qua non da direta ação humana, enquanto produto da História, a superação da natureza dita natural, se encarregava da chegada do pioneiro e da expansão de tais frentes. O meio não era mais um entrave e o pioneiro se tornou protagonista no contexto de expansão e de incorporação de uma área que passou a ter novas formas de representação e significados. Ou seja:

Cette histoire qui est au même temps um geographie (à moins que ce ne soit l'inverse) nous repple que: le meme mileiu naturel est susctible d'être valoise de facços diverses selon le groupes humains qui y habitant. Ainsi nous sommes de la position qui voijait une relation de cause à effect entres les éléments phisiques et la soiciété humaine. Cela a deje éte dit, c'ecrite permisse de ce n'une carictural. Comment la geographie peut-elle être utile à l'histoire ? S'appiement sur les connaissances géographiques je crois que l'histoire peut beacoup mise comprendre le moment qu'il etudie et s'il essai de suivre l'évolution d'un groupe humain, classe social, ville, nature, au causer des siècles, à voir comment cet evolui dans ce temps, le relations entre ce groupe et ce milieu physiques. (MONBEIG, Caixa 01, doc.38)

Nesse contexto, a paisagem ganha o dinamismo necessário para a compreensão dos grupos humanos, uma vez que se trata de uma causa e efeito dela, dada a apropriação dos recursos físicos, tal qual sua transformação. Essa apropriação possibilita pensar no fato de que a Geografia se manifesta como a História Espacial e a paisagem se atém a um vetor para esse estudo. Num tempo lento, da história, a paisagem se torna forma e conteúdo no longo processo de recriação da natureza. Num ambiente meio hostil e repleto de adversidades, a história do homem é confrontada com a história da natureza natural e se realiza ali o encontro do homem consigo mesmo, no processo de recriação da paisagem. Tal reencontro, porém, tem como fundamentação as condições materiais e científicas do momento presente. Este

abre espaço e ganha contornos no pêndulo da história, no entanto, com o critério da expansão pioneira, que é o grande motor para requalificação da paisagem, ou, de certa forma, para a criação de uma verdadeira paisagem. Num jogo epistemológico nega-se o sentido de paisagem à época evocado pela geografia anglófona, que, como já se mencionou, era essencialmente ligada à evolução pelas forças físicas da natureza puramente geomorfológica. Na interpretação de Monbeig, fica implícito que não se trata dessa análise, pois os então divisores de água e os espigões se tornam de grande valia para a passagem das ferrovias em terras pioneiras. Fator que permite analisar que se atribuía um outro valor aos já dados elementos físicos da natureza.

Essa análise leva a pensar que Monbeig abre margem para romper com uma ideia de determinismo geográfico e, até mesmo, de verificar o Brasil como uma país condenado ao fracasso econômico e ao subdesenvolvimento em função dos próprios atributos físicos. Isso porque, se há uma causalidade entre as condições físicas e as ações direta do homem no meio, abriria, assim, a possibilidade de as potencialidades do meio contribuírem para a constituição de uma nova paisagem. Esta dava seus primeiros passos no processo de humanização e reconstituição de certo gênero de vida, não um gênero de vida que servisse como limitação, mas sim, algo ainda aberto e a ser construído no bojo da ação humana entre outros atores sociais, tais quais o sistema financeiro, os fazendeiros, pequenos proprietários de terra e o próprio Estado. Esta dada a alavanca para o progresso e para a inserção do país num outro contexto já reconfigurado dentro de uma Nova Ordem Mundial, marcada pelo fim de duas grandes guerras. As possibilidades eram imensas, cuja “magia dos espaços desabitados” significa a ruptura com o contexto de uma paisagem natural para uma paisagem, ainda que com limites tênues entre a natureza e o homem, já demarcada pelo progresso. Ao negar essas restrições aponta:

Agriculture diversifie mais qui continu assurer une bonne part du commerce bresiliene faut en contribuant a razerit celle pays aussi : Développement industriel: par le volume de la production energetique, par le nombre de les travailleurs, le varieté de sa production e la masse des capitaux la regime industriel pauliste est la plus important de la Amerique Latine. Cet um progress est très “americain” pays jeune, epirit interprenant avec confiance intrandable.(MONBEIG, Caixa 01, doc.44)

Dessa forma, verifica as potencialidades brasileiras, sobretudo paulista no que classifica como um fenômeno “americano”, ou seja, com inúmeras possibilidades para a expansão econômica e transformação em um país moderno. Suas considerações abrem espaço para se analisar, no presente, um país que estava concebendo com sua visão de geografia, que se abria para o novo, dentro das relações da expansão, das mais variadas formas.

Assim, a geografia se configurava num pivô da História, não querendo parafrasear ao pé da letra Mackinder, ou seja, a construção da histórica brasileira, alavancada para o caso paulista permitia, um tal progresso americano, pavimentando o futuro. Novamente, ressalta-se que há uma ruptura com o chamado determinismo geográfico, pois o novo já se encontrava em processo de construção. Neste arcabouço, a colonialidade/modernidade se manifestava num par dialético em que para que existisse o moderno, num país jovem, a estrutura global permitia a existência do velho, que, no caso, era a Europa. Para isso, convém se afirmar que a geografia no Brasil ganhava sua relevância na busca pelo entendimento desse novo, que se lançava dentro dos moldes do pioneirismo. O Brasil se mostrava, naquele momento histórico, como o país pioneiro, que, numa visão de mundo de Monbeig, soterrava seu passado do atraso, muito embora, numa interpretação atual, essas condições retratem uma visão colonialista e de dominação. Essa visão ocorreu por não haver uma ideia bem constituída da tropicalidade brasileira, com o intuito de pensar de fato sobre o país, mas sim uma visão ainda colonialista, de modo a sustentar o progresso na expansão. Ainda no que toca nossa capacidade industrial, é válido lembrar que se tratava de uma totalidade em que a pobreza e as condições de exploração apreciavam um moderno, no entanto, com muito ranço do que se pensa sobre o pré-moderno. Isso porque, mesmo exaltando a “juventude” do Brasil e a paulista, ainda se deparavam com as condições adversas de uma geografia de fato, subdesenvolvida, diante das condições materiais do território.

Por esse motivo, velhas estruturas já mais que elencadas nos países coloniais ainda se manifestavam mesmo tendo um frescor para o que se considerava como progresso, a pobreza e as moléstias, como malária ainda, se faziam presentes e deveriam, assim, ser superadas, para a gestação do novo país. Por isso, mais uma vez a importância da Geografia se fazia necessária na elucidação e no entendimento

daquele processo. Portanto, o país novo se apresentava como um grande laboratório para a chamada geografia brasileira. Nessas condições, o olhar do francês para elementos como esses são grandes desafios para a compreensão desse novo. Ou como se possa pensar da superação de um país, que na máxima de Monbeig, aponta para o caboclo como um país superado, cujas marcas da civilização moderna davam seus primeiros passos dentro, do acontecer do pioneirismo.

No início de seus trabalhos de campo, e com base em seus manuscritos, apontava diretamente para uma das grandes dificuldades da agricultura moderna que era ainda a “fragilidade da natureza”, como empecilho para uma prática econômica mais eficiente. Essa fragilidade e a acidez do solo sempre são elementos recorrentes no início dos trabalhos de campo do autor, que as considerava marcas da colonização inerentes ao país pioneiro. Era já muito comum a incorporação em suas palavras o termo voçoroca, e, além dessa questão aguda de erosão do solo, apontava para adversidades como a laterização, taxas elevadas de silicatos etc, questões essas que deveriam ser abordadas nos estudos de Geografia Humana, uma vez que tais elementos pedológicos deveriam servir como subsídios para a agricultura moderna. Neste documento de (Caixa 01 doc.38), é quando aponta para tal questão. Em um manuscrito para as questões da agricultura tropical, revela ser indiscutível a questão da vulnerabilidade técnica. No entanto, para Monbeig, a grande questão da Geografia aí, não é nem tanto o aspecto da técnica em si, fato este relevante, mas é meio físico que altera o modo de vida das pessoas, das comunidades. A relação homem e natureza ia, assim, para além da técnica. No mundo dito tropical, as condições naturais forjavam novas relações humanas e modos de sociabilidade, que, consequentemente, pavimentariam caminhos para a introdução de técnicas próprias. O regime climático, por exemplo, engendraria novas formas de se ter a prática da subsistência humana nas frentes pioneiras, isso tendo como motriz o setor primário da economia. Nisso, apontava para uma problemática da chamada *Geografia da Colonização*, cuja a ocupação poderia cair num risco de sofrer certa simplificação, necessitando da constituição, ainda que de modo controverso, de uma Geografia Tropical própria, embora esta fosse bem colonial. Tal simplificação adentrava, inclusive, para um problema epistemológico nas Ciências dos Homens, que permite refletir se a colonização dos espaços ditos vazios não seria uma forma de se

pavimentar e se emoldurar a Geografia Humana no Brasil, pois se tratava de um vasto arsenal de estudos para uma ciência ainda nascente no Brasil.

A preocupação com as frentes pioneiras, ao se verificar a entrância nos espaços vazios, dentro de um aspecto mais de colonização nos moldes europeus, o avanço nos fundos territoriais, pode, assim, de alguma maneira, fomentar uma nova análise histórica do país. Com isso, a Geografia daria o subsídio para a História, já que a ocupação nas frentes pioneiras era o acontecer de uma História Viva, in loco. Questionar a geografia da Colonização abarca, nos dias atuais, a possibilidade de uma verificação da mundialidade contida nas frentes no seu desabrochar para uma nova História mundial. Essa mundialidade incidia no interior de São Paulo, como constructo material do território e consequente territorialidade, que resguardava o pêndulo do processo histórico. Se conforme o mestre Lucien Fevre assegura, a Geografia é a História no espaço da colonização pioneira, com suas diversas singularidades nos chamados gêneros de vida, ela constituía a distensão de um tempo longo que se manifestava nas ocupações. As condições físicas deveriam se recriadas e vencidas, estas, aliás, eram o espírito paulista e pioneiro, na tênue cisão entre homem X natureza. Portanto, a frente significou o nascedouro da Geografia, não só humana, como também física, já que força a compreensão dos sistemas geoecológicos nos meios de vida que se criavam. A dita “Geografia da Colonização” consegue, da mesma maneira, construir um caráter civilizatório para a Geografia Europeia, até mesmo dando a ela uma razão de ser, num momento (entre-guerras), em que ela se institucionalizara no Velho Mundo, ou seja, o Novo Mundo fornecia novamente a razão de ser do Velho Mundo, subsidiando o seu constructo e ideário de mundo moderno. Segundo Monbeig:

Rappeler l'importance coloniel sont processus enriques. L'importance pour la Geographie, avant tout c'est l'elargissement progressiv de la region géographique. La découverte du monde qui cesse d'être fragmenté mais être le entoile des blaces tempérés. En effect, processus qui va être très livrement decrit : a) expansion colonial avec la colonisation par judes à celle Crete et Athenas Ancienne ; b) colonisation de monde incit a siécles XV et XVI, expansion economique, colonisation des terres e des hommes par le suit trop consequences geographiques ; c) expansion colonial après Revolution Industriel, empire colonial et la domination economique ; d) et la colonisation qui est la conquete de nouveaux mercades, marche demographique, ex. Café no Brésil et blé canadiene. (MONBEIG 01 -02 cx. 01doc.38)

A ideia desta nova etapa da colonização, para ele, corrobora o engrandecimento da Geografia, ao apontar para a elasticidade da categoria *região*, sendo que, a partir de então, tal metodologia poderia ser utilizada em diversas partes do mundo, já que se tinha uma incorporação efetiva de “vazios”, ao mesmo tempo em que defendia a filiação geográfica francesa. Embora a mobilidade dos colonos, como ele mesmo considera, pautada na “psicologia do bandeirante”, leve a um “*avilissement des pays à économie*”.¹⁶ (Monbeig, Caixa 01 doc. 20)

Ressalta-se que, dentro de sua filiação francesa, não só pela nacionalidade, como também pelo berço acadêmico, Monbeig aponta para o estado de São Paulo com a categoria *pays*, não devendo tomar esse termo como o corriqueiro *país* dos dias atuais. Ao se valer desse conceito, Monbeig o faz com o viés estritamente francês, tentando adaptar para a condição paulista. Para elucidar melhor esse nódulo conceitual, Yves Lacoste expõe que através de pretextos jurídicos, a nação fora considerada como um conjunto de habitantes do mesmo país (*pays*), tornando-se, após um longo tempo como sinônimo de Estado-Nação, conforme Lacoste:

Ce mot “pays”, qui est une déformation du latin *pagus* (d’où viennent aussi « *paysan* » et « *paysage* »), a d’abord désigné um petit espace géographique, celui qui s’étend dans um rayon d’une quinzaine de kilomètres autour d’un marché, d’un bourg ou d’une petite ville. C’est généralement le territoire d’une ancienne tribu galoise, et c’est jusqu’au début du XXe. siècle l’espace où tous le gens se connaissent plus ou moins, dont sont originaires la plupart des membres de la grande famille, où se trouvent le parents et où sont enterrés les grands-parents. (LACOSTE, 1997, p.136)

Nessas circunstâncias, a categoria *pays* se torna inapropriada à realidade brasileira, haja vista que ela se aproxima muito da categoria lugar, num fundamento de vínculos afetivos com um pequeno espaço geográfico. Aponta-se que o uso desse termo nas frentes pode ter ligação com a existência de uma prática agrícola bastante rudimentar, a prioristicamente, porém, está muito distante de ser um *pays* no sentido estrito do termo, uma vez que o espaço estava em processo de produção pelos colonos e a mobilidade não permitia ainda a construção de um lugar próprio. Opta-se por pensar num processo de territorialização se constituía na modificação e na (re) produção da paisagem nestes espaços. Todavia, dentro da ressalva de que se tratava

¹⁶ Considerava que poderia ocorrer um “rebaixamento de *pays*, no sentido de uma área com vínculos entre os grupos humanos, a mobilidade destes grupos na frentes impedia isso.

de um novo para uma proposta colonial de inserção a uma economia-mundo, os pioneiros até podiam ter práticas agrícolas de subsistência, um vivido simples, não há, no entanto, muitos subsídios históricos para se tornarem paysant, no aspecto do vínculo. Fundamentando-se em Lacoste, a existência de uma situação vivida por muito tempo era necessária para que houvesse a formação do pays, embora latente que se trate do “novo”, não obstante, houvesse elementos por parte de alguns pioneiros de uma economia simples, cuja renda da terra se edificava como meio para a própria subsistência. Na Geografia Francesa, o termo fora exaustivamente empregado, devido à preocupação com os estudos regionais e com o gênero de vida, credita-se nisso o fato de Monbeig se valer desse conceito para estudar o Estado de São Paulo. Num caráter das ideologias geográficas, o imaginário do paulista, do bandeirante, do desbravador, como se relatou anteriormente, permite o uso desse termo, também, como forma de forçar o semióforo *São Paulo – bandeirante*, tal como salientar a existência da consolidação da Paulistânia, que já remonta, desde o século XVIII, no período colonial clássico. É possível pensar na significância, ainda que forçada do *paulista*, como a lapidação de um vínculo com a terra, embora num caráter autoritário do uso de ideologias, tão longe do real significado do conceito. Aliás, conceitos como os de nação, pátria, no sentido estrito da palavra e em seus desdobramentos conotativos, estavam muito longe de se ter no Brasil naquele momento, ainda eram laços muito frágeis e era preciso formá-los. Ademais, conforme LACOSTE (1997, p. 137), o primeiro sentido do termo pays está associado à pequena pátria, sentido esse a ser construído no Brasil, ainda mais sob a égide de um governo nacionalista, como fora o de Getúlio Vargas, que estava muito mais preocupado com o ideário de Estado-nação. Ainda, conforme LACOSTE, 1997, p. 137-138:

À la différence de « pays », le mot « nation », qui vient d’une racine latine – nasci, naître – n’est pas un terme paysant ou « vulgaire ». Il a d’abord été utilisé au Moyen Âge dans le milieu aristocratique et universitaires pour désigner des groupes, notamment d’étudiants, supposés avoir une même origine géographique.(...) C’est au XVIII^e.siècle qu’apparaît l’acception du mot « nation » comme population d’un Etat ou d’un pays. (LACOSTE, 1997,p.137-138)

Nessas condições, ao menos, almejadas para o Brasil, sobretudo na construção das frentes pioneiras, enquanto incorporação territorial, se criar mitos fundantes para a formação de uma nação advém, através da incorporação dos

chamados “fundos territoriais”, campo para a formação da própria geografia humana. A institucionalização da Geografia Brasileira, por meio da “missão francesa”, se funda, dentre outros aspectos, nessas ocupações pioneiras. Estava sendo posta à prova a discussão de conceitos tão bem estruturados na França, portanto, no Novo Mundo, tratava-se da internacionalização da própria Geografia Francesa, em que o Brasil, tornava-se o campo vasto e pioneiro para tal. A Geografia Francesa ganhava contornos também de pioneira na conquista da América, cujo momento era de uma (re)colonização do território e uma (re) colonização do saber, que se materializava na concretude das frentes pioneiras. Estas consorciadas à transmutação dos fundos territoriais em frentes pioneiras, como novas regiões geo-econômicas. Pierre Monbeig atenta, em um breve rascunho, que o povoamento do Brasil, se deu, de fato, a partir de 1889, com o impulso do café. Embora seja apenas um rascunho, esta sua assertiva corrobora, indiretamente a condição geoeconômica que as frentes pioneiras ganhavam. Ainda que para isso, se valesse do termo pays, em sua alavanca principal era o café.

4 . Entre vazios territoriais e construção de uma Nova Política Geográfica

Even the empty spaces of the world are no longer non-political. (BOWMAN, I. 1924)

4.1 Um caminho a percorrer entre a Geografia e as Geografias

Ao se pensarem uma Geografia de um país novo, torna-se relevante mergulhar no grande sonho da alma pioneira na América (Novo Mundo), os EUA, tendo nessa agenda de inquietações uma geógrafo canadense, porém, radicado nos EUA, Isaiah Bowman. Este muito exprimiu a preocupação com o papel de novos territórios, ou, ao menos com a incorporação destes, na auto-afirmação da América, a terra para a grande expansão. Num primeiro momento, é quase que instintivo crer que essa preocupação se tratava apenas da nação da América do Norte, contudo, a ideologia presente ia além, pois tocava a construção de uma América que simbolizasse o *novo*. Isto que ao mesmo tempo, trouxesse à baila um movimento anti-colonial e colonial, concomitantemente. A razão disso era porque emergia num momento em que o

mundo conheceria novos líderes, polarizados entre EUA e URSS. Logo, o ideário da expansão quase que pode ser visto como um mito fundante para os estadunidenses. Ainda que pareça anacrônico, a Geografia se tornaria o pivô da História¹⁷, ao permitir que as fronteiras de acumulação ganhassem um viés motriz na consolidação das nações, e, claramente pelo vetor do Estado. Como não se tratava mais do pays, mas dos Estados-nações, o jogo político de análise tem como um dos grandes protagonistas o território e uma grande busca pela inserção territorial, em um vai e vem dialético da territorialização. Assim, havia como emergir uma nova (re)produção do espaço geográfico, ligados aos moldes de uma civilização pautada no liberalismo e no avanço econômico, cuja indústria, agricultura moderna e trabalho livre davam o tom para que houvesse o novo. Logicamente, não se pode comparar essas relações dos EUA com o Brasil, enquanto fórmula pronta, posto que é necessário se avaliar as singularidades que cada território possui, e também considerar que há traços semelhantes entre ambas as nações. A conquista da América, embora tenha sido amplamente falada no período do colonialismo clássico, deveria romper com narrativas europeias e ser conquistada de fato pelos americanos, brasileiros etc. O espaço não deveria mais ser fechado em si mesmo, uma vez que o território abre possibilidades diversas para que ocorra a sua reprodução ao pensar nas múltiplas possibilidades de um emaranhado de forças sociais. O acontecer de uma mundialidade se dava na América, que tem como antagonismo a Europa, ou seja, o velho para o novo, cujo movimento de retorno ao colonialismo clássico recria a colonização pela expansão pioneira, aberta ao global, pelas próprias nacionalidades que vinham a ser forjadas.

Na Europa, devido a acontecimentos como formações territoriais e guerras atribuídas a estas, se exaltarem territórios também, a História tem uma relevância maior, já que dela se valia para exaltar os territórios. Na América percebe-se um movimento contrário, em que a Geografia e a conquista do espaço eram necessárias para se constituir e exaltar a História. Assim, a Geografia no âmbito do Novo Mundo é o pivô da História, ainda que isso significasse certa colonialidade do saber. Tanto nos EUA como no Brasil, entre (Bowman e Monbeig) no entender de hoje, ela possui

¹⁷ Não na mesma interpretação de Halford John Mackinder, procura-se expor que os espaços ditos vazios, que os fundos territoriais era um lócus fecundo para a construção da História, assim, a Geografia advém antes da História, na visão da época.

a função de permear a expansão territorial, cuja expansão é a sua conexão com a mundialidade. A lógica dessa conexão está justamente num “novo mundo” que se estabelecia, no chamado século Americano. Assim sendo, é de grande vulto as palavras de Neil Smith, que embora trate dos EUA, permite pensar, ainda que em condição periférica, o Brasil:

The American Century, therefore, was premised on a quite opposite connection between geography and political economy, vis-à-vis that which drove the European Empires and fueled European geographic traditions. European attention to local and global geographies was integral strategies of territorial expansion in a way that longer applied to the United States in the mid-twentieth century. The emerging American Empire defined its power in the first place through direct political control of territory. (SMITH, 2003, p. 19)

Assim, sendo o controle e domínio do território “ interno” se fazia necessário para que houvesse a constituição de um Império Americano, longe estava o Brasil de se valer de um “império” tal qual seria firmado nos EUA. Dessa forma, no bojo de um país novo que também era, torna-se salutar o controle do território brasileiro, ao se projetar novas frentes, ocupando fundos territoriais, de modo que, assim, se firmasse via novas territorializações, o constructo de um novo país. Sendo assim, novas territorialidades protagonizavam a constituição do novo, acompanhado de um processo de super-acumulação de capital, cujos elementos dão amálgama para que houvesse um processo de modernização pautado nos moldes americanos. Essa modernização vinha acompanhada da exaustão do Imperialismo, pós 1ª.Guerra Mundial, num movimento de descolonização, a fim de que se adentrasse uma recolonização. A Geografia, nestas circunstâncias traz a possibilidade para uma conquista, continuando com Smith,

Its explications of people and place, landscape and environment, delineate the condition and possibilities of conquest. It transforms immediate practical questions of environment and resources into manageable scientific and technical problems. Primary exploration – « sheer » conquest, for Bowman – opens up and formally maps the outlines of uncharted spaces ; later waves of exploration – conditional conquest – offer a replete remapping as a prelude to integration into the circuits of global economy and culture. (SMITH, 2003, p. 56)

A citação por si, já corrobora o papel da Geografia no processo de expansão territorial que viria a trazer, dado ao seu arcabouço, habilidades e preocupações que

o geógrafo carrega para si. Curiosamente, tal noção é explicitada por Monbeig em artigo publicado no jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, em que argumenta:

“...como no caso que se tornará clássico na geografia econômica, do problema de localização de Volta Redonda (problema da localização da siderurgia em função das localizações perspectivas dos minerais de carvão e ferro e dos mercados consumidores). O jogo das condições naturais sobre a indústria não é visto no primeiro plano, enquanto que, em segundo plano, foi decisivo. Um dado centro industrial que atualmente não parece poder ser explicado pela ação do meio, na realidade, lhe deve muito mais a procurar suas origens.”. (MONBEIG, 1944, p. 05)

Monbeig critica a escolha do lugar e, dessa maneira, a evoca para o papel da geografia, de modo a contribuir com as atividades humanas, implicitamente, está exposto que o profissional detém o conhecimento da localização de recursos naturais, como também, valida as eventuais problemáticas do meio físico e da sua relação deste com o meio já humanizado. Ele também demonstra a preocupação que a ciência pode dar como contribuição para um certo desenvolvimento do país, num caso muito urgente, que era a criação da primeira usina siderúrgica brasileira, fato esse revelados do papel político pelo o qual o Brasil estava vivenciando, com a política industrial de Getúlio Vargas. Ainda, revelava o modo como o Geógrafo deveria se comportar mediante o momento da 2ª.Guerra. Concordando com Numa BROU (1993,p.226) aquele era o momento para a institucionalização da geografia, enquanto ciência, que dava sua contribuição para uma realidade brasileira latente. Ao tratar do fato de que Volta Redonda/RJ seria uma manifestação importante para a Geografia Econômica, sugere subsídios para os estudos regionais, ainda, sendo ainda muito frágil o estudo dessa categoria da Geografia, um tanto quanto frágil para a espacialidade brasileira. Acompanha assim, o papel que deveria desempenhar um geógrafo no rico período entre guerras. Novamente se estabelece a condição para a potencialidade que as frentes pioneiras tinham com o mundial e qualificava a Geografia como um meio pelo qual a mundialidade poderia se manifestar. Envergando para o que o que a paisagem e o meio físico tinham a oferecer, mesmo no caso de Volta Redonda/RJ, por não se tratar de uma zona pioneira, evidencia-se o prelúdio para um Brasil que deveria se modernizar e que abria as portas para o processo de industrialização, até mesmo numa ressignificação do papel do Estado nesse contexto. Este estava altamente imbricado com a crise de 1929 e com a busca por uma diversificação da economia brasileira, tendo a indústria pesada como uma grande novidade no país. Certamente,

nessa singularidade, o papel das frentes deveria se recodificar, por possuir um viés do capitalismo moderno naquela ocasião, novos meios de produção poderiam trazer ao Brasil uma gradual mudança, ou ao menos, co-participação em sua economia da indústria. É salutar verificar como se dá essa totalidade, ainda que descompassada, no território brasileiro. Um bom exemplo, trazido pelo professor Monbeig, também no jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, era a mudança nas relações de trabalho nas frentes pioneiras, que passavam a ter um caráter mais disciplinado e traços bem incipientes de uma agricultura moderna, salientando mudanças nas grandes fazendas. Isso, no entanto, é posto como um problema, conforme a sua visão:

As sedes (das grandes fazendas) perderam um pouco da opulência de outrora: continuam ainda confortáveis e hospitaleiras, mas já não apresentam nem o movimento, nem a importância de outros tempos. Quando o fazendeiro não reside na propriedade, a “casa grande” se transforma, hoje, na residência do administrador.

A plantação de café é confiada, nas grandes fazendas, a empreiteiros especializados, com antigamente mas já se recodificaram nestes últimos tempos, as relações entre os fazendeiros e os empreiteiros. Outrora, com efeito, o empreiteiro plantava gratuitamente o café, pois já se sentia suficientemente pago com o rendimento dos cereais, que podia cultivar entre os cafeeiros em formação. O fazendeiro recebia o café já em produção, ao fim de seis anos, sem ter a menor despesa com sua formação. Citamos, para exemplo, o caso da região de Tanabi, de uma área de 100 alqueires, há muitos anos, por 14 mil cruzeiros, seu proprietário, depois de explorar a mata, providenciou à formação, nessas terras, de um cafezal, no que nada gastou; formado este, vendeu a propriedade pelo dobro do preço. (MONBEIG, 1952, p.14) O ESTADO P. 14 SUPLEMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL 1952

Essa longa citação permite admitir que, tais empreiteiros, muitas vezes se tratavam de grileiros de terras, já que conforme os mapas do cap. 02, eram “terras pouco conhecidas”, ou seja, devolutas. Estes, em regime semi-servil se encarregavam de derrubar as matas, abrir “fazer” as fazendas, e possuir uma vida apenas para sua subsistência, cuja o grande proprietário conseguia extrair a renda quase que absoluta da terra. Essas questões extraem um Brasil ainda pré-moderno, para alguns pensadores, com uma formação sócio-econômica quase que feudal. Mas, no mesmo trecho, Monbeig continua:

Hoje (1952), os contratos da empreitada fixam o preço que o fazendeiro deve pagar ao empreiteiro por pé de café formado, dentro de um determinado prazo. (...) Outro problema de solução cada vez mais difícil é o do sustento dos trabalhadores. Os contratos são, a este respeito, bem diferentes dos antigos. Os colonos são autorizados a produzir gêneros alimentícios em determinada parte da área da fazenda, e em 1940 eram ainda grandes as restrições feitas nesse sentido. Depois, porém, com

o aumento do êxodo dos campos, dada a atração exercida sobre os trabalhadores pelas indústrias urbana, os fazendeiros foram obrigados a fazer maiores concessões aos colonos, permitindo-lhes, inclusive, culturas intercalares nos cafezais. Os contratos a este respeito variam conforme a situação econômica dominante no País. (MONBEIG, p.14, 1952)

Logo, as relações de trabalho começam a mudar e a tomar outra forma, em que há prazos a cumprir e a mão de obra já começa a ficar escassa, dado ao processo de industrialização do brasileiro. Incorrem algumas mudanças quanto ao mecanismo de extração da renda da terra, e ao fenômeno da urbanização antecipada por uma industrialização incipiente, que embutem reflexos também nessas relações de trabalho. Tanto assim, que para Monbeig, estudar as cidades, na década de 1950, evidencia o homem moderno, ao mesmo tempo em que ainda resguarda as relações tênues entre as sociedades humanas e naturais. Nesse arcabouço de um urbano, mas que ainda resguarda o natural, é possível perceber a totalidade brasileira em sua contradição entre o moderno nascente e o pré-moderno. E ainda permite a preocupação do geógrafo em não abandonar o meio físico como um “substrato” para a vida em si, e, diga-se, como um “substrato” para a produção do território em si com seus significados e usos. Na ideia de Monbeig, “a cidade é a acomodação humana”, que, nos países novos são menos a consequência e mais a causa do lugar e da situação. Apresenta-se nisso, portanto, uma relação paradoxal entre industrialização e urbanização. Num país como o Brasil, não necessariamente um processo induziu o outro, mas o contrário, tanto que há a relação entre as cidades “bocas de sertão” e as cidades “pontas de trilhos”. Sendo as primeiras os últimos “pontos” da frente e as segundas, as últimas fronteiras provisórias das estações de trem. Por sua vez, as “pontas dos trilhos” que se beneficiavam de certa circulação de capital que as estações traziam, pela gama de pequenos serviços e mercadorias advindas do trem. Para Monbeig: “Las villes des pays neufs exprime une civilization qui se cherche, elle reflect le contac des races, las expressions de structures social et class moyenes. » (MONBEIG, Caixa 01, doc 006) Com essa observação já adentrava suas análises para o que considerava já moderno, superando o país do passado, confirmando, em sua visão de mundo, o país do presente, como o Brasil se apresentava, com o início de uma civilização técnica, cujas condições naturais já não eram mais tamanho obstáculo.

Nas condições de pesquisa, nas análises de campo, vai retratando as mudanças na paisagem, que já se confronta com imensas práticas agrícolas, naquilo que considerou como frentes pioneiras do estado de São Paulo. Num artigo publicado no Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, no ano de 1952, aponta para a seguinte questão que se permite refletir muito acerca do papel da Geografia atualmente, embora se tratando da atividade industrial, já reconhece o papel da técnica, com algumas ressalvas:

“ Embora haja algo de ...nessa objeção, ela deve ser objeto de análise que surgirá a seu alcance. Em primeiro lugar, o que se chama de ‘triunfo da técnica’ não significou a supressão das condições naturais e o aniquilamento dos obstáculos dados pelo meio: trata-se na realidade de uma capacidade incomparável de utilização de possibilidades desse meio, oferecendo em muitos casos uma superação hábil a estas possibilidades. A técnica fornece soluções aos problemas sem os suprimir”. (MONBEIG, p.14, 1952)

Assim, demonstra que conseguiu acompanhar os passos da evolução da tecnologia naquelas circunstâncias, dando um novo significado à natureza, não tanto mais hostil, mas, agora, sugerindo, como um elemento a ser dominado pelo homem, ou seja, em que os grupos humanos já conseguem ao menos minimizar os impactos da natureza em seu modo de vida, ou, como ele mesmo afirma o gênero de vida industrial. Para ele, a Geografia e os elementos de que ela se constitui são ainda o substrato para a construção material dos grupos humanos. Nesse mesmo artigo já coloca a ideia de um gênero de vida, a partir de uma paisagem industrial. Embora, houvesse grupos de outras áreas do conhecimento apontando na direção de que a natureza poderia se domesticada, Monbeig se vale da condição de Geógrafo para defender a sua ciência. Defende, assim, que havendo técnicas para tornar o meio físico “irrelevante”, este ainda aparece secundariamente importante em uma nova atividade econômica que surgia, como era o caso da indústria.

Por isso, sempre defendeu que a Geografia tem uma intensa relação com a História, e ao ir ao encontro ao pensamento de Bowman, chega a afirmar que os geógrafos sempre souberam responder às demandas dos historiadores, uma vez que a os compassos/descompassos do tempo e espaço sempre estiveram ligados.(MONBEIG, Caixa 01. Doc 036). Logo, defende-se que o estudo da frente pioneira pode explicitar a totalidade do processo de formação territorial do Brasil, uma

vez que as contradições presentes nela, como o processo de incorporação, as lutas no campo territorial, e alvorecer do território, significam a lógica brasileira. Continua aqui, portanto, a assertiva de que, através de ideologias geográficas, há a supressão do sertão pelas frentes, em que o primeiro demonstra o velho, ao passo que o segundo, representa o moderno, o novo, o concreto de uma recolonização. Essa questão incorre, conforme manuscritos, (cx.01 doc.36), “discorrer sobre a natureza e outras variáveis, é algo que anima os homens, numa época em que há o progresso técnico através da ciência, em que este permite o progresso da humanidade” (tradução livre), por conseguinte, no suprimir o sertão pelas frentes, entender que há cidades “boca de sertão” X “ponta de trilhos”. Isso sinaliza que a História, através da Geografia, se pauta na superação da natureza, naquilo que revela mais hostil, assim, na reconstrução do sentido de tropicalidade. Em síntese, trazer para a entranha do país a chamada civilização. Ao retomar uma citação já realizada¹⁸, conforme Monbeig:

Ainsi nous sommes de la position qui voyait une relation de cause à effet entre les éléments physique et la société humaine. Cela a déjà été dit, c'est écrit permissif de ce n'est une caricature. Mais, tenant compte de ces points de vue. Comment sont les relations entre Histoire et Géographie ? Comment la Géographie peut-elle être utile à l'Histoire ? S'appuyant sur les connaissances géographiques, je crois que l'Histoire peut beaucoup mieux comprendre le moment qu'il étudie et s'il essaie de suivre l'évolution d'un groupe humain, classe sociale, ville, nature, au cours de siècles, à voir comment cet évolue dans ce temps, les relations entre ce groupe et ce milieu physique. (MONBEIG, Caixa 01 doc. 038)

Percebe-se que há uma clara discussão epistemológica sobre o papel que ganha a História como veículo para compreender a Geografia e de como esta pode servir nos estudos históricos. Discute-se também a questão homem e natureza, que, em cuja concepção e formação, o meio físico não deve ser esquecido em ambas as áreas do conhecimento. Tal fato fica evidente, quando se aponta para as cidades que surgiram com as frentes pioneiras, tal qual os sítios, e que apresentam uma monotonia devido ao relevo. Ademais, um ponto interessante para tal discussão, em referência

¹⁸ Utiliza-se deste trecho novamente, de modo a interpretar outro aspecto do mesmo.

ao desenho urbano é seu traçado em forma geométrica. Como muito bem ilustra o mapa de Lutécia/SP:

Figura 09



Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

Seria oportuno salientar a existência de avenidas principais, cujas nomenclaturas são “Avenida Estado Novo”, e “Rua 15 de Novembro”. Esses logradouros não são produto do acaso, mas sim de grande aporte ideológico cuja intenção é demonstrar a importância de cidades novas, junto a uma nova conjuntura política do país. Na verdade, como se apagasse o passado brasileiro, num novo lugar que, naquele momento, não o possuía passado, mas sim o presente da prosperidade. Esse tipo de nomenclatura aparece em quase todas as cidades da zona pioneira paulista, com o mesmo traçado em quadriculas. Geomorfologicamente, só é possível esse traçado quadriculado devido à forma de relevo relativamente plana, denunciando, assim a característica do Planalto Ocidental Paulista, que tem como grande vetor exógeno o Rio Paraná, não obstante áreas, muitas vezes, são denominadas de “barranca do Rio Paraná”. Elencaram-se algumas plantas dos anos 1940 disponíveis no Arquivo Histórico, para melhor compreender tal questão.

FIGURA 10



Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

Figura 11

Planta da cidade ANDRADINA

Escala 1:4000

Legenda

Perimetro urbano ————
" suburbano ————
Divisa do Patrimônio ————

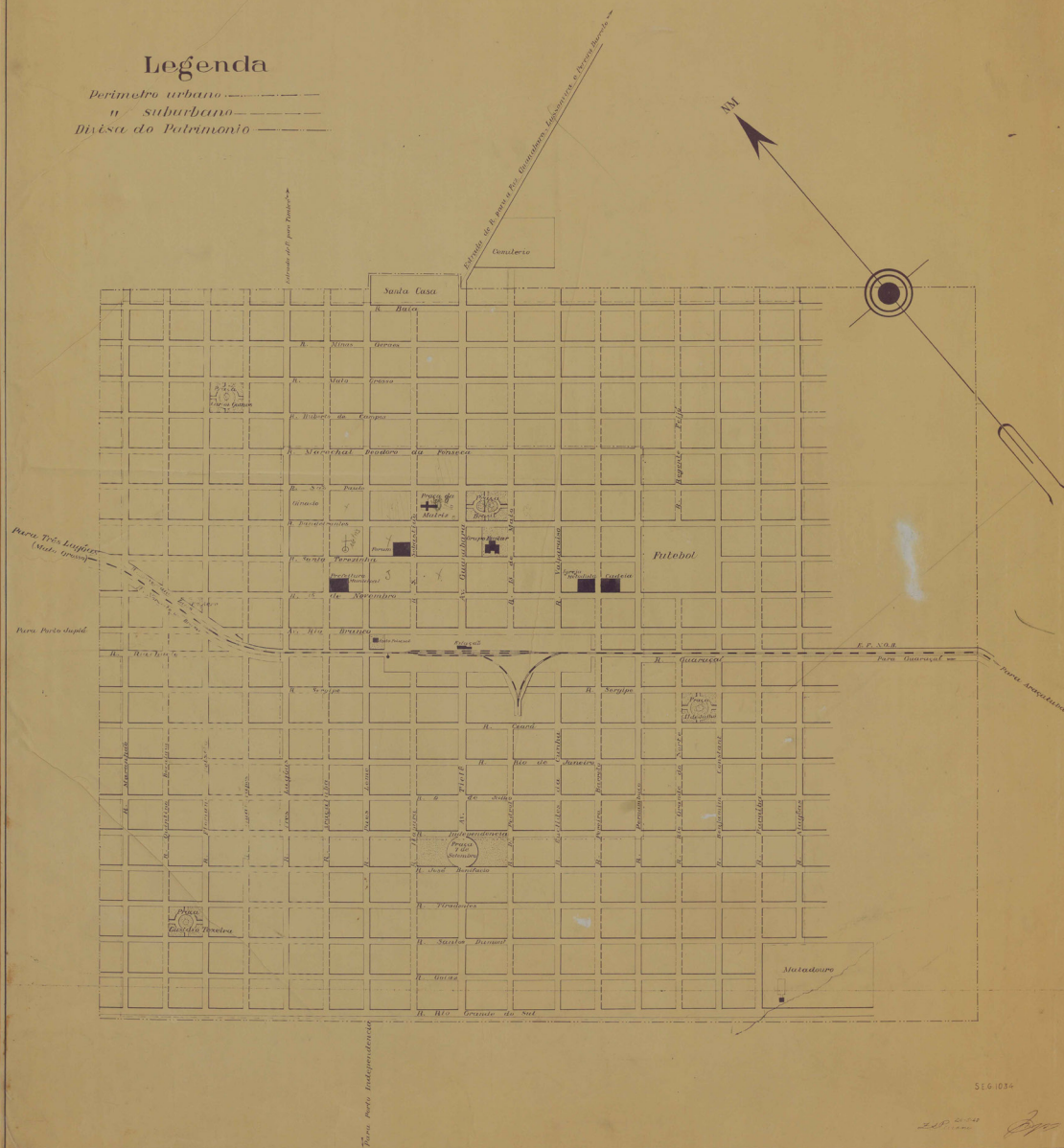


Figura 12



Arquivo Público do Estado de São Paulo - Memória Pública

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

A análise mais acurada das plantas acima possibilita entender não só o traçado das ruas, que indicam cidades que não surgiam do acaso, como as do Leste Paulista, aquelas mais ligadas ao pouso de Bandeirantes, por exemplo. Significa, na verdade, certo um “acaso mais planejado”, revelando o avanço da frente pioneira, ou melhor dizendo a intencionalidade, que ela propagava e o rompimento com velhas estruturas do sertão. Além disso, há sempre a presença de logradouros nomeados com “15 de

novembro”, nomes de Estados Brasileiros, homenagens ao café, ferrovias etc. Tomou-se o cuidado de selecionar cidades em diversos pontos da frente pioneira, e de se pautar em lugares já citados por Pierre Monbeig. Ainda no manuscrito da (Caixa01 doc. 38) do Acervo Pierre Monbeig, este que salientava a necessidade de cartas e mapas no trabalho do geógrafo, a ponto de se afirmar que “a história do Brasil é uma sucessão de ciclos em cartas”. Estas permitiram a ele, conforme afirmou, encontrar cidades e estabelecimentos de uma fronteira, como é o caso da figura de São José do Rio Preto em que data de 1923. Outrossim, para dar um “norte” de onde se realizavam os trabalhos de campo, cujas cartas já indicavam um movimento de reconhecimento do interior paulista e do Brasil a ocupação futura. Vale frisar que os mapas não são estáticos, não são “matéria morta”, já que neles eclodem o movimento passado, na totalidade do presente. Monbeig alerta para isso, quando:

« Le carte est um document scientifique, que l’on analyse comme un document d’archive ou comme um chimiste analyse ses experiences en um laboratoire. Un beau dessin d’une carte qu’on observe nos reflections. La observation de la carte aide à résoudre de problèmes mais permet aussi d’un fois observation de l’Histoire ». (MONBEIG, Caixa 01 doc 38)

Insiste-se na noção de movimento contida nessas plantas, baseada novamente, no pensamento de Monbeig e na ênfase que se dá a História, direcionando os geógrafos para o estudo dessa área de conhecimento, pois:

“ ...la Géographie se occupent de espaces a l’état du momment, et la Histoire que il faut connaître la Evolution? Peut-être, l’association des cherches, des hommes, les historiens, les sociologues, les géographes ils ont tous le même devir : connaître les merveillex distinctes des groupes humaines. (MONBEIG, caixa 01, doc. 38)

Com isso, as mais diversas formas de usos de território e de produção destes ainda se tornam objetos salutareos para a autonomia destas áreas de conhecimento e ciências. Elas abrem um campo de possibilidades epistemológicas futuras, advogando para que se abarque, cada vez mais, o paradigma de movimento dentro do processo histórico como um todo, algo ainda muito caro à Geografia do Brasil. E, nessa assertiva, pensar-se de fato em uma Geografia *Brasileira* dentro do motor fundante da nação, com todos os seus atributos físicos, ecológicos e significâncias

para o povo brasileiro. Há então, um questionamento a ser feito, como se faz em essência a *brasilidade*? E o que propulsiona seu acontecer?

4.2 Entre Pierre Monbeig e Isiah Bowman a construção de uma Geografia Americana

Como foi abarcado no início do capítulo, Isiah Bowman foi de fato o *pioneiro* do estudo das *frentes pioneiras*, com a diferença de que era as da América do Norte, não sendo, portanto, um Europeu a tentar conhecer os EUA. Embora tivesse nascido no Canadá, realizou seus estudos em universidades estadunidenses. Assim, se propôs a criar uma Geografia Americana, mesmo que carregada de ideologias, em razão da expansão pioneira naquele país também repleta de violências e disparates. No âmago da questão, porém, estava atento em conceber mesmo uma Geografia e não em praticar mais uma Geografia Europeia. É preciso salientar, no entanto, que o processo de formação sócio-espacial dos EUA é bem distinto do Brasil, uma vez que aquele quase que já “nasce” como centro, e não parte da periferia do capitalismo mundial. De certa maneira, Bowman criticou o pensamento ratzeliano, em que existia uma conexão entre povo, solo e Estados, pois, pensou em uma conjunção das origens nacionais simples, e, organicamente, quando apontou para o fato de que os obstáculos naturais forjavam as comunidades a criar uma consciência e as necessidades inerentes a essa criação, tais quais a bandeira, a capital e suas fronteiras internas e externas. Em vista disso emergiriam as condições necessárias para que ocorresse o progresso, e, para o autor, elas eram quase que o sinônimo de modernidade. É válido lembrar que ao percorrer a América do Sul, sobretudo a Andina, pôde corroborar essa ideia, cujo isolacionismo das comunidades andinas permitiu se houvesse a satisfação das necessidades destas, bem como a emergência de certo nacionalismo. Se assim for, já não se pode afirmar o mesmo para o Brasil, uma vez que a expansão, através das frentes, vem carregada de ideologias geográficas autoritárias e, muitas vezes, forjadas pelo capital, em consórcio com o Estado Brasileiro. Bowman concebe que a política para as fronteiras deve atender a uma demanda liberal e pragmática, já que aquelas, por si só, são violentas e repletas

de meios de repressão, sobretudo nos EUA. Por isso, o “choque de modernidade” deve ocorrer dentro dos ditames mais liberais possíveis. Já apontando para uma prática que os EUA assumem no pós-Guerra.

Assim, também atuava a American Geographic Society que teve um papel fundamental na constituição do mapa ao milionésimo da América do Sul, que já estabelecia uma ordem cartográfica para os chamados *Dark countries*. Algo que o próprio Bowman via como um meio de auxílio no jogo de interesses diversos, sobretudo para empresas de infraestrutura, não foi por acaso que James Ford foi um dos financiadores do projeto, juntamente com a Fundação Rockefeller. Tal empreitada já seria uma forma de romper intelectualmente com as Associações Científicas da Europa e dar corpo à autonomia científica dos EUA. Esse fato implicou não só na constituição de uma ciência própria, bem como de uma consciência nacional que deveria se expandir por toda a América, para se tornar quase que redundante a velha máxima “América para os Americanos”. Embora tanto o Brasil como a Argentina, as maiores nações da América do Sul, realizassem seu mapeamento à escala ao milionésimo pós-II Guerra, a intencionalidade de se conhecer, ao menos, os fundos territoriais estava posta e, de alguma maneira daria um fôlego para a constituição política e econômica do Hemisfério Ocidental. Esse mapeamento já traz implicitamente a produção do território e indica a intencionalidade de uma superação. Conforme SMITH: 2003.

P.97

Yet the map's symbolic power was thoroughly contemporary and may have been just as consequential as its strategic, economic, and political uses. It was inspired by a thoroughly modern blend of scientific technique and competition entwined with national ambition, a point reinforced by eventual State Department sponsorship. It comprised a powerful projection of U.S. science as well as political and economical power in the hemisphere. (SMITH, 2003. P.97)

Juntamente com isso, a participação dos EUA na Conferência de Paris, logo após a I Guerra Mundial, demonstra para o mundo o início de um ator político em escala mundial, para a mescla entre o nacionalismo interno dos EUA e sua expansão econômica no âmbito internacional, em que “American factories are making more than the American people use”. (SMITH, 2003, p. 115). A supervalorização das commodities, com a expansão geográfica dos negócios seria uma solução para

eventuais problemas econômicos. Como era um clamor global, o processo de expansão, ainda que nesse país existisse a meta de expansão para o Oeste, permitia uma expansão dentro de suas fronteiras, bem como para o exterior dele. Haja vista que o colonialismo europeu expandia seus mercados em outros territórios. Logo, essa discussão se faz necessária pois Bowman idealizou um novo significado para a ocupação das áreas vazias – fundos territoriais.

Convém também realizar a ressalva de que o término da I Guerra resultou na consolidação do cenário internacionalista atual, com a demarcação clara das fronteiras das nações como um todo, principalmente da Europa, devido à mudança da condição econômica de suas ex-colônias. Ao término da Conferência de Paris, em que Bowman fez parte da delegação estadunidense, ele retorna convencido de que há novos espaços geoeconômicos a serem ocupados e novas formas de se manifestar o poder. Para ele, fica evidente o surgimento de uma Nova Ordem Geográfica, pautada no “Novo Mundo”. Baseado em fronteiras internacionais “fixas”. Ainda segundo Neil Smith, que faz uma importante ressalva:

It was not a renunciation of a territorilly defined system of nation-states ; even less did it assume the « end of geography ». but it did anticipate a world economy in which territorial diferences among states wer of diminished econômic singnificance and in which political squabbles could be regulated to prevent the distupion of trade. (SMITH,2003, p.142)

Nota-se que se reporta a uma reestruturação quase que epistemológica da Geografia, pois a fixação das fronteiras não seria o “fim da Geografia”, ao contrário daria a ela um foco no objeto, que naquele momento, passaria para um globalismo, que tinha, entre um dos focos centrais, a ocupação dos lugares ainda vazios. Esse fenômeno trata-se de novos colonialismos, cuja variável de maior acumulação financeira e de conquista de mercados, perduraria até 1929, ao menos. Smith considera que, após Paris, os interesses nacionais, ainda que discretos, concretizam uma geografia global da modernidade. (p.143, 2003). Uma observação bastante interessante e um tanto quanto irônica era a de que se referia à construção quase certa da “ciência da paz”. Os novos rumos tomados na Conferência de Paris eliminaram muito do determinismo, no qual estava inserido Bowman, e propõe uma Nova Geografia baseada em ordenar fatos, lugares, regiões, de modo a lhes

alavancar seu desenvolvimento, além de utilizar seus recursos e potencialidades econômicas, até mesmo no âmbito estrangeiro. Isso aponta para a questão de que a ordem territorial do mundo foi alterada, e, nisso, a expansão econômica é vital para a melhora dos espaços políticos. O parcelamento do mundo em colônias havia se esgotado, cujas formas de expansão deveriam ser no âmbito de territórios livres, tanto no plano interno como externo, era o nascedouro de um poder global. Arrisca-se em se afirmar que, na nova colonialidade, na forma de modernidade, a expansão territorial é profunda histórica e geográfica. Contudo, um modelo, como nos antigos moldes europeus de uso coerção e uso da força, já não tinha mais espaço naquele mundo pós I Guerra, cuja exploração deve se basear em interferências econômicas de empresas e na dominação cultural. Por isso, preocupou-se tanto com mapas étnicos, em que previa a assimilação de culturas por outras, porém, tudo dentro do âmbito democrático. A democracia desautoriza, assim, o imperialismo, impondo a criação, ou ao menos, a busca de uma civilização moderna, no caso, que tinha os EUA como centro, o expansionismo é essencialmente econômico e de caráter liberal, já que a Europa fracassara nesse aspecto.

Logo, constitui ideia de Bowman de expansão pioneira, reconsiderando os trabalhos de Frederick Jackson Turner, a de que a expansão para o Oeste deve ser cristalizada na liberdade econômica, na democracia e na exaltação da pátria. Bowman retoma, nos anos 1920, a inquietação de Turner, entretanto, pensando que a expansão das fronteiras internas embebidas em uma nova fase de acumulação de capital, cuja crescente industrialização e urbanização davam novas roupagens para estas. Cidades, centros econômicos do Leste ou meio oeste dos EUA poderiam coordenar esse processo de expansão, adjunto a isso estava também sua conexão com escalas e subescalas em nível global. Dessa forma, reforça-se a ideia de que as frentes, seja nos EUA ou no Brasil, têm a expressão de sua mundialidade. Nos EUA, a preocupação com as frentes pioneiras garante a consolidação da Geografia Humana, que sofria disputas com a Antropologia, a Ecologia Humana e a cisão da própria ciência, esta com uma preocupação focada apenas na Geomorfologia e na evolução da paisagem com o critério das forças da natureza, além da própria Geologia. Por conseguinte, o estudo das frentes pioneiras está atrelado, tanto no

Brasil como nos EUA, como uma forma de dar autonomia à Geografia, como já foi mencionado anteriormente.

Os pioneiros serviriam não só para fornecer suprimentos e matérias-primas para as grandes cidades, como também, pavimentavam o caminho epistemológico a ser traçado pela Geografia, vê-se, com singularidades diferentes, algo muito semelhante no Brasil. Como defensor da Ciência e do uso da Cartografia, ele propõe um mapa das chamadas frentes pioneiras, ao longo do mundo, que trazem algo a ser muito explorado. Conforme se vê:

Figura 14

Digitized by Google

Original from
UNIVERSITY OF MICHIGAN

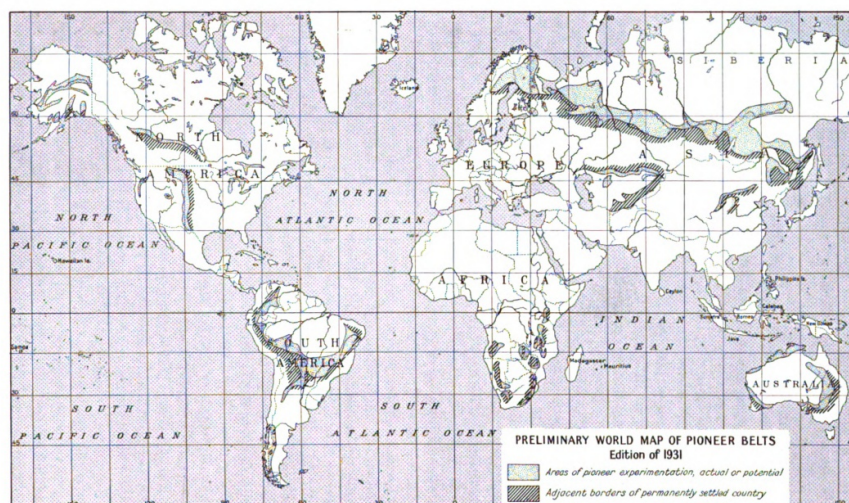


FIG. 38—World map of pioneer belts. The outlines of the different areas are shown diagrammatically and are based upon criteria that vary in combination from region to region. Detailed maps and explanations will be found in the seven regional chapters that form Part Two of this book. The North African and Sudanese belts have been omitted and many smaller areas also. The stippled areas in Alaska and northern Siberia are much exaggerated in size on this projection in comparison with other areas in lower latitudes.

Fonte: Bowman, 1931

Os, assim, chamados, *Pioneer Belts*, já em nível mundial, abarcam a proposição de Bowman de que as frentes pioneiras têm um caráter internacional, ou seja, no “silêncio cartográfico” desse mapa, apregoava a internacionalização das frentes pioneiras, incluindo as mesmas frentes debruçadas por Monbeig. E, ainda, há que se considerar que estas, mesmo se tratando de lugares ainda de natureza hostil, que graças ao progresso técnico, são passíveis de expansão. Tal mapa é marca da

mundialidade, presente nas frentes pioneiras, tanto no exterior como no Brasil. Aliás, são os pioneiros modernos, segundo este autor, que, de certa forma, desfrutariam das benesses trazidas pela nascente industrialização dos EUA.

Outro aspecto de grande relevo é o caráter quase que messiânico que Bowman traz à baila nas frentes pioneiras, novamente de acordo com SMITH:

Conquest of the land may have been the true American epic for him, as for any, but it was also the drama that eclipsed from view brutal European suppression of Native American. (...)The pioneers were heroes, 'the salt of the earth', models of bravery and fortitude, resourcefulness and perseverance, paragons of practical idealism. Their mission, he once suggested in a lead article in Science, was positively biblical. (SMITH, 2003, P.223)

Esse excerto, permite refletir sobre um paralelo com a ideologia geográfica do Bandeirante, do Paulista, para o caso brasileiro.

4.3 *"Pro Brasilia, Fiant Eximia – Pelo Brasil façam-se grandes coisas".*

O trabalho de Monbeig não deve ser comparado fielmente ao trabalho de Isaiah Bowman, entretanto, é latente sua influência nele. Monbeig chega a citá-lo em muitos de seus trabalhos. A primordial diferença, como já se tratou, é a questão do Brasil ser um país periférico, ao contrário dos EUA que, naquele momento, se caracterizava como uma potência emergente. A conquista dos fundos territoriais esteve presente em ambas as nações, com algumas semelhanças, envolvendo a conquista do Oeste, a Marcha para o Oeste, o Eldorado etc. Estes são elementos que sempre estiveram presentes em ambos os países. Dentre outros fatores, é por essa razão que se opta por realizar tal comparação. Claramente, as formações sócio-espaciais eram distintas, na singularidade, no entanto, em toda a sua totalidade, são congruentes, já que expõem a construção da chamada economia-mundo, e, junto com ela, a necessidade de uma política que agora se faz baseada no Estado-nação. Por este motivo, há a necessidade de se construir o imaginário nacional, e, no caso específico estudado por Monbeig, a construção do imaginário paulista e até mesmo de uma "pátria paulista", não por isso, o controle do Brasil no choque de 1929, pavimentando o caminho para a tão exaltada até os dias atuais, Revolução Constitucionalista, de 1932, o simbólico de São Paulo pode ser tão bem explicado pelo próprio paramento de seu brasão. Em uma

busca rápida no próprio site do Governo do Estado de São Paulo, consegue-se interpretar a tensão que envolve a chamada “locomotiva do Brasil”¹⁹.

Figura 15



Fonte: Governo do Estado de São Paulo

Suprimido em 1937 devido ao governo varguista, que exigia símbolos nacionais, acabou retornando com símbolo máximo do Estado, em 1946, cujas insígnias trazem, à baila, o espírito das frentes pioneiras, com ramos de café bordeando o escudo, e o lema, não podendo ser mais ideológico e de viés expansionista – *Pro Brasilia Fiant Eximia, Pelo Brasil façam-se grandes coisas*. Logo, o imaginário das frentes estava dado. Com condições para que lhas fossem incorporadas dentro de um arcabouço da modernidade e da internacionalização, como propusera Bowman, a introdução do café não seria diferente, ou seja, sem que não houvesse um apelo comercial para tal, como também na própria incorporação de terras para o Oeste, antes mesmo do café, induzidas pelas ferrovias. Essa incorporação que permitia a especulação da terra e a valorização desses espaços desconhecidos, que ganhariam sua mundialidade, ao se valerem da cafeicultura. Essa prática econômica levaria ao próprio jogo monetário de desvalorização da moeda para valorizar as exportações daquele produto (o café). Nesse aspecto, o autor se difere de Bowman, de pensamento liberal, pois, no Brasil, essa valorização era uma ação

¹⁹ Termo utilizado como ideologia, que dentre outras coisas, legitima o espírito bandeirante.

direta do poder do Estado. Monbeig, em seus estudos, teve que perceber essas singularidades típicas de um país colonial e periférico, tanto que, em seus manuscritos ressalta, o Brasil como um grande fornecedor de produtos para os Estados Unidos, MONBEIG, Cx.1 doc. 40, Vai mais além, no entanto, em seu julgamento, ao dizer que esse último funcionava como um “monocliente” brasileiro (agregando também a isso outras nações latino-americanas, mesmo apontando no mesmo documento para um progresso “très american”, de um país jovem, espírito independente com confiança indiscutível, guardando suas especificidades, em suas palavras:

Mais le Geographie se mistifie d’une explication physique a leur marché d’autant puls que notre regin est plus tropique et que le mot tropique evoque des calamités, maladies, des un pauvreté. Dans le notions classiques São Paulo prend des ailleurs de miracle et alors se fait une question ? São Paulo est la fer ait-il à cette route tropical ? Cette prospérité recent ne serait-elle qu’un feu de paille ? Une civilisation improprie dans la latitudes tropical n’y sera-it-elle pa finalisent en tropique ? (MONBEIG, caixa.01 doc.44)

Utilizando-se de metáforas, questiona o determinismo de que a Geografia, por muito tempo, se valeu, condenando os trópicos à derrota econômica. Esse questionamento realizado por Monbeig já dá novos tons ao pensamento geográfico, no Brasil, e no mundo, isso porque ele fornece sua resposta, ao final do documento, em que se considera importante a transcrição novamente, dada à relevância da ruptura com o determinismo ambiental: “Une état de maturité ou d’europeanisation du tropique pauliste. Ce bien que tous milieux tropical ne sont pas maudite, un desequilibre national, mais nous hommes lier du mileux maudit.” Muito emblemática sua observação, pois, como já se disse além de romper com o determinismo, aposta que o trópico pode prosperar, a ponto de causar um desequilíbrio no âmbito nacional. Assim sendo, apenas o “trópico paulista” consegue se alavancar, e é muito salutar não só a ênfase em São Paulo como também a comparação deste com o modelo europeu. Com isso, abrem-se algumas agendas de pesquisa para o pensamento geográfico, naquele momento, o de uma Geografia no Brasil, haja vista que é a visão europeia com as condições brasileiras, devido ao seu efeito comparativo; e o de uma Geografia, que, mesmo tendo uma interface com a Europa, tinha características próprias, constituídas a partir das especificidades dos trópicos, algo extremamente inovador para o momento. Essas características iam ao encontro do pensamento de Bowman, já que São Paulo e suas frentes se abriam para a internacionalização, tal

qual para a modernização. Salienta-se que, para se chegar a essa conclusão, no documento, Monbeig faz toda uma descrição do Estado de São Paulo, passando pelas características litológicas, pedológicas, geomorfológicas e climática, uma breve revisão do povoamento desde 1532, até atingi-la, não a negando metodologia praticada na descrição exaustiva da região e da paisagem, típicas da Escola Francesa de Geografia. Todavia, abre para certa “anomalia paradigmática”, quando afirma a possibilidade de civilização nos trópicos. Também evoca para uma em que, mencionada apenas para os paulistas, da capacidade de mobilidade da população, em outras palavras, o *bandeirante*, que forma a *Paulistânia* e conquista o Brasil. É representativo salientar que tal prosperidade paulista, neste manuscrito é descrita com a frentes pioneiras – os cafezais – a indústria e a cidade como complementariedade.

Dentro de suas heranças metodológicas e epistêmicas, em sua tese doutoral, justifica as razões para se chamar de “frente pioneira” e não de “colonização”, pois essa última tem um caráter mais objetivo e mais estratégico, ao passo que as frentes sendo *pioneiras*, não possuem esse caráter. Por isso se baseia em Isaiah Bowman quando concorda que:

Il vaut donc mieux, après Isaiah Bowman, parler de « frange pionnière ». Le vague du terme convient davantage à cette région instable et incertaine où des pans de fôretes subsistent parfois longtemps entourés de cultures ou de pâtures alors que bien plus loin le sol porte ses premières récoltes. C'est une marche frontière qui progresse irrégulièrement et dans des directions confuses.

Il revient au géographe de marquer les étapes de cette progression et de chercher dans quelle mesure elles sont explicables par le jeu des éléments naturels ou, au contraire, jusqu'à quel point elles se relèvent des mécanismes économiques. Dans le pays sans relief, on ne peut espérer pouvoir accrocher telle ou telle phase du développement de la frange pionnière à un accident topographique. Quant aux différences climatiques, elles sont trop nuancées pour suffire à stopper le mouvement. (Monbeig, p.147-148, 1952)

Esta longa citação tem por objetivo delinear algumas questões de ordem metodológica. Um primeiro ponto é que se vale do pensamento de Bowman para tentar classificar as frentes, o que permite analisar que estas se concretizavam em meio à ordem/desordem, já que recebia o comando econômico para se impelir, por razões já discutidas. Contudo, sem um planejamento adequado, para Bowman seria o espírito “messiânico” e, até mesmo, liberal; para Monbeig, seria a aventura bandeirante e a psicologia de se atingir o Eldorado, de modo a fugir da pobreza. Um segundo aspecto é a incumbência do geógrafo de caracterizar a região, como tradição

da Escola Francesa, algo um tanto quanto contraditório, pois se pode questionar se havia região, de fato, nessas áreas, já que foram tidas como “terrenos desconhecidos”, “a serem ocupados”. Como as populações autóctones não tiveram tanta ênfase neste trabalho, o protagonista era o pioneiro. Por fim, um terceiro ponto é novamente o vocábulo *pays*, em que, na tradução para a Língua Portuguesa, é sinônimo de *região*, mas, como já se mencionou, trata-se de um lugar com vínculos afetivos entre grupos humanos. Isso posto, a aplicação do método da escola francesa ficava um tanto quanto manco para a realidade brasileira, onde se apregoava o “vazio”, tendo sido um grande desafio epistemológico o uso adequado dos conceitos. Na verdade, seria necessário desenvolver novos conceitos para aquele momento específico da espacialidade histórica do Brasil. Isso corrobora a ideia de que ainda tinha muito a se fazer para se constituir a Geografia no Brasil, enquanto ciência. Não havia conceitos adequados para aquele quadro de formação social no período citado. Para tanto, considera-se que urge a discussão mais profunda desses conceitos, à luz da Geografia Histórica, atualmente, com as devidas contextualizações do período, algo um tanto quanto árduo, porém, necessário para o desenvolvimento da Ciência Geográfica no Brasil.

Ainda no tocante à ideia de região, é necessário se atentar para o fato de que Pierre Monbeig dedica o último capítulo de sua tese a esse quesito – *Régions ou Reseaux* – em que destaca se é já se vê uma formação regional na frente pioneira, porém, com uma ressalva no chamado Plateaux occidentaux de São Paulo e do Norte do Paraná. Considera-se ressalva a localização valendo-se de um conceito do meio físico e de compartimentação geomorfológica, o Planalto Ocidental, o que abre margem para notar certa dúvida, se, de fato, é uma região, ou ainda um *pays*. Tal dúvida ocorre, pois questiona se há um sentimento de coletividade naquela porção territorial, ao atribuir a desigualdade, a pobreza e o próprio movimento difuso como dúvida. Ou seja, se havia uma função preponderante na configuração de uma região própria, cujo laço seria a integração pelas ferrovias. Entretanto, o que, indicou era que na versão original, era que se tratava de uma: “Terre sans passé, la frange pionnière n’a pas encore vu éclore des pays, mais elle est divisée en réseaux, et cette division qui prend appui sur la topographie est peut-être le germe des pays à venir.” (MONBEIG, 1952, p.356). Quais conclusões podem-se tirar dessas ideias, na estrita

conceituação de região de fato não o era, tampouco na concepção francesa, se havia o *pays*, era devido a uma omissão do passado de grupos indígenas brasileiros, considerando a História, somente a partir do momento em que chega a chamada “civilização”, ou seja, a chamada economia-mundo. Creditou, pois, no processo histórico a formação de vínculos, a qual se completaria no avançar da municipalidade. De fato, era o tempo do compasso/descompasso no território que se formava, ou na sobreposição desses espaços, e desses territórios. O chamado momento para o abrir de um novo mundo, como chamou Bowman. Quando na realidade se constituíam vínculos através das ferrovias, algo que deve também ter muitas ressalvas, uma vez que o intuito destas era o escoar do café, e alavancar mais ainda a especulação fundiária, por isso, prefere chamar de *reseaux* (redes). Dessa maneira, germina a noção de região não como um constructo participativo e democrático, formando de fato uma nação “espontânea”, mas sim numa formação forjada e repleta de ideologias, que mascaram o viés economicista e especulativo que as frentes pioneiras possuíam. Quiçá a constituição das cidades permitiria o nascer dos vínculos, enfim, o descompasso estava dado, o que impele a pensar na “insurreição do uso” dessas áreas nos dias de hoje.

5. Considerações finais

O percurso trilhado por Pierre Monbeig se confunde com a Geografia no Brasil como também revela o tom dado à formação territorial brasileira e paulista. Num momento de constituição de nações, havia a necessidade de se romperem as velhas estruturas e se suprimirem as antigas ideologias, que ao longo do processo de invasão europeia na *Terra Brasilis*, impregnaram modelos de pensamentos de caráter autoritário, através de diferentes representações. Questão essa que reivindica pensar a Ciência de modo a trazê-la para dentro do território e não a tê-la como algo separado e disperso de todas as suas concretudes. O passado das frentes pioneiras do sertão revela o *hoje* Brasil e amplifica as condições de análise de compreensão das suas estruturas territoriais, no jogo de ações de diversos atores sociais, dos protagonistas e, “ao outro”. Elemento que ainda se faz presente, a condição pioneira, dentro de supostas “novas” estruturas, existe, e é marcada pelo compasso/descompasso do

atraso, nos confins do Norte do país, por exemplo. É, portanto, um Oeste que não acaba, demonstrando que a História, numa grande contradição não se repete, mas se ressignifica. A violência, a internacionalização e o apelo para a acumulação de capital se manifesta nas suas diferentes formas, ao analisar a divisão territorial do trabalho no Brasil. Esse percurso *pioneiro* se faz *no* hoje, quando ainda se aponta para uma ideia de país que constrói a sua “suposta Ponte para o Futuro”, sonhando a existência do *outro*.

Mas quem é o *outro*? O *outro* ainda são os povos indígenas massacrados pela expansão para o Novo Oeste, nos interesses de se alavancarem as exportações de commodities; o *outro* é a população camponesa expropriada de sua terra, são os grupos quilombolas; o *outro* se manifesta nas grandes, médias e pequenas cidades. Assim, seja dos circuitos de comando do território aos mais distantes rincões, são os que não se alimentam, não moram, enfim, “não existem”. Pois o *outro* serve, na sua função periférica e marginal das tendências, ditas atuais, da economia-mundo, da modernização que é ao mesmo tempo pré-moderna. O Brasil não se faz de tantos contrastes, talvez seja necessário se romper com a ideia do contraste, pois o território é um único, total. Se há contrastes, dialeticamente, estes existem dada à totalidade de sua formação territorial.

Ainda não se superou os semióforos da nação, embora, questiona-se até que ponto se pode afirmar um Brasil nação, ou, se ainda isto, no sentido estrito da palavra, é um sonho que precisa ser realizado. Realizado, no entanto pelo *outro*, precisa-se assumir a condição de *sertão* e não de *pioneiro*, mas não no viés já tão exaurido das significâncias desses vocábulos, e sim no sentido de ele insurgir no território, apropriando-se da complexidade de direitos, enquanto pessoa. Além de resguardar suas condições culturais e sociais do que é tido como atraso, e dar voz à pessoa e não à propriedade e à acumulação de capital, retomar o sertão, portanto. Dessa forma, o papel da Geografia urge quanto à abertura de um campo enorme para se volver a ideia de (re) apropriação, ao se debruçar para as diversas territorialidades brasileiras e para o campo de possibilidades que se faz no uso do território. Nesses aspectos, emerge o Estado como forma política, mediando, ao menos na aparência, os conflitos, pois dentro de uma formação capitalista, ele também simula uma separação do poder político com o econômico. Diferentemente das formações pré-

capitalistas, em que o político determinava a vida de forma mais contundente, no capitalismo, as relações mais pulverizadas, o Estado adentra como sujeição política oficial, e procura conciliar a apropriação com a propriedade, ao menos é o que se propôs.

O retorno à geo-história do Brasil, e, no caso, das frentes pioneiras paulistas, em face às atuais condições territoriais do mesmo, demanda reaver velhos conceitos, muito caros à Geografia, tais quais o de região, e até mesmo o de pays. Para isso deve-se mergulhar nas reais ideologias que permeiam o povo e brasileiro e desconstruir o arcaico do pensamento. Dessa forma, ao se pavimentar uma Geografia efetivamente política, retornar à Geografia, entender o homem protagonista de seu tempo como um todo, e não apenas o agente político, econômico. Ser pioneiro no *homo geographicus* – parafraseando Numa BROU (1993) – ou seja, significa compreender velhas estruturas sociais, e para superá-las, abarcar o meio físico, como parte do *outro*, envolver-se no território, na paisagem, na região, no espaço geográfico, como meio de construção da autonomia e da emancipação humana. Assim, deve-se partir o real espírito pioneiro.

Referências Bibliográficas

AB'SABER, A. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. Estudos Avançados, **vol.8 no.22 São Paulo**, 1994

ANDRADE, J.C. Pierre Monbeig, um francês diante da geografia do movimento: um estudo sobre a obra *Pioneiros e fazendeiros do Estado de São Paulo*. Instituto de Estudos Brasileiros, n.52, São Paulo, 2001

BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Comunicado, Alienação de ações do capital social do Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA, Retificação do Edital, PND no.2000/03**, Brasília: 2000, disponível e<<http://www.bcb.gov.br/htms/edbanespa/errata2.pdf>> acesso em maio de 2016

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Sertão de Estrelas. A Delimitação das Latitudes e das Fronteiras na América Portuguesa. **Varia História, Belo Horizonte**, v. 21, p. 73-85, 1999.

BOWMAN, Isaiah et al. **Pioneer Fringe**. 1931.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. In.NOVAIS, F.A.;SILVA,

R.F. da.(org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo:Cosac Naify, 2011, vol.01

BRENNER, N. **Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales**. Environment and Planning D: Society and Space **16**(4) 459 – 481, 1998. Obtido em: [www. envplan.com](http://www.envplan.com)

BRENNER, N.; ELDEN, S. **Henri Lefèbvre on State, Space, Territory**. International Political Sociology, v.3, 353-377, 2009

BROC, N. Homo geographicus: Radioscopie des geographes français de l'entre-deux-guerres (1918-1939). **Annales de Géographie**, n.571, ano102, p.225-254, Paris, 1993

_____. La géographie française face la science allemande (1870-1914). **Annales de Géographie**, t. 86, n.473, p. 71-94, 1977

_____. L'établissement de la géographie en France; diffusion, institutions, projets (1870-1890). **Annales de Géographie**, t. 83, n.459, p 545-568, 1974

_____. La pensée géographique em France au XIXe. Siècle: continuité ou rupture? **Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, t. 47, fascicule 3, p. 225-247, 1976

CAPEL, H. S. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1988

_____. **Geografía Humana y Ciencias Sociales**. Una perspectiva Histórica. Barcelona: Montesinos, 1987

CARDOSO, J.P. **Carta geral do Estado de São Paulo** , Com indicações sobre a agricultura, commercio, instrucção publica, industria e colonisação, organizada pela Comissão Geographica e Geologica, São Paulo, 1910, Mapa, 52 X 34 cm, escala 1: 2000000 Disponível em:< <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40662282z>> Acesso em maio de 2015.

CARLOS, A. F. Metageografia: ato de conhecer a partir da Geografia. **A crise urbana. São Paulo: Contexto**, p. 09-24, 2015.

_____. A Mundialidade do espaço. In.MARTINS, J.S.(org.) **Henri Lefebvre e o retorno da dialética**. São Paulo: Hucitec,1996

DANTAS, A. **Pierre Monbeig – um marco na Geografia Brasileira**. Porto Alegre: Sulina, 2005

DEFFONTAINES, Pierre. The origin and growth of the Brazilian network of towns. **Geographical Review**, v. 28, n. 3, p. 379-399, 1938. Disponível em: [www.jstor.org/stable /209737](http://www.jstor.org/stable/209737) acesso em março de 2016

CORONIL, F. Beyond Occidentalism: Toward Nonimperial Geohistorical Categories. **Cultural Anthropology**, v.11, n. 01, p.51-87, 1996, American Anthropological Association. artigo obtido no site: www.jstor.org/stable/656209

_____. Naturaleza del pos colonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo. In.: LANDER, E.(org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino Americans**, Buenos Aires: CLACSO p.105-132, 2005

CROCE, Enrico, Carta geografica dello Stato di S. Paulo (Stati Uniti del Brasile), Con tutto le Ferrovie in attivita ed in costruzione 1893. 53x35 cm Escala 1:2.000.000, In.: **Chemins de fer carta**, Pisa: Stab. Lit. A. Bartolucci-Ghelli, 1893 , disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8492426s/f1.item.r=croce%20enrico>> Acessado em abril de 2016

DECCA, E. de **1930 o Silêncio Dos Vencidos - Memória, História e Revolução**, São Paulo: Brasiliense, 1994

DEFFONTAINES, P. **Como se constituiu no Brasil a Rêde das cidades**. Boletim Geográfico, no.14, p. 141-148, 1944, Conselho Nacional de Geografia, IBGE.

_____. The origin and growth of the Brazilian network of towns. **Geographical Review**, v. 28, n. 3, p. 379-399, 1938.

DEMANGEON, A. Pionniers et fronts de colonisation. **Annales de Géographie**, t.41, n'234, p.631-636, 1932

DHOQUOIS, G. La formation econômico-sociale comme combinaison des modes de production. **La pensée**. Revue du rationalisme moderne. N. 159, 1971

DROULERS, M. **Brésil, une géohistoire**. Paris: Presses Universitaire de France, 2001

ESCOLAR.M. Exploration, cartography and the modernization of state power. **International Social Science Journal** volume 49, issue 151 p. 55–75, March 1997

FAUSTO, B. **A revolução de 1930 : historiografia e história**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

FEBVRE, L. **A Geographical Introduction to History** Londres: Routledge & Kegan Paul, 1950

_____. **La Terre et l'évolution humaine: indroduction géographique à l'histoire**. Paris: Albin Michel, 1949

POWERAKER, Joe; GOLDWASSER, Maria Júlia. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FREIRE, G. **Problemas Brasileiros de Antropologia**. Rio de Janeiro: Coleção Estudos Brasileiros, 1943

GODOY, P.R.T. Algumas considerações para uma revisão crítica da História do Pensamento Geográfico, In.: Godoy, P.R.T.(org.) **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010

_____. **A (des) Construção do Espaço Regional** Tese (Doutorado em Organização do Espaço) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2002

_____. Teorias e Conceitos: uma contribuição para o debate Crítico em Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 83, p. 33-56, 2005.

GOLDMANN, L. **Ciências Humanas e Filosofia**. O que é Sociologia? São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976

_____. **Epistemologia e Filosofia Política**. Lisboa: Presença, 1984

GOMES, P.C. **Geografia e Modernidade**. 3ª.ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

HAESBAERT,R. **O mito da desterritorialização** – Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil,2004

HARLEY, J. B **The new nature of Maps**. Essays in the History of Cartography. Baltimore. JHU Press, 2002. P. 351

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____.Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination. **Annals of the Association of American Geographers**, vol. 80, n.3, 1990. Disponível em:<[http:// www.jstor.org](http://www.jstor.org)> acesso em junho de 2014

_____. **Espaços da Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004

HAUSERMANN, R, **Brasil segundo os mais recentes trabalhos de R. Hausermann**, Paris, Aillaud, Alves et Cia, 1915, mapa, 465 x 475 cm., 1:10.000.000, disponível em:< <Http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8446043s>> Acessado em abril de 2016

HOLANDA,S.B. **História Geral da Civilização Brasileira**. A Época Colonial, tomo 01, v.01, 4ª.ed. São Paulo: DIFEL, 1972

IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

IGLESIAS, F. **História e Ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971

LA BLACHE, P. V. de La géographie humaine: ses rapports avec la géographie de la vie. **Revue de Synthèse Historique**, Imprimerie Cerf, 1903. Disponível em: < <http://>

www.bnf. Gallica. Fr.> acesso em maio de 2016

LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In.: LANDER, E.(org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino Americans**, Buenos Aires: CLACSO p.21-53, 2005

LEFÉBVRE,H. **La production de l' espace**. 4ªed.Paris : Anthropos, 2000

_____. La noción de totalidad en las ciencias sociales. **Telos: Revista de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias Sociales**, v. 13, n. 1, p. 105-124, 2011.

_____. **Lógica formal, lógica dialéctica**. Siglo xxi, 1993.

_____. **De l'Etat**. Les contradictions de l'Etat Moderne. v. 04. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978

_____. **Une pensée devenue monde...Faut-il abandonner Marx?** Paris: Fayard, 1980

LE GOFF, Jacques. O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval.**Lisboa: Edições**, v. 70, n. 1, p. 975, 1985.

LE MOS, A.I.G.; GALVANI,E. **Geografia, tradições e perspectivas**: A presença de Pierre Monbeig. Vol.01 São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2009

LE MOS, A.I.G.; GALVANI,E. **Geografia, tradições e perspectivas**: Interdisciplinarietà, meio ambiente e representações. Vol.02 São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2009

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LOMBARD, J.H. **Carta topographica da Provincia de São Paulo**. Petipé 20 legoas ao grão, Rio de Janeiro, F. Didot Irmaos, Belin Le Prieur et Morizot, 1847, mapa, 600 x 470 cm., 1:2.000.000. Disponível em:<http://gallica.bnf.fr/ark:/2148/btv1b53024946z> Acessado em abril de 2016

LÖWY,M.; NAÏR, S. **Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade**. São Paulo: Boitempo, 2008

LUXEMBURG, R. **A acumulação de capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo, 3ª. Ed. Rio de Janeiro:Zahar, 1983

MACHADO, L.O. **As ideias no lugar** – O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX, Terra Brasilis, n. 2, p. 11-34, jul. /dez., 2000. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/298>

MACKINDER, Halford J. The geographical pivot of history (1904). **The geographical journal**, v. 170, n. 4, p. 298-321, 2004.

MARTINS, J.S. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. In.: MARTINS, J.S.(org.) **Henri Lefebvre e o retorno da dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996

_____. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1986

_____. **Fronteira**. A degradação do outro. São Paulo: Contexto, 2014

MARX, K. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015

MASCARO, A.L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013

MÉTRAUX, A. The Guarani. **Handbook of South America Indians**, Bureau of American Ethnology, 143, v.3, The Tropical Forest Tribes, p.2-29, 1948

_____. Migrations historiques des Tupi-Guarani. **Journal de la Société des Américanistes**. Tome 19, pp. 1- 45, 1927.

MINGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In.: LANDER, E.(org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino Americanas**, Buenos Aires: CLACSO p.71-103, 2005

MONBEIG, P. As estruturas da Faixa Pioneira Paulista. **Boletim Geográfico**, p.455-465

_____. A paisagem, espelho de uma civilização. **GEOgraphia**, v. 6, n. 11, 2009.

_____. **Ensaio da Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Martins, 1940

_____. Indústria e Geografia, **O Estado de São Paulo**, 21 de dezembro de 1944, Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19441221-23085-nac-0004-999-4-not/busca/INDUSTRIA+GEOGRAFIA>, acessado em novembro de 2017

_____. La croissance de la ville de São Paulo. **Revue de géographie alpine**, v. 41, n. 1, p. 59-97, 1953.

_____. Les indiens Nambikwara du Mato Grosso d'après Mr. Claude Levy-Stauss. **Annales de Géographie**, n.322, p. 376-379. Paris.

_____ Les zones pionnière de l'État de São Paulo. **Annales d'histoire économique et sociale**. EHESS, 1937. p. 343-365.

_____ **O Brasil**. 4^a.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971

_____ **Pioneiros Fazendeiros de São Paulo**. 2^a.ed. São Paulo:Hucitec/Polis, 1998

_____ **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Paris: Armand Colin, 1952

_____ Un voyage de São-Paulo à Goiania. Étude sur les zones d'influence pauliste. **Bulletin de l'Association de géographes français**, v. 16, n. 118, p. 6-10, 1939.

MORAES, A.C.R. **Geografia Histórica do Brasil**. Capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011

_____ **Geografia – Pequena História Crítica**.São Paulo,Hucitec,1998

_____ **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____ Ocidentalismo e História da Geografia Brasileira. In.: LEMOS, A.I.G.; GALVANI,E. **Geografia, tradições e perspectivas**: A presença de Pierre Monbeig. Vol.01 São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2009

_____ O Sertão. Um “outro” geográfico. P. 01 a 08, **Terra Brasilis (Nova Série)**. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 4-5, 2003.

_____ **Território e história no Brasil**.São Paulo: Annablume, 2005.

_____ Território, poder e justiça: comentários a partir da experiência brasileira. In.:KRITSCH, R., RICUPERO, B.(org.) **Força e legitimidade: novas perspectivas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005

OLIVEIRA,F. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

POMIAN, K. L'heure des annales. La terre, les hommes, le monde. In.:NORA, L. (dir.) **Les lieux de mémoire**. La Nation, vol.02, Paris: Gallimard, 1984

PRADO, P. **Província & Nação Paulística Retrato do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972

PRADO JR.C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 1981

RAFFESTIN,C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In.: SAQUET, M.A.; SPÓSITO,E.S. (org.) **Territórios e territorialidades, teorias**,

processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009

RATH, C.D. (org.) **Carta da província de São Paulo**, São Paulo, A.L.Garraux & Cia., 1877, mapa, 825 x 555 cm, 1:1.500.000. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53098764p>

RODRIGUES, G.C. **TEMPO, IDENTIDADE E CULTURA: A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO, NA PARÓQUIA DE SANTA CRUZ – MOGI MIRIM/SP.** Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2009

RODRIGUES, J. W., 1891-1957, **Esta he a carta verdadeira da revolução q houve no Estado de São Paulo no ano de MCMXXXII**, São Paulo, 1932, 48,5 X 68,4 cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart168844/cart168844.jpg>. Acesso em maio de 2016

RONCAYOLO, M. Histoire et Géographie: les fondements d'une complémentarité. **Annales**, n.6, ano44, p.1427-1434 Paris, 1989

SANTOS, M. **A natureza do espaço – tempo e técnica, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002

_____ **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005

_____ **Espaço e método.** São Paulo, Nobel, 1985

_____ **Pensando o espaço do homem.** São Paulo, Hucitec, 1982

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2002

SÃO PAULO, ALESP, **Constituição do Estado de São Paulo.** São Paulo: 1935, disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-anteriores/>> acesso em junho de 2016

SÃO PAULO, ALESP, **Constituição do Estado de São Paulo.** São Paulo: 1947, disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-anteriores/>> acesso em junho de 2016

SÃO PAULO, ALESP, **Decreto n.3806, de 27 de fevereiro de 1925**, Approva os novos estatutos do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, São Paulo: 1925, disponível em < <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=63428>> acesso em maio de 2016

SÃO PAULO, ALESP, **Lei n.2478, de 12 de Dezembro de 1935, APROVA O CONVÊNIO CAFEEIRO ASSINADO EM 18 DE JULHO DO CORRENTE ANO NA**

CAPITAL FEDERAL, PELOS REPRESENTANTES DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTOS, RIO DE JANEIRO, PARANÁ, BAÍA, PERNAMBUCO, GOIÁS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, São Paulo: 1935, disponível em < <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=63428>> acesso em junho de 2016

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial. In.: In.: SAQUET, M.A.; SPÓSITO, E.S. (org.) **Territórios e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009

SERENI, E. De Marx à Lenine: la catégorie de “formation économique sociale” **La pensée**. Revue du rationalisme moderne. N. 159, 1971

SION, J. Géographie et Ethnologie. **Annales de Géographie**. n.263, ano 46, Paris, 1937

SMITH, Neil. **American empire: Roosevelt’s geographer and the prelude to globalization**. Univ of California Press, 2004.

SOUZA, C.V. **A Pátria Geográfica**. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro. 2ª.ed. Goiânia: UFG, 2015

THÉRY, H. As franjas pioneiras, de Pierre Monbeig aos nossos dias. In.: LEMOS, A.I.G.; GALVANI, E. **Geografia, tradições e perspectivas: A presença de Pierre Monbeig**. Vol.01 São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2009

VITTE, A.C. Da metafísica da natureza à gênese da Geografia Física Moderna, in. VITTE, A.C.(org.) **Contribuições à História e à Epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

Jornais e outras fontes pesquisadas

O ESTADO DE SÃO PAULO, **Lavradores e pioneiros de São Paulo**, Suplemento comercial e industrial, junho de 195

O ESTADO DE S. PAULO: PÁGINAS DA EDIÇÃO DE 11 DE SETEMBRO DE 1935 - PAG. 6

O ESTADO DE S. PAULO: PÁGINAS DA EDIÇÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 1987 - PAG. 12

O ESTADO DE S. PAULO: PÁGINAS DA EDIÇÃO DE 25 DE JANEIRO DE 1954 - PAG. 116

O ESTADO DE S. PAULO: PÁGINAS DA EDIÇÃO DE 25 DE JANEIRO DE 1959 - PAG. 17

O ESTADO DE S. PAULO: PÁGINAS DA EDIÇÃO DE 26 DE JUNHO DE 1953 - PAG. 26 SUPLEMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL, PÁGINA 26

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG, Relations Histoire et Géographie, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Les échanges extérieurs, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG São Paulo - Plantations et usines en pays tropical, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Le Brésil - Le sous continent tropical, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG El Capital como factor geográfico, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Qu'est-ce qu'un paysage, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Productions de l'Agriculture Tropicale, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Types de culture et élevage en pays tropicaux, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Les problèmes de population en Amérique Latine (1957-58). IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Les capitaux et la géographie économique, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Géographie humaine et économique de l'Amérique Latine.IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Questions d'agriculture tropicale, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Traits généraux de la géographie américaine, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Tendences actuelles de l'Agriculture à São Paulo.IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Géographie agraire des régions intertropicales, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Le coronel de cacao: un type original de fazendeiro IEB,Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Paysages de France, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG São Paulo. Les problèmes d'un pays tropical, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG L'essor urbain dans les pays neufs, IEB, Caixa01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Les villes en Amérique du Sud, IEB, Caixa 01

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Brasília, une réalité, IEB, Caixa 02

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Quelques caractères fondamentaux de la zone tropicale, IEB, Caixa 02

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Le phénomène pauliste, IEB, Caixa 02

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG L'Angleterre est une île. Le Brésil un sous-continent équatorial et tropical. IEB, Caixa 02

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Le Brésil au 18 siècle. IEB, Caixa 03

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG, Une civilisation de l'or, IEB Caixa 03

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Agriculture, monde rural, la société - évolution, changement, permanences, IEB, Caixa 03

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Histoire Économique et Formation Régionale du Brésil, IEB, Caixa 03

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG Les transformations récentes de l'agriculture dans le nordeste du Brésil (le choix d'un sujet de thèse), IEB, Caixa 19